

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**FIM DO PRAGMATISMO: AS RELAÇÕES ENTRE
ESTADO E OS FERROVIÁRIOS EM SANTA
MARIA/RS DURANTE O PRIMEIRO PERÍODO DA
DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL (1964-1968)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Antonio Augusto Durgante Berni

Santa Maria, RS, Brasil

2012

**FIM DO PRAGMATISMO: AS RELAÇÕES ENTRE ESTADO E
OS FERROVIÁRIOS EM SANTA MARIA/RS DURANTE O
PRIMEIRO PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO
BRASIL (1964-1968)**

Antonio Augusto Durgante Berni

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Instituições, Cultura e Globalização, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais.**

Orientador: Prof. Dr. João Rodolpho Amaral Flôres

Santa Maria, RS, Brasil

2012

B528f Berni, Antonio Augusto Durgante

Fim do pragmatismo : as relações entre Estado e os ferroviários em Santa Maria/RS durante o primeiro período da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1968) / Antonio Augusto Durgante Berni. – 2012.

131 p. : il. ; 30 cm

Orientador: João Rodolpho Amaral Flôres.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2012

1. Pragmatismo 2. Ditadura Civil-Militar 3. Ferroviários 4. Associações de classe 5. Tortura 6. Rio Grande do Sul I. Flores, João Rodolpho Amaral II. Título.

CDU 321.6(816.5)

656.2(816.5)

Ficha catalográfica elaborada por Simone G. Maisonave – CRB 10/1733
Biblioteca Central da UFSM

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**FIM DO PRAGMATISMO: AS RELAÇÕES ENTRE ESTADO E OS
FERROVIÁRIOS EM SANTA MARIA/RS DURANTE O PRIMEIRO
PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL (1964-1968)**

elaborada por
Antonio Augusto Durgante Berni

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciências Sociais

João Rodolpho Amaral Flôres, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Diorge Alceno Konrad, Dr. (UFSM)

Carlos Roberto da Rosa Rangel, Dr. (UNIFRA)

Reginaldo Teixeira Perez, Dr. (UFSM)
(Suplente)

Santa Maria, 30 de março de 2012.

in memoriam

Ao mestre e amigo Victor Hugo Oliveira da Silva
dedico humildemente este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à família especialmente à minha mãe, Glecy, minha irmã Rita de Cassia e minhas sobrinhas Shaienne e Monique pelo estímulo inestimável, principalmente nas horas difíceis.

Aos amigos e colegas, em especial ao Antonio Belamar Bitencourt, Edu Moraes, Ederson Molina e Juliano Florczak Almeida pela força e presença sempre constante.

Às colegas do Núcleo de Estudos Contemporâneos (NECON), Lucinéia Weber, Rúbia Machado, Juliana Franchi da Silva, Tricia Cardoso, Natana Alvina Botezzini, Patrícia Froelich e Silvana Oliveira que, com a alegria e o bom humor característicos do sexo feminino, ajudaram-me a transpor os momentos difíceis que apareceram ao longo do caminho.

A todos os professores, sem exceção, tanto da graduação quanto do programa de pós-graduação, pela paciência e oportunidade que me proporcionaram em dividir experiências nesse eterno aprendizado que é a vida, principalmente aos professores Holgonsi Soares, Gustavo Muller e Maria Catarina Zanini.

Ao meu orientador, prof. Dr. João Rodolpho Amaral Flôres por ter me aceito como seu orientando no ano de 2009 e que, mesmo sem me conhecer na época, sempre se mostrou prestativo e pronto para esclarecer todas as dúvidas e me orientar em direção ao melhor caminho.

Aos ferroviários aposentados que participaram desta pesquisa e a todos os que sempre me receberam de braços abertos tanto na Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul Ltda. (COOPFER), quanto na Associação dos Ex-Ferrovários e que me transmitiram informações valiosas sobre o tema além de uma lição de vida e superação que levarei comigo para sempre.

Aos trabalhadores dos arquivos da cidade que abriram as portas e proporcionaram que eu desbravasse esse manancial infindável de informações e trouxesse à luz essas vozes esquecidas no silêncio da história, meus sinceros agradecimentos. São eles: na COOPFER, Rodrigo Mello, que não mediu esforços para colocar a minha disposição o imenso acervo documental da instituição; no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, nas pessoas de sua diretora, Daniéle Xavier Calil e os estagiários do curso de História do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), Jorge Vinicius Quevedo da Cruz e Ane Caroline Silveira de Oliveira; e, por fim, no Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, um agradecimento todo especial a senhora Jara Rejane Silveira, arquivista e a sua estagiária do curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Isadora Marques da Silva, por terem disponibilizado as Atas das sessões da Câmara e pelo atendimento sempre prestativo e humano que nos proporcionaram. A todos os meus mais sinceros agradecimentos.

Por fim, não poderia deixar de agradecer a contribuição inestimável das filhas do líder sindical e preso político Balthazar Mello. Sem os seus depoimentos e esclarecimentos sobre aqueles momentos dramáticos, possivelmente esta dissertação não pudesse ser concluída. A vocês, meu eterno agradecimento.

“Faz escuro, mas eu canto”.
(Thiago de Mello)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Universidade Federal de Santa Maria

FIM DO PRAGMATISMO: AS RELAÇÕES ENTRE ESTADO E OS FERROVIÁRIOS EM SANTA MARIA/RS DURANTE O PRIMEIRO PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL (1964-1968)

Autor: Antonio Augusto Durgante Berni

Orientador: Prof. Dr. João Rodolpho Amaral Flôres

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 30 de março de 2012.

O presente estudo visa examinar as relações entre o Estado e os trabalhadores ferroviários de Santa Maria durante o primeiro período da Ditadura Civil-Militar brasileira, entre 1964 e 1968. Diante disto, procuramos estabelecer como linha principal do trabalho a ideia de que neste período devido à violenta repressão que se seguiu principalmente contra os líderes classistas mais atuantes, o pragmatismo que caracterizou a práxis política dos ferroviários durante o período do assim chamado Estado populista (1945-1964) chegou ao fim. Da mesma forma, a atuação dos organismos representativos dispersos em associações, uniões, etc., perdeu seu sentido de ser devido às intervenções sofridas na cúpula diretiva o que levou a uma despolitização do meio classista e a assumirem uma feição notadamente burocrática em relação aos conflitos do trabalho. Sendo assim, os ferroviários foram alijados não apenas de sua influência sobre as demais categorias profissionais da cidade, como também das várias esferas de poder onde possuíam representantes. A questão da tortura contra os presos políticos em Santa Maria foi outra questão importante examinada e que possui ligação direta com a prática de intervenção e desmobilização classista levada a efeito pelo regime autoritário que se impôs no país a partir de 1964.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar. Ferroviários. Pragmatismo. Tortura.

ABSTRACT

Master Thesis in Social Sciences
Universidade Federal de Santa Maria

END OF PRAGMATISM: RELATIONS BETWEEN THE STATE AND THE RAILWAYS IN SANTA MARIA / RS DURING THE FIRST PERIOD OF CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP IN BRAZIL (1964-1968)

Author: Antonio Augusto Durgante Berni

Advisor: Prof. Dr. João Rodolpho Amaral Flôres

Date and Location of Defense: Santa Maria, March 30, 2012.

This study aims to examine the relationship between the State and railroad workers of Santa Maria during the first period of the Civil-Military Dictatorship in Brazil between 1964 and 1968. Given this, we seek to establish the main line of work as the idea that in this period due to the violent repression that followed mainly against the most active class-leaders, the pragmatism that characterized the political praxis of the railways during the so-called populist state (1945 -1964) came to an end. Likewise, the role of representative organizations scattered in associations, unions, etc. lost his sense of being due to policy interventions suffered at the summit which led to a depoliticization of workers and take a role especially bureaucratic in relation to conflicts at work. Thus, the railways have been jettisoned not only their influence on the other professional categories in the city, as well as the various spheres of power which had representatives. The issue of torture against political prisoners in Santa Maria was another important issue that has examined and direct connection with the practice intervention and demobilization class carried out by the authoritarian regime that was imposed in the country from 1964.

Keywords: Civil-Military Dictatorship. Railways. Pragmatism. Torture.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 1. OS FERROVIÁRIOS DE SANTA MARIA..... | 28 |
| 1.1. A ferrovia em Santa Maria aspectos definidores da “classe ferroviária”..... | 29 |
| 1.2. Projetos de ascensão social: as organizações Representativas..... | 32 |
| 1.2.1 Movimento Unificador Ferroviário (MUF)..... | 36 |
| 1.2.2 União dos Ferroviários Gaúchos (UFG)..... | 38 |
| 1.3. O pragmatismo político dos ferroviários..... | 44 |
| 2. SANTA MARIA E O GOLPE CIVIL-MILITAR..... | 48 |
| 2.1. O Golpe Civil-Militar: interpretações..... | 48 |
| 2.2. Santa Maria como polo ferroviário e a distribuição político-partidária na cidade (1945-1964)..... | 58 |
| 2.3. O Golpe Civil-Militar em Santa Maria..... | 68 |
| 2.4. O debate político na Câmara: do “Estado de Alerta” às cassações de Lauda e Genro..... | 75 |
| 3. CRIMINALIZAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO DA SOCIEDADE: A DITADURA CIVIL-MILITAR E O FIM DO PRAGMATISMO NO MEIO FERROVIÁRIO GAÚCHO..... | 83 |
| 3.1. Criminalização da sociedade..... | 83 |
| 3.2. O significado político da intervenção na COOPFER..... | 88 |
| 3.3. “Torturas e torturados”: depoimentos..... | 100 |
| CONCLUSÃO..... | 113 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 118 |
| ANEXOS..... | 125 |

INTRODUÇÃO

Tratar sobre questões políticas sempre se constitui num imenso desafio, e isso é válido especialmente quando abordamos elementos da conjuntura brasileira republicana. Tradicionalmente os estudos acadêmicos privilegiaram perspectivas sobre Poder e Estado, enfocados na ótica de uma cultura elitista do Brasil, quando política, ao invés de significar direitos iguais a todos os cidadãos de uma sociedade democrática, significa meio de acesso e manutenção de privilégios.

Somente recentemente, com a pluralidade e consolidação democrática que abrangeu a sociedade civil como um todo e suas instituições em particular, como no caso das universidades, os estudos acadêmicos em todas as áreas das humanidades começaram a aprofundar temáticas das mais variadas categorias. Isso implicou novos espaços para assuntos até então, deliberadamente ou não, pouco difundidos por representarem possibilidades de “novas verdades” ou mesmo por falta de estudos mais densos.

No recorte da política sul-rio-grandense, alguns novos temas tem conseguido avançar em relação às tradicionais análises sobre práticas positivistas, conservadorismo e tradição das elites, grupos e partidos polarizados e alguns “ismos” disso decorrentes. Os espaços democráticos das últimas décadas permitiram que os temas trabalhados na academia pudessem superar a “tradição”, dos doutos para a livre escolha dos aprendizes, futuros mestres, que trazem uma gama enorme de novos desafios a serem refletidos com seus temas de pesquisa. Estas, por sua vez, percebem uma realidade não mais compartimentada, mas complexa e eclética de tal forma que possibilita a abordagem de diferentes segmentos da sociedade em interação política.

Isso vale em especial para a história política dos segmentos de trabalhadores organizados que, entre muitos exemplos no Rio Grande do Sul, tiveram entre os ferroviários do século XX um de seus maiores destaques. Ainda que tenham recebido contumazes influências ideológicas de socialistas, positivistas, liberais e comunistas, procuraram constituir uma “categoria sindical” autônoma naqueles espaços possíveis onde atuaram: nas empresas ferroviárias; nas cidades pólos de ferrovias; nas comunidades de vivência social; nas esferas dos poderes municipais e estaduais e nas suas organizações de representação política.

Considerando o cenário nacional, no curto período democrático que se estendeu por menos de vinte anos, esmagado entre duas ditaduras - a do Estado Novo que se extinguiu em 1945 e a Ditadura Civil-Militar que se iniciou em 1964 - houve uma redefinição do papel das entidades sindicais que se debatiam na tentativa de criação de um sindicalismo paralelo no Brasil. Sindicalismo que priorizasse a acentuação de sua função política e que tivesse como consequência uma atuação mais ampla em termos de autonomia das diferentes profissões em ascensão no país, em especial aquelas dos setores vitais da infraestrutura nacional, decorrentes do processo de modernização do país iniciado em 1930¹.

Esta tentativa tem seu início ainda em 1945 durante o processo de redemocratização implementado por Getúlio Vargas, cujas reformas liberalizantes incluíam, sobretudo, o reconhecimento dos partidos políticos, inclusive o Partido Comunista do Brasil (PCB), anistia aos presos políticos e convocação de eleições para a Constituinte, bem como as novas atuações do Estado frente à maior liberalidade econômica e à atuação dos movimentos organizados da Sociedade Civil. Este cenário teve um repentino declínio no ano de 1964, com a retomada do autoritarismo, o qual provocou mudanças substanciais na sociedade nacional e, de forma incisiva, nos estratos populares operários.

Inseridos dentro deste contexto politicamente demarcado por uma democracia débil e acostumados a mais de meio século de lutas, quando forjaram seu *status* e prestígio frente à sociedade e a outras categorias profissionais, a partir de seu histórico tanto de preocupações com as questões sociais quanto de melhoria das condições de vida (mesmo antes de se constituírem enquanto categoria profissional organizada), os ferroviários de Santa Maria vivenciaram, naquele 31 de março de

¹ A obra **Formação econômica do Brasil**, de Celso Furtado (1986), é referência de grande importância para a compreensão desse novo período no desenvolvimento brasileiro.

1964, um verdadeiro divisor de águas: um ciclo se encerrava ao mesmo tempo em que um outro, mais sombrio, se iniciava.

Temos, assim, um objeto a ser analisado, considerando-se a fase de transição de uma modernidade autoritária do tipo populista para outra, também moderna e autoritária, mas que elegia novos atores para a construção da infraestrutura nacional. Na fase dura de 1964 a 1968, o panorama que se apresentou foi o de reversão dos grandes avanços alcançados pelos trabalhadores ferroviários do Brasil até ali.

Encerrava-se um ciclo que possuiu como característica básica a extrema politização das lideranças, aliada a uma capacidade pragmática de negociação. Esses atributos haviam possibilitado aos ferroviários, até então, movimentarem-se de forma desembaraçada entre os meios políticos independentemente do partido que estivesse no poder. Seja em nível local, estadual ou federal, esta liderança ocupava os espaços que o sistema lhe permitia ocupar, principalmente através da eleição parlamentar de vários de seus representantes, muitos oriundos inclusive do próprio seio classista.

Isso, contudo, não significa que o relacionamento dos ferroviários com as instâncias de representação política tenha sido normalmente amistoso. Longe disso, foi extremamente conturbado, pois as greves, enquanto principais mecanismos de pressão classista, eram sempre vistas pela classe dominante como sinônimo de subversão da ordem e, por esse motivo, tratadas como caso de polícia. Tal fato criava um excesso de violência por parte dos aparelhos repressores do Estado, culminando muitas vezes em prisões e até mesmo, em certos casos, na morte de sindicalistas.

Em contrapartida, todos esses percalços criaram na classe ferroviária um sentimento cada vez maior de união e o não esmorecimento diante das adversidades, seja na esfera dos espaços de trabalho, seja na ação política. Isso contribuiu para que o prestígio desse setor frente à sociedade se solidificasse.

Esta independência da ação política frente aos poderes públicos, que Flôres (2008, 2009) qualificou de *pragmatismo*, não representava, em última instância, absentismo político. Pelo contrário, tratava-se de criar um modelo de vida coletivo que priorizasse o cumprimento de uma determinada agenda de demandas sociais, que, em muitos casos, ultrapassava o próprio objetivo da classe ferroviária em si e passava a englobar agendas de outras categorias profissionais das cidades “núcleos

ferroviários” (sendo Santa Maria a de maior destaque), categorias estas que não possuíam o mesmo poder de barganha e força política que os trabalhadores da ferrovia.

A particularidade principal dos ferroviários não se estabelece em termos de uma negação da política, enquanto ausência de tomada de posição devido a um não enquadramento neste ou naquele espectro político-ideológico, mas sim em uma estratégia de luta cuja capacidade de articulação estabelecia como prioridades demandas de trabalho, mutualismo e assistencialismo que se localizavam acima das divergências político-partidárias ou ideológicas². Ao se pensarem enquanto identidade coletiva, os ferroviários procuravam ressignificar a noção de pragmatismo, estabelecendo a necessidade de ganhos profissionais e a manutenção de certo *status* social. Por isso tornava-se imprescindível a perspectiva de um bom relacionamento com os órgãos institucionais, já que a continuidade e o aumento desse *status* dependiam, em última instância, de decisões provenientes de tais esferas³. Em síntese, era necessário garantir um mínimo de autonomia para a ação política.

A tomada de consciência dos ferroviários sobre a importância do trabalho que realizavam foi um dos fatores determinantes para que não optassem por um dos lados do espectro político-ideológico vigentes na época, apesar da forte pressão a que eram submetidos, tanto externa quanto internamente. Para o historiador e cientista social francês Jean-Pierre Rioux, uma das formas de explicação deste fenômeno político pode ser encontrada na noção de associação política, que relacionaria o modo de vida coletivo com o campo da política, sem que houvesse a necessidade de uma redução do primeiro ao segundo. As chamadas “vivências coletivas” estariam acima das divergências políticas existentes dentro do próprio grupo e/ou entre o grupo e a estrutura político-partidária vigente (Cf. RIOUX, 2003; FLÔRES, 2009).

No caso dos ferroviários, a ação pragmática não envolve apenas a ação política, mas engloba todo o conjunto das vivências sociais e coletivas. Corresponde, na prática, àquilo que se vive/pensa enquanto identidade coletiva;

² Ideia esta que foi comprovada empiricamente durante as entrevistas realizadas com os agentes sociais que participaram daquele momento histórico, com foco de pesquisa na cidade de Santa Maria.

³ A filiação partidária ficava assim mais restrita à ação individual de cada trabalhador. Segundo depoimentos colhidos ao longo da pesquisa, a possibilidade de partidização do movimento poderia prejudicar a liberdade de ação do mesmo na hora de negociar, por exemplo, um aumento salarial.

sendo que a realidade que os cerca é pensada a partir de uma visão de mundo que é própria à estrutura interna da classe.

Esta ideia nos remete ao conceito de “sujeito coletivo” desenvolvido por Eder Sader nos anos oitenta do século passado. Analisando os movimentos sociais surgidos no ABC paulista, no final da década de setenta e início da de oitenta, o autor introduz a noção de “sujeito coletivo” para definir esta nova forma de ação política (SADER, 1995). O ressurgimento dos movimentos sociais neste período aponta para a criação de um novo sujeito histórico e social a partir de quatro momentos bem definidos.

Primeiro, o autor entende que esses sujeitos são criados pelos próprios movimentos sociais; segundo, que se trata de um sujeito descentralizado e coletivo que nos remete à superação do sujeito racional burguês enquanto consciência individual soberana, de onde partem as ideias e representações sociais; terceiro, que, mesmo sendo o sujeito coletivo, ele não aparece diluído na coletividade e nem se apresenta como portador de uma universalidade ou de um *telos* da ação política e, por fim, o sujeito novo aparece como o ponto de ruptura com a noção de tutela e cooptação dos movimentos sociais, criando novos espaços onde a política possa atuar no cotidiano popular. Dessa forma, pode-se definir sujeito coletivo como uma “pluralidade de sujeitos, cujas identidades são resultado de suas interações em processos de reconhecimento recíprocos e cujas composições são mutáveis e intercambiáveis” (SADER, 1995, p. 55).

A noção deste sujeito plural se expressa num sentido totalmente novo: eles se veem como atores sociais e históricos, como pertencendo e construindo a história através das “pequenas lutas”, “pequenas vitórias” e até mesmo nas derrotas que são vistas e compreendidas não como uma utopia inalcançável – e que por isso poderiam levar à apatia e ao conformismo -, mas como promessas que não se cumpriram. A consequência da mudança é de dar voz aos sujeitos históricos através da superação das definições prévias da política em direção a uma definição que é dada pelas próprias formas de expressão dos sujeitos dos movimentos, seja através da exteriorização verbal, seja através da ação prática imersa e ajustada ao cotidiano do espaço-tempo no qual aquele sujeito habita.

Gramsci já apontava em seus escritos do período do cárcere que todos os homens são filósofos, independente da posição que ocupam no estrato social (posição esta, aliás, que lhe é dada externamente através do discurso ideológico

dominante) e que, portanto, são eles também possuidores de um saber ou de um conhecimento que pode e deve ser socializado. Para o ativista italiano, “é impossível pensar em um homem que não seja também filósofo, que não pense, já que o pensar é próprio do homem como tal” (GRAMSCI, 1966, p. 35). Assim, as formas de cultura existentes na sociedade são constantemente recriadas a partir da interação entre os sujeitos no interior do grupo ou da sociedade de forma geral. O sujeito só se descobre filósofo enquanto inserido em uma determinada vivência com outros homens que compartilham seus mesmos ideais e concepções de mundo. Ao reconhecer-se no outro estabelece com este uma relação tipicamente dialógica, isto é, o outro não é visto com estranhamento, mas sim como pertencendo a uma mesma esfera de ação do sujeito que o percebe, com saberes e falas que podem ser compartilhadas para a formação de um sujeito novo.

Diante deste quadro, a presente dissertação possui como objetivo principal o estudo e a compreensão das relações entre o Estado e os trabalhadores ferroviários de Santa Maria/RS, durante o primeiro período da Ditadura Civil-Militar brasileira⁴, entre 1964 e 1968. Assim, procuramos estabelecer como linha principal do trabalho a ideia de que, neste período, devido à violenta repressão que se seguiu principalmente contra os líderes classistas mais atuantes, o pragmatismo classista que caracterizou a práxis política dos trabalhadores ferroviários durante o período pré-64 chegou ao fim. Da mesma forma, a atuação dos organismos representativos dispersos em associações, uniões, etc., perdeu seu sentido de ser devido às intervenções sofridas na cúpula diretiva, o que levou a uma despolitização do meio classista e os fez assumirem uma feição notadamente burocrática em relação aos conflitos do trabalho, resumindo-se a meros selecionadores e recrutadores de mão de obra para o setor industrial. A partir disso, os ferroviários foram alijados, não

⁴ Utilizamos o termo “Ditadura Civil-Militar” seguindo o enunciado por Octávio Ianni que, além deste, vale-se também das expressões “Ditadura burguesa” ou “Ditadura do grande capital” para referir-se ao período ora em estudo. Para o autor, o Estado militarista que se instaura no Brasil a partir de março de 1964 nada mais é do que o aspecto mais visível de um determinado bloco de poder do qual a grande burguesia financeira assoma-se como a parte mais importante. Desde meados dos anos 1950 que este setor vinha crescendo em importância, mas a partir principalmente do período 1961-64 começou a dar-se conta de que o seu poder começava a ser ameaçado pela força política e autonomização cada vez mais frequente dos movimentos sociais tanto do campo como da cidade. A partir de 64 passou a assumir seu papel predominante no aparelho de Estado, beneficiando-se de toda a estrutura econômica, política e repressiva, montada pela Ditadura para satisfazer seus interesses. (Cf. IANNI, 1981, 1985).

apenas de sua influência sobre as demais categorias profissionais da cidade, como também das várias esferas de poder onde possuíam representantes⁵.

O recorte temporal a ser analisado abrange o período que se estende de 31 de março de 1964 até 13 de dezembro de 1968, data da promulgação do Ato Institucional nº. 5 (AI-5). A escolha deste período em especial se deve a dois motivos que, em última análise, encontram-se inter-relacionados. Primeiro, porque a repressão política sobre os sindicatos e a classe operária em geral conheceu nesses anos iniciais sua face mais brutal, com intervenções e cassações das principais lideranças e, segundo, porque, sob o artifício de conter a inflação e implementar políticas de desenvolvimento, os primeiros governos militares impuseram um arrocho salarial que asfixiou não apenas a classe trabalhadora, mas a sociedade civil como um todo.

Diante deste contexto, o estudo focaliza como esses agentes (no caso, os ferroviários) vivenciaram aquele período, qual a participação e o papel que desempenharam frente ao momento político extremamente delicado pelo qual passou a Nação. Visa compreender, também, frente a esta nova realidade de um regime político que não oferecia à sociedade civil canais legítimos de negociação, como os ferroviários, enquanto categoria social e profissional organizada, articularam-se, procurando garantir os direitos adquiridos e, na medida do possível, angariar novas conquistas com o intuito de ampliar as formas de expressão de sua cidadania.

Acreditamos com isto que a escolha do tema se justifica plenamente por dois motivos: o primeiro, já exposto, por ter sido o trabalhador ferroviário uma categoria extremamente atuante e unida, que era vista não apenas pela sociedade civil⁶, mas também por seus adversários políticos com imenso prestígio e respeito, como veremos de forma mais detalhada no Capítulo I. Em segundo lugar, por serem as relações políticas entre o Estado e as associações dos ferroviários um tema ainda praticamente inédito na literatura das ciências sociais, seja sob a forma de livros, artigos, teses e dissertações, principalmente no período que ora escolhemos, o da Ditadura Civil-Militar na cidade de Santa Maria/RS.

⁵ Situação correlata a outras cidades do Brasil, também importantes “núcleos ferroviários”, como foram Bauru, no Estado de São Paulo, e Divinópolis, em Minas Gerais.

⁶ Sempre lembrando que a ferrovia foi um dos marcos da modernidade brasileira, entre metade do século XIX e metade do século XX, donde se originou tal prestígio da profissão e reconhecimento dos trabalhadores deste setor de infra-estrutura de transportes.

Diante do que já foi exposto, cabem algumas questões que se apresentam como extremamente relevantes para análise. A primeira diz respeito às comparações necessárias do Estado pré-64 (período populista que proporcionou aos ferroviários canais de negociação, de onde advieram conquistas no âmbito social e na expressão de sua cidadania) com a nova realidade inaugurada em 1964, de fechamento desses canais e de intervenção direta nos sindicatos e associações de classe. A segunda indagação deverá focar como fizeram estes agentes para garantir e até mesmo ampliar tais conquistas. Outra questão emergente é a respeito de quais mecanismos os ferroviários organizados tiveram de utilizar para que pudessem se movimentar dentro deste espaço praticamente nulo e conseguir seus intentos.

Sabemos que, na época do Golpe, Santa Maria era uma cidade dividida em dois polos: um golpista, representado pelo imenso aparato militar ancorado na cidade e pelas forças conservadoras da sociedade, em especial dos segmentos rural e dos profissionais liberais; e outro, formado pelos representantes dos interesses populares e alinhados política e ideologicamente (o mais das vezes) ao governo Goulart e a suas Reformas de Base, a classe operária, cujo maior representante era justamente a categoria ou a classe dos ferroviários. Sabe-se que esta exercia uma liderança muito forte sobre as outras categorias profissionais da cidade, em especial sobre os demais setores do funcionalismo público e estratos populares operários (alimentação, indústria metal mecânica e comércio).

A partir destas reflexões, procuramos responder ao seguinte problema: com o fechamento das instituições democráticas a partir de 31 de março e a violenta repressão que se seguiu com intervenções, prisões, expurgos, etc., é possível afirmar que o pragmatismo que moldou a ação política dos ferroviários ao longo do tempo chegou ao fim, culminando em uma decadência da categoria, em sua despolitização e na perda de sua liderança junto a outras categorias profissionais?

Nossa hipótese foi a de que tais conquistas não puderam ser mantidas, ou mesmo ampliadas, pela forma duríssima como a recém-instalada ditadura se voltou contra o movimento sindical de forma geral, e contra os ferroviários de Santa Maria em particular. A despolitização do sindicato se mostra como consequência natural da repressão, já que os expurgos atingiram duramente a estrutura sindical, retirando os principais líderes de cena que foram presos, cassados ou simplesmente afastados de seus cargos diretivos. Segundo depoimentos, muitas associações

simplesmente tiveram de encerrar suas atividades por terem perdido seu sentido último: defender os direitos e os interesses dos trabalhadores.

Da mesma forma, a representação política dos ferroviários no parlamento local foi duramente atingida com a cassação sumária e a suspensão dos direitos políticos de seus principais representantes por dez anos, incluindo-se aí o prefeito e o vice-prefeito eleitos no ano anterior⁷. Isso desmantelou, em nosso ver, a estratégia, que havia sido montada desde o início dos anos cinquenta, de os ferroviários aproveitarem sua posição de destaque na sociedade e a liderança sobre as outras categorias funcionais da cidade para angariar vantagens, econômicas a princípio e, posteriormente, de cunho mais acentuadamente políticas, valendo-se principalmente de uma representação bastante atuante no parlamento local.

Nesse sentido, para tratar das experiências de vida e da práxis política dos ferroviários de Santa Maria ao longo do recorte temporal proposto, foram utilizados diferentes recursos metodológicos. Em primeiro lugar, entrevistas orais com os atores sociais envolvidos. Abordamos em tais encontros os mais variados temas, como as relações de sociabilidade entre os ferroviários que transcendiam o ambiente do mundo do trabalho em direção ao cotidiano social e político, relações estas que permanecem até hoje; também aspectos específicos das profissões de cada um dentro da ferrovia⁸ e, claro, as visões que esses agentes tem ainda hoje do Golpe e das situações que vivenciaram.

A partir das percepções de Regina Weber (1996), podemos estabelecer algumas dificuldades com as quais nos deparamos durante o desenvolvimento de nossa pesquisa. Uma delas diz respeito ao próprio uso do discurso oral. Enquanto que, para a antropologia, o trabalho de campo e a coleta de depoimentos são partes constitutivas da própria definição de antropólogo, para nós, a entrevista ou o depoimento oral surge muito mais como um preenchimento ou uma complementação de lacunas deixadas pelas fontes escritas. Isso não significa uma diminuição ou uma desvalorização deste tipo de levantamento documental, visto que, da mesma forma que o antropólogo, nós também estamos empenhados em dar “voz aos sem voz” (WEBER, 1996, p. 164), valorizar e estudar aqueles que não

⁷ Paula Devanier Lauda e Adelmo Simas Genro, candidatos pelo PTB, que haviam sido eleitos em 1963.

⁸ Diga-se, Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) e Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA).

produzem os documentos que utilizamos, ou que os produzem, mas tais documentos são tornados invisíveis ou marginalizados frente ao discurso oficial.

Outro detalhe importante é a questão político-ideológica que norteou a pesquisa. Temas complexos centrados em períodos históricos não menos complexos e conturbados podem gerar processos de desconfiança entre o pesquisador e o pesquisado. Durante certo momento da pesquisa, tivemos algumas dificuldades para colher depoimentos de pessoas que haviam apoiado no meio ferroviário, o Golpe Civil-Militar. Mediante depoimentos informais, justificaram o ato por se tratar de um momento histórico em que os desmandos e a corrupção eram insustentáveis e uma intervenção mais forte tornou-se necessária.

A justificativa para este processo pode ser buscada a partir dos estudos de Denise Rollemberg (2006, 2009). Para a autora, o fato de a sociedade civil ter sustentado a Ditadura não se deve ao motivo de que fora dominada ou alienada por uma pressão do próprio Estado autoritário que a manipulava através dos meios de comunicação de massa. A sociedade a sustentou sobremaneira porque se reconhecia nela, porque havia entre sociedade e Estado um forte laço de identidade autoritária. Passado aquele período, as pessoas que aceitaram a situação, seja defendendo o regime, seja se omitindo em relação aos seus crimes, passam a rejeitar a situação anterior e a movimentarem-se dentro do paradigma vigente de contestação e condenação, evitando, com isso, o seu vínculo com o regime ditatorial.

É o mesmo problema que nos mostra Becker (2006) quando aponta as dificuldades de articular o depoimento oral com outros tipos de fontes, que há muito se tornaram habituais, como a pesquisa documental. Para o autor, a história oral caracteriza-se por ser um “arquivo provocado” (BECKER, 2006, p. 28), onde mesmo em uma entrevista na qual a espontaneidade do entrevistado lhe facultaria uma maior credibilidade do que a análise de um documento, a pessoa se prepara de forma antecipada para tal, rememora os fatos que o entrevistador vai lhe interrogar ou até mesmo separa documentos, fotos, etc., que possam auxiliar a si e ao pesquisador. O grande inconveniente destes “arquivos provocados” é que são sempre *a posteriori*, resgate de lembranças equivocadas ou até mesmo transformadas para que coincida com o que é pensado como paradigma anos mais tarde. Essa transformação dos fatos pela memória no relato atual também se deve,

principalmente, talvez, para que este coincida com aquilo que o pesquisador quer ouvir.

De forma paradoxal, o discurso oral, apesar de suas maiores limitações em resgatar a experiência real do passado, dada a distância histórica, pode vir a ser um fator importante para dar àqueles que participam da história, a oportunidade de se expressar sobre ela, de se sentirem parte integrante do processo de construção histórico. “Ela pode dar a palavra aos ‘esquecidos da história’, aos que não tem capacidade, nem tempo, nem vontade de escrever” (BECKER, 2006, p. 29).

Em segundo lugar, foram utilizadas também pesquisas em fontes primárias, tais como jornais e revistas da época, principalmente no Arquivo Histórico de Santa Maria e no Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores. No primeiro, efetuamos um levantamento dos fatos principais que dizem respeito diretamente ao tema estudado no jornal local *A Razão* dos anos de 1964 a 1969, e referentes também aos anos anteriores, a fim de que tivéssemos a possibilidade de compreender melhor a conjuntura política que se estabelecia no país e que culminou com o Golpe em 31 de março.

No Arquivo da Câmara pesquisamos principalmente as atas⁹ e outros documentos oficiais do período, já que, como o afirmado, os ferroviários possuíam um forte elo com o parlamento, seja através de vereadores oriundos do seio classista, quanto de simpatizantes do movimento. Esta documentação foi de suma importância para a execução do trabalho, pois nos disse muito acerca principalmente das relações conflituosas entre os apoiadores de um e de outro espectro político, e nos mostra como as relações de poder são construídas, ressignificadas e legitimadas a partir destes discursos.

Outra fonte importante é o arquivo da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul Ltda. (COOPFER), local onde concentramos nossos esforços durante um longo tempo. Foi encontrado no referido arquivo um volume muito grande de documentação referente ao período em estudo, bem como várias pastas contendo material de sindicância contra os antigos funcionários e que tinham por objetivo recolher provas para posterior processo

⁹ As atas da Câmara de Vereadores de Santa Maria estão todas digitalizadas retrospectivamente até o ano de 1978, segundo a última informação, e estão disponíveis no Arquivo da Câmara a todos os pesquisadores interessados.

judicial dos envolvidos. Tais sindicâncias possuem uma estrutura incriminatória prévia, causando um total desequilíbrio entre as partes envolvidas.

Buscando apoio na literatura nacional, encontramos no estudo de José Ricardo Ramalho (2001) uma situação semelhante à vivida pelos ferroviários em Santa Maria. Estudando o movimento metalúrgico do Rio de Janeiro através dos Inquéritos Policiais Militares (IPM) no mesmo período (1964-1968), o autor se depara com uma linguagem extremamente policial, dura e inquisitorial, utilizada para aterrorizar e amedrontar a outra parte interessada no processo¹⁰. A linguagem autoritária e amedrontadora dos IPM, onde a condenação já fica expressa nas entrelinhas, levou a uma onda de delação dos próprios companheiros de trabalho. Este fato, típico dos períodos inquisitoriais, tinha como objetivo não apenas livrar o depoente de uma condenação futura, mas também, e principalmente, alijar dos postos de comando as diretorias empossadas de forma legítima e legal, ou ainda ocupar ou pleitear a ascensão por parte dos delatores aos postos hierárquicos ocupados por aqueles que sofriam o processo de delação. Esta tese também foi confirmada nos estudos que realizamos durante a pesquisa.

Cabe ressaltar aqui que as pesquisas desenvolvidas principalmente nos arquivos das instituições estão ligadas de certa forma a processos político-ideológicos que determinam qual fato ou documento deve ser preservado em detrimento de outro.

Arquivos, para Castro (2008), são conjuntos de documentos selecionados e tornados relevantes por alguém, separados segundo o grau de interesse e de acordo com uma lógica prévia. Somente após esse processo, passa a fazer parte do patrimônio documental e torna-se apto a ser aberto ao público para consulta; a seleção, o arquivamento e a transformação em patrimônio documental seguem uma forma arbitrária de padronização. O autor nos aponta, ainda, que patrimônio não são apenas os bens materiais, mas também os simbólicos que são incorporados ao universo das relações sociais. Só que estes símbolos também estão em relação direta com os jogos de poder que o discurso das classes dominantes impõe ao

¹⁰ Esta ideia que Ramalho aponta entre os IPM analisados e sua relação em termos de estrutura com os processos inquisitoriais é julgada por nós como totalmente procedente. Tanto os IPM, para ele, quanto as sindicâncias analisadas por nós na COOPFER, eram praticamente meras formalidades que tinham por objetivo estabelecer relações de desequilíbrio entre as partes materializadas em ameaças, medos e certezas de punição. Tais documentos nada possuem de “neutros”, mas produzem uma inter-relação especial que cabe ao historiador e ao cientista social procurar decifrar. Para um aprofundamento da questão, ver GUINZBURG (1989), p. 203-214.

conjunto da sociedade, que passa a aceitar determinadas categorias ou monumentos¹¹ como fazendo parte da “sua” identidade, ao mesmo tempo em que relega outras ao esquecimento. Sendo a preservação um caráter seletivo e, portanto, arbitrário do ponto de vista histórico, sujeito a variáveis culturais e políticas, travam-se no seu interior verdadeiras “batalhas pela memória” entre “vencedores” e “vencidos”, entre os que estão “fora” e os de “dentro”.

Para Pollak (1989), memórias estão sempre em disputa opondo o oficialismo da versão dos vencedores, expresso em IPM, sindicâncias ou outros ritos processuais, ao discurso do vencido sempre colocado em silêncio. Este não significa esquecimento, mas prima pela resistência ao discurso oficial. Memória e esquecimento sempre caminham juntos, negando-se e afirmando-se uma sobre a outra. Ir até os agentes que vivenciaram aqueles momentos e resgatar a memória daquele tempo através da sua fala é negar o silêncio e o esquecimento a que foram relegados.

No tocante às entrevistas orais, faz-se necessário estabelecermos algumas considerações. Uma delas diz respeito à seleção das testemunhas ou depoentes. Por se tratar de um estudo referente a um período histórico de certa forma distante no tempo, as pessoas entrevistadas já possuíam uma idade um tanto quanto avançada, apresentando lapsos de memória evidentes, o que nos levou a ter certos cuidados como procurar não nos estendermos muito limitando o tempo das mesmas.

As entrevistas seguiram o roteiro daquilo que se convencionou chamar de “entrevista semidirigida”, a qual se mostrou para nós como a mais profícua em termos de resultado final¹². Compreendemos ser esta técnica a mais adequada, pois segue-se um roteiro pré-determinado que pode ser alterado à medida que a entrevista se desenvolve, principalmente quando se está diante de uma pessoa bastante loquaz. Considerando-se o apontado por Thompson (1995, p. 263),

¹¹ Utilizamos o termo “monumento” no sentido que Le Goff (1991) lhe atribui, ou seja, como signo do passado, tudo aquilo que perpetua a lembrança de um determinado fato que é *eleito* sobre outros por aqueles que detêm o poder.

¹² Podem ser utilizados ainda dois outros tipos de entrevistas. A “dirigida” que tem por finalidade conduzir passo a passo a testemunha em direção ao objetivo proposto pelo entrevistador. Este método não é o mais recomendado pelos pesquisadores, pois restringe a espontaneidade da resposta e impede a testemunha ou o depoente de desenvolver seu próprio discurso. A entrevista “não-dirigida” é outra forma de abordagem que se caracteriza pela fala totalmente livre do depoente e que acarreta, também, problemas como a possibilidade do depoente perder-se em digressões que dificultem a compreensão e a organização posterior do texto. Para uma análise mais aprofundada das dificuldades inerentes a essas duas formas de entrevista, ver THOMPSON (1995), p. 258-261.

procuramos não interromper os depoimentos mesmo que em alguns casos tenha havido suposta digressão em relação ao tema ou à pergunta feita¹³.

Durante o transcorrer da pesquisa, evitamos a aplicação de questionários escritos. Chegou-se a formular um modelo que foi aplicado em uma espécie de pré-teste, mas que resultou em um retorno totalmente insatisfatório, pois ficou “reduzido a respostas monossilábicas” (THOMPSON, 1995, p. 257), que pouco ou quase nada acrescentaram ao desenvolvimento da pesquisa.

A transcrição dos áudios das entrevistas seguiu as orientações constantes nos trabalhos de Tourtier-Bonazzi (2006) e Thompson (1995). Nas transcrições foram utilizadas certas convenções. Palavras ou expressões entre colchetes significam que foram incluídas para melhor compreensão do texto, pois muitas vezes as pessoas entrevistadas falavam com certa rapidez o que terminava por deixar a frase muitas vezes “truncada” e de difícil compreensão. Palavras ou frases ininteligíveis devido à má qualidade de áudio foram suprimidas e substituídas pela expressão *inaud.* entre colchetes. Palavras com forte entonação foram grifadas em negrito e supressões de frases ou expressões no texto foram grafadas com o símbolo tradicional de três pontos colocados entre parênteses.

Os nomes das pessoas entrevistadas foram suprimidos e substituídos por iniciais. Mesmo aquelas que nos autorizaram a publicá-los, preferimos seguir o padrão e mantê-las no anonimato. Ocultamos também sua função dentro da ferrovia para evitar que, a partir deste dado, estas pessoas fossem identificadas de alguma forma.

Este padrão foi utilizado também na pesquisa em arquivo que realizamos, seja nos jornais e revistas da época, pesquisados no Arquivo Histórico, seja nas sindicâncias abertas pelo interventor, a fim de punir os funcionários que supostamente estariam envolvidos com subversão e até mesmo com desvios de mercadoria e dinheiro¹⁴, pesquisadas no arquivo da COOPFER.

¹³ Em alguns casos, após escutarmos as gravações, notamos que mesmo nas digressões encontrávamos elementos que poderiam ser-nos úteis em outros momentos da pesquisa.

¹⁴ Na Cooperativa terminamos por assinar um “Termo de Confidencialidade e Sigilo” para exatamente resguardar os ferroviários ou seus familiares de futuros constrangimentos desnecessários, até por se tratar – como já afirmamos – de um período extremamente complexo e difícil que ainda hoje gera muita mágoa e ressentimento de ambas as partes. Isso inclui as fichas funcionais cujos dados nos comprometemos em não divulgar, mesmo omitindo o nome dos funcionários. As citações e a publicação em anexo dos documentos da Cooperativa foram autorizados pelo arquivista e historiador professor Rodrigo Mello. Um modelo do “Termo de Confidencialidade e Sigilo” encontra-se publicado em anexo.

Para dar sustentação a esta série de elementos necessários para desenvolver o tema, também utilizaremos autores como Erickson (1979), Dreifuss (1981), Ianni (1981, 1985), Ramalho (2001), Codato (2005), para as questões nacionais. No âmbito local, torna-se imprescindível a consulta das obras de Flôres (2008, 2009) e o livro de memórias do Marechal Mario Poppe de Figueiredo (1970), que traz esclarecimentos muito interessantes sobre os primeiros momentos da repressão e a maneira distorcida e demonizadora com a qual as forças conservadoras tratavam o movimento operário na cidade, principalmente os ferroviários. O livro traz ainda, em anexo, farta documentação entre correspondências, despachos, matérias publicadas em jornais locais, etc., que ajudam a compreender aqueles momentos dramáticos vivenciados pela Nação.

Quanto à estrutura deste texto, resultado final da pesquisa, utilizamos a divisão em três capítulos. No primeiro, “Os ferroviários de Santa Maria”, serão abordados aspectos da formação da classe ferroviária na cidade, a afirmação da profissão, seus projetos de ascensão social, como era exercido o pragmatismo político, seu conceito e como os ferroviários procuravam ressignificá-lo a partir de suas vivências e sociabilidade. No encerramento deste capítulo, há também uma abordagem das greves e de como elas serviam como forma de pressão social, tanto para angariar benefícios econômicos como também para expressar sua cidadania.

No segundo capítulo, intitulado “Santa Maria e o Golpe Civil-Militar”, abordaremos o Golpe em nível nacional, os antecedentes históricos e os estudos sobre o tema; a cidade de Santa Maria como importante polo ferroviário do sul do Brasil e a distribuição político-partidária na cidade entre 1945-1964, com destaque especial para as eleições de 1963. Abordaremos como ocorreu o Golpe na cidade, sua influência na Câmara de Vereadores e em outros setores.

O terceiro capítulo, o mais amplo pela própria complexidade do tema, possui como título “Criminalização e hierarquização da sociedade: a Ditadura Civil-Militar e o fim do pragmatismo no meio ferroviário gaúcho”. Aqui, serão abordados temas como a prática da tortura, as prisões e cassações de políticos e servidores públicos; depoimentos importantes de familiares de líderes sindicais que servirão de base para a discussão do tema da criminalização da sociedade, onde cada cidadão brasileiro passou a ser visto como um subversivo em potencial e os sindicatos como verdadeiras fábricas de subversão. Cada cidadão passa a ser “culpado por suspeita” e a ter seus direitos regulados e submetidos à investigação prévia. As intervenções

nas associações de classe e principalmente na Cooperativa (COOPFER) vão nos mostrar através das sindicâncias internas como funcionava essa criminalização. Será importante também a análise dos jornais e mídia impressa em geral, e ver como o discurso da subversão e de um potencial esquema de comunização do país foi desenvolvido e manipulado pelos órgãos oficiais.

Paralelo a isso, desenvolveu-se um esquema de militarização, não apenas das instituições que foram colocadas sob intervenção, mas também da sociedade civil como um todo. Como consequência de toda essa situação, está colocada a questão do fim do pragmatismo enquanto modelo de ação política dos trabalhadores ferroviários e a subsequente despolitização e burocratização dos sindicatos e entidades de classe em geral.

Por fim, na conclusão deste trabalho, ligaremos o objeto apresentado à situação atual da classe ferroviária e as relações entre a Ditadura Civil-Militar e seu modelo econômico de fortalecimento e favorecimento de um novo tipo de política de transportes e o conseqüente declínio do transporte ferroviário no Brasil.

Como ressaltado anteriormente, a validade da pesquisa vem no sentido de trazer novas contribuições ao tema proposto, pela escassez de literatura nas ciências sociais como um todo que aborde as relações políticas entre Estado e sindicatos nos primeiros anos da Ditadura Civil-Militar, em especial sobre a realidade do Rio Grande do Sul, e, de modo particular, sobre a cidade de Santa Maria.

1. OS FERROVIÁRIOS DE SANTA MARIA

No presente capítulo abordaremos os elementos históricos da formação da classe ferroviária no município de Santa Maria/RS, considerando-se o desenvolvimento que a ferrovia trouxe para a cidade, seus projetos de ascensão social e as formas como se manifestavam esses projetos, através principalmente da aproximação das lutas classistas com as suas representações no parlamento, fato que se convencionou chamar de “pragmatismo político”, na ótica de Flôres (2008; 2009).

É inegável a transformação sofrida pela antiga província do Rio Grande do Sul, ao final do Império, graças à introdução do transporte ferroviário no sul do Brasil, o que permitiu, ao longo da primeira metade do século XX, já na fase republicana, o Estado sul-rio-grandense experimentar vasta modernização e desenvolvimento. Situação que também se refletiu na sociedade, fazendo com que o tradicionalismo agropastoril fosse sendo superado paulatinamente pela urbanização, com características centradas na expansão do comércio e no progresso das indústrias de transformação. Também se tornou evidente, pelo novo contexto histórico, sócio-político e econômico, o aparecimento de inúmeras formas de organização dos trabalhadores em seus diferentes labores, a exemplo dos ferroviários que atuaram praticamente em todos os grandes municípios do Rio Grande do Sul. E, como sabido, a relação Viação Férrea - como empresa privada e estatal - e os trabalhadores ferroviários, tornou a cidade de Santa Maria um polo do setor de transportes e um núcleo expressivo dessa mão de obra.

1.1 A ferrovia em Santa Maria: aspectos definidores da “classe ferroviária”

Preterida pelo projeto inicial de Ewbank da Câmara¹⁵ por não possuir, segundo o engenheiro, nenhum atrativo à época, seja no campo agroprodutor ou no industrial que pudesse remunerar rapidamente o capital invertido¹⁶, Santa Maria só foi fazer sua entrada na rota ferroviária do Estado no dia 15 de outubro de 1885¹⁷, quando foi inaugurado o trecho Cachoeira - Santa Maria que pertencia à Estrada de Ferro Porto Alegre - Uruguaiana¹⁸. Esta data é carregada de simbologia, pois marca o ingresso da cidade em uma era onde a modernidade e o progresso estão estereotipados na figura do trem. Neste momento ocorre o que podemos chamar de passagem de uma Santa Maria tradicional para outra, moderna, com uma superação muito clara do provincianismo característico do interior para um cosmopolitismo que deu ao município “ares de cidade grande” (RODRIGUES, 2003, p. 20).

O desenvolvimento não foi apenas econômico com o aumento da renda municipal e posterior inversão deste capital em bens públicos¹⁹, mas também cultural: mudanças na arquitetura da cidade, a urbanização seguindo padrões europeus com ruas largas e arborizadas, a influência da moda e a mudança dos costumes da população que procurava adequar-se cada vez mais com o que ocorria em outras partes do mundo: tudo era trazido pela ferrovia. Através desta, a antiga cidadezinha provinciana, de costumes tradicionais e ares bucólicos, passa a fazer parte então da civilização moderna, incorporando hábitos e costumes até pouco

¹⁵ J. Ewbank da Câmara, engenheiro gaúcho que em 1872 apresentou um projeto ferroviário ao governo Imperial para incluir o Rio Grande do Sul no mapa ferroviário brasileiro. Neste projeto destacava-se a questão estratégica como um prolongamento da rede nacional proporcionando segurança às zonas de fronteiras. O ponto central de irradiação ferroviária estaria localizado, pelo projeto inicial, em São Gabriel.

¹⁶ O capital investido em ferrovias no Brasil na época era majoritariamente de origem inglesa, principalmente nos centros irradiadores da economia, como na região sudeste. No sul, devido a pouca importância econômica, o capital inglês não se fez sentir de modo tão proeminente, o que ocasionou o surgimento de investimentos belgas e franceses, num primeiro momento, e norte-americano em um momento posterior.

¹⁷ “Em 15 de outubro [de 1885], com a presença do Dr. Miguel Rodrigues de Barcelos, vice-presidente da Província, em exercício do cargo, foi inaugurada oficialmente a linha férrea entre Santa Maria e a capital”. (BELÉM, 2000, p. 160).

¹⁸ A Estrada de Ferro Porto Alegre - Uruguaiana foi iniciada em 1877, mas seu término ocorreu apenas trinta anos depois, em 1907. Problemas políticos e econômicos os mais variados foram as principais causas do atraso.

¹⁹ Para se ter uma ideia deste desenvolvimento, entre 1893 e 1932 o número de prédios aumentou de 496 para 5.202, enquanto a população (cuja média era de seis habitantes por prédio) passou de 2.976 para 31.212 habitantes. (Cf. BELÉM, 2000, p. 184).

tempo inimagináveis para a maioria da população. O trem diminuiu as distâncias, aproximou as pessoas e, por que não dizer, democratizou de certa forma as relações sociais. O historiador inglês Eric Hobsbawm resume bem essa alegoria do progresso trazido pela ferrovia:

Os trens alcançavam o centro das grandes cidades – onde suas façanhas triunfais eram festejadas com estações ferroviárias igualmente triunfais e gigantescas – e às mais remotas áreas da zona rural, onde não penetrava nenhum outro vestígio da civilização do século XIX. (...). À época, nas regiões “desenvolvidas” do Ocidente, muito poucos homens, talvez mesmo poucas mulheres, cuja mobilidade era mais restrita, deixaram de entrar em contato com a ferrovia em algum momento de suas vidas. (HOBBSAWM, 2002, p. 48).

Mas nem tudo era *glamour* na ferrovia. Toda a ideia de progresso e civilização que ela trazia inculcada no seu próprio conceito, era contestada e até mesmo negada através da criação de uma nova profissão e de uma “nova classe” que surgia concomitantemente a esse surto progressista: a “classe ferroviária”.

Foram os próprios ferroviários que assim se denominaram ao longo da primeira metade do século XX. Isso é tácito em documentos das suas entidades e na própria voz dos agentes que se definem como tal, como um núcleo de trabalhadores que possuem entre si vínculos mais estreitos e definidores de sua postura social, além da simples questão econômica. Para tanto, entendiam que a profissão, pela sua importância e significação ao desenvolvimento regional, deveria ser considerada de forma especial. Não havia, na verdade, uma preocupação por estabelecerem definição sociológica de “classe”, ou mesmo um posicionamento de classe; mas uma atenção para a forma como deveriam ser reconhecidos na sociedade: como um grupo de trabalhadores, que tinham identidade profissional e inserção social peculiares. Reconheciam-se, dessa forma, como aqueles que apresentavam *status* diferenciado de outros setores operários (hierarquia e progressão funcional; remunerações distintas dos demais trabalhadores; organização de amparo mútuo; acesso à educação; etc.).

De início, podemos situar estes trabalhadores dentro do contexto geral de formação da própria classe operária brasileira como um todo. Posteriormente, na medida em que as necessidades do novo trabalho foram exigindo ações mais específicas, os ferroviários terminaram por formatar o seu trabalho afastando-se da

característica geral e assumindo contornos próprios, exclusivos da classe enquanto tal.

O ponto principal é não atribuir seu caráter e modo de proceder a causas predeterminadas, mas partir de suas próprias experiências e vivências cotidianas. A ideia predominante é a da *pertença* a um determinado grupo que realiza formas semelhantes de trabalho, que *pertencem* ao mesmo cotidiano e compartilham vivências e experiências. Não há uma negação da questão econômica e da posição da classe diante dos conflitos do trabalho, mas um redimensionamento e um alargamento do conceito.

Maria de Fátima Salum Moreira, em sua obra “Ferroviários, trabalho e poder” (2008), possui uma visão similar em relação ao problema. Analisando as relações de trabalho existentes na Estrada de Ferro Sorocabana no Estado de São Paulo nos anos 1940, durante o período de implantação de uma nova forma de racionalização do trabalho a partir do taylorismo, a autora aponta que também os trabalhadores paulistas veem a si próprios como fazendo parte de uma classe especial. Isso se deve principalmente ao estabelecimento de uma ideia de pertencimento a um determinado grupo ou associação que possuem experiências, vivências e visões de mundo comuns que levavam a incorporar um sentimento de pertencer a uma categoria especial de trabalhadores, a qual se elevava à noção de classe. Para a autora, o importante é

(...) procurar conhecer as ações dos trabalhadores, não atribuindo seu caráter e seu fazer a causas predeterminadas, ou seja, como resultante da lógica do capitalismo e da ação burguesa, ou, então, apenas da ação de suas vanguardas. Partiu-se do princípio de que é possível recuperar o acontecer e a constituição dos trabalhadores como “classe” ou categoria social, a partir de suas experiências cotidianas. (MOREIRA, 2008, p. 17-18).

Isso não significa abandonar a importância das relações de produção na formação das classes sociais. Mas é preciso ir mais além, ou seja, incorporar a multiplicidade dos atos dos homens que são tratados das formas mais complexas, a partir de sua consciência e das relações conflitivas que se estabelecem com outras classes. Isto significa, conforme a autora,

Conceber o real como constituído por meio da experiência humana, cujas práticas e representações são ao mesmo tempo constituídos *pelo* e constituintes *do* real. Portanto, as transformações da realidade social são

definidas pela indeterminação, pelo inacabamento, o que determina a impossibilidade de serem decretadas certezas em relação ao devir histórico. (MOREIRA, 2008, p. 18). [Grifado no original]

Klaus Eder (2002) em sua obra “A nova política de classes” afirma que não se pretende hoje em dia extinguir o conceito de classe social, mas o de adaptá-lo à nova realidade econômica, política e social da contemporaneidade onde não existe mais “o” agente social (aqui compreendido como grupo, classe, etc.), mas vários agentes e atores com suas perspectivas e visões de mundo, muitas vezes particulares, outras com interesses comuns a outros agentes que também se arvoram a ser protagonistas do processo histórico.

Noutro viés, para Bourdieu (2002), a consciência de classe não se restringe apenas à noção política; o pertencimento extrapola o simples fato do labor cotidiano em conjunto para assumir ou se manifestar em todas as formas de convivência cotidiana, desde a labuta diária na fábrica ou, no caso específico, nos diferentes ambientes onde os ferroviários exerciam suas funções, até o convívio fora destes ambientes laborais, por assim dizer, nas vilas operárias, nas atividades culturais, desportivas, etc.

Foi a partir da criação deste ambiente que os ferroviários construíram seus projetos de ascensão social que teve nas organizações representativas, mutuais e de assistência, em um primeiro momento, evoluindo posteriormente para as de reivindicação política, o seu ponto maior de inserção social e de construção do seu papel diferenciado frente à sociedade.

1.2 Projetos de ascensão social: as organizações representativas

Historicamente, os ferroviários sempre estiveram preocupados com questões sociais e engajaram-se em lutas por melhores condições de vida e trabalho, mesmo antes de constituírem-se como categoria profissional organizada, naquela primeira fase quando ainda estavam ligados às expectativas comuns do proletariado brasileiro de modo geral²⁰. Isso significa que, antes de estarem plenamente engajados e conscientes da profissão que exerciam/exercerem e, portanto,

²⁰ Entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do XX.

reconhecerem-se a si próprios como pertencendo a uma determinada classe, os trabalhadores viram-se na iminência de portarem-se como tal, ao ter de defender seus direitos básicos através dos movimentos paredistas, por exemplo, ainda na fase de construção das vias, e a *posteriori*, quando atuavam como trabalhadores das empresas prestadoras de serviços de transportes²¹. Tal comportamento engajado ocorria pela razão simples de que possuíam plena consciência de sua função produtiva na sociedade, pois sabiam que pertenciam a um setor de suma importância para o desenvolvimento econômico e social. Ou seja, tinham consciência de sua força, do seu papel enquanto atores extremamente ativos na sociedade, o que ficou demonstrado nas greves que foram deflagradas ao longo de todo o século passado.

Posteriormente, em um segundo momento, os ferroviários sentiram a necessidade de direcionar a formatação “da classe” como sendo distinta das demais, através de projetos de ascensão social, cuja necessidade de afirmação da profissão desempenhou um papel fundamental na sua estruturação e no reconhecimento público por parte da sociedade civil. Na verdade, destacou-se a importância dos ferroviários para o desenvolvimento da comunidade como um todo.

Tais projetos passavam necessariamente pela organização e expansão de associações que representassem os direitos e os anseios desta “nova classe”, que surgia no contexto de uma tomada de consciência da exploração do trabalho. Os capitalistas necessitavam um novo tipo de trabalhador, não mais afeito apenas a serviços braçais, mas também intelectuais, já que a tendência era cada vez mais, com o desenvolvimento tecnológico, buscar a especialização do trabalhador²².

Um fato que contribuiu para a deflagração deste processo de ascensão social e de construção de um status amplamente favorável frente à sociedade como um todo, foi o papel desenvolvido pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul nos acontecimentos traumáticos da grande greve de 1917 que atingiu várias categorias profissionais, destacando-se entre elas, a dos ferroviários²³. Assumindo uma postura

²¹ Cf. PETERSEN (2001), p. 328-340, DE LUCA (1986), p. 69-91, BATALHA (1991-1992), p. 111-124, entre outros.

²² Mesmo nas primeiras décadas do século XX, já que os maquinismos a vapor ou mecânicos eram bastante complexos ao conhecimento da maioria dos brasileiros, e de modo particular aos operários, em sua grande maioria analfabetos e desinformados sobre trabalho técnico-especializado.

²³ Sobre a greve geral de 1917 e, mais especificamente, sobre a participação dos ferroviários de Santa Maria, ver KLIEMANN (1977, p. 64-91); PETERSEN (2001, p. 328-340) e HEINSFELD (2007, p. 293-298).

conciliadora, o governo de Borges de Medeiros se apresentou como intermediário dos grevistas e reconheceu as reivindicações como legítimas.

Esta atitude insere-se dentro de uma nova estratégia de mudança na função do Estado, que se inicia devido ao crescente desenvolvimento urbano do país, e o conseqüente aumento do contingente do operariado que se deslocava para as cidades em busca de emprego. Apesar de continuar tratando o movimento sindical e paredista como “caso de polícia”, o Estado se viu na obrigação de começar a se interessar pelas questões ditas sociais e, até mesmo, como forma de garantir e preservar o *status quo* dominante.

Ao longo dos quarenta anos de domínio do Partido Republicano (PR) durante a República Velha, a situação do operariado e dos sindicatos frente ao Estado praticamente não sofreu alterações. Isto se deveu, dentre outros fatores, pelo fato de que a burguesia urbana não disputou o poder neste período com a aristocracia agrária, mesmo naquelas regiões onde assumiam importância econômica. Quando o fez, não foi com o intuito corporativo de uma ideologia de classe, mas por interesses de grupos isolados normalmente compostos pelas elites regionais ou, também, nacionais, por meio da chamada “política dos governadores”.

Não havia por parte da burguesia urbana (principalmente em São Paulo) desejo de partilhar (ou ambicionar) o poder político imediatamente, mas apenas de usufruir as *benesses* de uma situação controlada pela aristocracia rural que, apesar de começar investimentos fora de sua alçada (indústrias, ferrovias, etc.), não via seu poder político ameaçado pela burguesia e outros estratos ou frações, tais como classe média ou proletariado. Os núcleos urbanos que se formaram nessa época se agruparam em duas condições distintas: marginalizados (proletários e classe média) e conformistas (grande burguesia).

Diante deste contexto, as tentativas de criar leis referentes à política trabalhista foram todas consideradas “letra morta”²⁴. Muitas sequer foram aprovadas e outras tantas nunca foram executadas. Versavam quase todas sobre trabalho do menor, trabalho feminino, acidentes de trabalho enquanto “risco profissional”, etc. O objetivo principal era o de que, ao se regulamentar tais leis, o risco de greves e de abalos ao sistema fosse, no mínimo, diminuído. Segundo o discurso do deputado

²⁴ “Na Primeira República, o Estado não deixou de legislar a respeito do trabalho de mulheres e menores, higiene nos locais de trabalho e férias. No entanto, esses regulamentos permaneceram ‘letra morta’ posto que o patronato não se dispunha a cumpri-los, chegando até mesmo a ignorá-los completamente” (SOUZA MARTINS, 1989, p. 17).

Medeiros e Albuquerque ainda em 1904, tais regulamentações tornavam-se imprescindíveis e inevitáveis diante do crescimento dos núcleos urbanos e sua consequente industrialização.

Parece que estamos no momento oportuno para iniciar uma boa legislação operária. Esperar que nos furtemos a ela é uma loucura; os mais retrógrados não de sentir que se os outros povos se têm visto forçados a decretá-la, nós havemos também de ceder à contingência. (*Apud*, DIAS, 1977, p. 60).

No Rio Grande do Sul, o governo gaúcho foi extremamente hábil em fazer a leitura correta desta “contingência” de que nos fala o deputado pernambucano: a prioridade que se estabelece a partir de então é a da necessidade de incorporar (cooptar) o operariado aos ditames da ordem e do progresso. Ao agir desta forma, cumpria com o objetivo da moral positivista de atrair para o interior do Estado todos os segmentos sociais, a fim de preservar o conjunto do *corpus* social. Esta atitude só fez aumentar a necessidade dos trabalhadores em buscar na organização o ponto de partida para o seu reconhecimento como categoria profissional. Como aduz Flôres (2008, p. 20): “assim, se houve cooptação externa, internamente o coletivo dos trabalhadores da ferrovia buscou se organizar e agir em prol do fortalecimento e reconhecimento profissional e social”.

Inicialmente, as primeiras entidades e associações representativas tiveram um caráter muito mais assistencial do que propriamente reivindicativo, onde a solidariedade espontânea, principalmente nos períodos de maior penúria ou naqueles momentos de greve mais prolongada, sempre se fez presente. Este caráter assistencial foi de certa forma estigmatizado pela historiografia, pois era visto como inserido dentro de uma espécie de “pré-história” do sindicalismo, onde a inexistência de direitos sociais pelo proletariado levaria este a procurar nas formas assistencialistas de organização uma maneira de aplacar seus infortúnios. Segundo Flôres (2008), entre os ferroviários esta situação se mostrou mais perene e permitiu à categoria que formasse e consolidasse seu *status* frente à sociedade, ao estenderem seus benefícios a toda a comunidade através da criação e formação de várias entidades.

No coletivo do operariado ferroviário gaúcho o assistencialismo e o mutualismo foram perenes. Assim se sucedeu com as primeiras sociedades de caráter beneficente e mutuais, e logo com a formação da cooperativa de

consumo, construção de escolas e criação de clubes de futebol e de lazer que permitiram aos trabalhadores ferroviários do Rio Grande do Sul obter um *status* diferenciado no contexto da sociedade gaúcha. (FLÔRES, 2008, p. 149).

Devido ao fato de que o objetivo da dissertação está direcionado para a análise do período pós-64, e à forma como o movimento sindical e reivindicativo dos ferroviários santa-marienses foi desmantelado pela Ditadura Civil-Militar, não iremos nos aprofundar neste primeiro momento das organizações representativas dos trabalhadores. Nossa ênfase incidirá no período 1945-64, principalmente a partir de duas organizações que tiveram grande influência no movimento ferroviário e que sustentaram, por assim dizer, a práxis política da categoria conhecida como pragmatismo: o Movimento Unificador Ferroviário (MUF) e a União dos Ferroviários Gaúchos (UFG).

1.2.1 Movimento Unificador Ferroviário (MUF)

O Movimento Unificador Ferroviário (MUF) foi a primeira organização ferroviária criada em Santa Maria²⁵, ainda na década de quarenta, e teve como primeiro presidente o ferroviário Geraldo Jansen. Segundo depoimentos colhidos por Petry (2000), o MUF surgiu da união dos trabalhadores ligados às oficinas do Km 3²⁶ com os outros empregados dos mais diversos setores da Rede. De acordo com o autor, nessa época os ferroviários chegaram a um nível tal de organização classista que foram considerados os pioneiros nesse tipo de movimento na América Latina. Diferentemente das organizações precursoras dos ferroviários, que tinham no assistencialismo e no paternalismo a sua linha mestra de conduta, o MUF destacou-se por ser extremamente representativo e estar sempre na vanguarda da luta dos ferroviários em prol tanto da manutenção dos benefícios adquiridos, quanto na tentativa de novas conquistas. No movimento, o viés político era evidente, sem contudo negar a cultura anterior do mutualismo e associativismo.

²⁵ Pelo menos com estrutura formal. Anteriormente outras entidades ditas "sindicais" não tiveram organização sustentável e/ou expressiva em termos de atuação no decorrer dos anos, no meio ferroviário gaúcho, que as pesquisas realizadas até aqui tenham conseguido identificar.

²⁶ Atual bairro de Santa Maria, assim denominado de Km 3, na zona leste da cidade.

A primeira greve liderada pelo MUF foi em 1944 e teve caráter exclusivamente economicista, isto é, reivindicavam aumento salarial, visto que havia na época uma defasagem muito grande entre o salário da população ferroviária e o custo de vida em geral. Apesar da luta ainda, naquele período, estar resumida a questões salariais, já se nota uma forte politização do movimento que viria a tomar forma mais definitiva alguns anos depois com a criação da UFG. Apesar dos problemas advindos da paralisação, os objetivos a que se propuseram os trabalhadores foi atingido, pois sua reivindicação principal, a de aumento salarial, foi conseguida após duras negociações com a diretoria da empresa estatal, a então VFRGS (Viação Férrea do Rio Grande do Sul).

As negociações nem sempre eram amistosas, porque a diretoria muitas vezes não abria espaço para discussões, sempre procurando desmobilizar a categoria e até mesmo mandando reprimir com violência o movimento. Isso decorria dos reflexos das greves, enquanto principais mecanismos de pressão classista, sempre vistas pela classe dominante como sinônimo de subversão da ordem. Segundo o ex-ferroviário e vereador petebista em segundo mandato à época do Golpe, Alexandre da Cruz, já falecido, em seu livro de memórias (CRUZ, 2004), tanto a polícia civil quanto a Brigada Militar eram “inimigos ferozes dos ferrinhos” tratando-os sempre com o mesmo discurso das classes dominantes, ou seja, de baderneiros e desordeiros. Para Cruz (2004, p. 27), “a classe apanhou mas também bateu e nunca se encolheu, [pois] sempre esteve na frente e na luta por melhores dias” **[sic]**. Tudo isto apenas criou na “classe ferroviária” um sentimento cada vez maior de união e o não esmorecimento diante das adversidades, seja na linha de trabalho, seja na ação política, e isso contribuiu para que este prestígio frente à sociedade se solidificasse.

Gláucia Konrad, em artigo recente (KONRAD, 2010), traz à luz a greve ferroviária de 1945, que teve Santa Maria como centro do movimento grevista²⁷. A principal reivindicação da categoria, mais uma vez, era a reposição salarial acrescida de abono familiar e de ausência de represálias contra os ferroviários grevistas.

O aumento pleiteado deveria vigorar a partir do mesmo mês de abril²⁸, juntamente com outras reivindicações: abono familiar equiparado ao que

²⁷ Geralmente, a partir de 1917, as greves na ferrovia do Rio Grande do Sul tinham como epicentro de organização e ação a cidade de Santa Maria.

²⁸ A greve durou três dias, de 5 a 7 de abril de 1945.

percebem as instituições autárquicas e ausência absoluta de represálias, tanto durante a vigência como depois da greve, aos seus participantes (KONRAD, 2010, p. 426).

Apesar de a autora não citar no artigo, fica claro que a organização do movimento estava a cargo do MUF, até mesmo pelo grau de politização que tomou conta do movimento nos dias em que durou a parede. Apesar de não terem conquistado todas as suas reivindicações, podemos afirmar que tanto esta greve como a de 1944 inserem-se em um novo momento do movimento ferroviário e operário em geral, pois mesmo sendo deflagradas em plena vigência da ditadura do Estado Novo, a grande vitória foi a reconquista do direito de greve e o significativo grau de politização do movimento, fato que se tornará comum a partir daquele momento, e que o levará para um novo patamar de atuação principalmente a partir da década de 1950, com a fundação da UFG.

1.2.2 União dos Ferroviários Gaúchos (UFG)

A União dos Ferroviários Gaúchos (UFG) foi fundada em 31 de agosto de 1952²⁹ em Santa Maria, por funcionários que em sua maioria pertenciam às oficinas da Viação Férrea e que possuíam uma representatividade muito forte entre a “classe ferroviária”. Segundo seu estatuto, no artigo primeiro, o objetivo principal da entidade seria o de “(...) orientar e dar assistência jurídica, gratuita ou remunerada aos ferroviários na defesa dos seus direitos e dos seus interesses, na órbita administrativa e na judiciária”³⁰. Afetuosamente chamada de “Gauchinha” pelos associados e categoria em geral, a UFG passou a ser o principal órgão de interlocução dos trabalhadores ferroviários com as autoridades constituídas, principalmente no que dizia respeito à defesa de seus interesses. Criada em um período em que a categoria vivia um grande momento em termos de amadurecimento político, quando, paradoxalmente, as classes dominantes, através de seus órgãos representativos, acusavam a “classe ferroviária” de ser vítima de uma infiltração comunista, a UFG consolidou-se, na realidade, como a grande

²⁹Petry (2000, p. 12), aponta de forma equivocada o ano de 1956 como sendo o da fundação da entidade.

³⁰ Estatuto da União dos Ferroviários Gaúchos, fl. 1. Cópia reprográfica.

entidade classista no Estado do Rio Grande do Sul. Sua primeira diretoria, empossada naquele ano era composta pelos seguintes membros:

“DIRETORIA DA U.F.G.:

Presidente: Nelson Germano Witzel
 1º Vice: Wilson Graeff
 2º [Vice]: Sady Vasconcellos
 Sec. Geral: João Amaro Falleiro Sobº
 1º Secretário: José Callazoni Barcellos
 2º [Secretário]: Luiz Thies Filho
 3º [Secretário]: Sady Franco Machado
 Tez. Geral: Adão Marques da Rosa **[sic]**
 1º Tez.: Abílio José Graeff **[sic]**
 2º [Tez.]: João Liodato Togni **[sic]**
 Diretor de Propaganda: Delmar Costa Neimayer
 Bibliotecário: Oswaldo Montanha Vasconcellos
 Todos são brasileiros, casados e de profissão servidores da V. Férrea”³¹.

Cada setor da Viação Férrea possuía representantes na direção da entidade classista, mas a direção era do setor das oficinas de Santa Maria, local onde surgiu o movimento para a criação do órgão.

Para cada setor da Viação havia uma associação ou sociedade que representava os direitos e interesses dos trabalhadores ali lotados. Em períodos de negociação, estabeleciam uma pauta de reivindicações que levavam ao conhecimento da administração via UFG. Conforme um dos colaboradores depoentes dessa pesquisa:

J. C.: Cada área, cada setor de trabalho tinha uma sociedade representante. Nós tínhamos a Assistencial de Máquinas que abrangia todo o pessoal de tração. Bom, depois tinha o Grêmio Beneficente do Pessoal do Tráfego, quer dizer, que aí era dos transportes, o transporte em geral. Depois tinha a Associação dos Conferentes (...). Tinha a Associação dos Guardas que mais tarde passou a ser segurança (...). Associação do Pessoal de Via Permanente, que era o pessoal de conservação de linha (...). Cada setor tinha lá a sua sociedade e o seu representante. Então quando na época, isso antes de 64, então quando havia um projeto ou uma reunião para reivindicar os direitos, ou seja, aumentos [de salário] ou qualquer outra finalidade que for, cada representante – eles faziam uma assembleia em Porto Alegre – cada representante ia representar a sua classe. Então levava, como se diz hoje, uma pauta. Cada um levava e chegava lá e fazia o debate. Aí depois a administração da ferrovia na época submetia à aprovação. Aí se fosse favorável dava conhecimento.

³¹ Estatuto da União dos Ferroviários Gaúchos, fl. 12. Cópia reprográfica.

Segundo depoimento do ex-ferroviário C. J., que militou nos quadros da UFG durante todo o período de sua existência, a função era única e exclusivamente reivindicatória.

C. J. – A UFG era entre operários [que] queriam criar um órgão que fosse reivindicatório, pedir aumento, estar à testa do operário, então criaram a União dos Ferroviários Gaúchos. Aí ele tirou a diretoria, foi aprovada e ela começou a trabalhar. Aí ela começou e todas as greves eram forçadas por ela, ela que autorizava as greves. (...). Então ali tava; de cada categoria tinha um membro da diretoria: o depósito tinha, porque a direção era das oficinas mecânicas, departamento mecânico que era o cara que foi eleito. Era Witzel... o apelido dele era “Ducha”. Foi o único presidente [sic] que teve durante todo o tempo da Gauchinha³².

As greves passaram a ser comandadas pela UFG e os resultados eram os melhores possíveis, pois, segundo as informações prestadas pelo depoente jamais se “perdeu” uma greve,

C. J. - Ela [a UFG] fez muita greve e muito bem aproveitada, porque nós ganhamos muito, dificilmente perdemos uma greve..., não me lembro, acho que não perdemos nenhuma. Então era essa a finalidade da Gauchinha. Era isso aí, reivindicatória.

Conforme depoimento das filhas de Balthazar Mello³³, principal líder classista nos anos cinquenta e sessenta, os movimentos eram estritamente programados e primavam sempre pela organização e união da classe ferroviária.

G.: A greve era programada, chegava no dia todo mundo ia trabalhar. Tinha dois apitos. Sete horas, sete e quinze, dava o primeiro apito para alertar. Sete e meia dava o segundo, aí todo mundo virava as costas e ia embora. Coisa mais linda do mundo!

A.: E a união deles era muito grande. Tinha muito trem, as máquinas apitavam, aquela agitação e parava tudo.

Muito diferente da ideia que o discurso oficial procurava passar para a sociedade, de que o movimento grevista era composto por baderneiros e que por

³² Aqui parece ter havido um equívoco por parte do depoente, pois um ofício encaminhado à Câmara de Vereadores de Santa Maria datado de 22 de setembro de 1959 e publicado por Flôres (2009, p. 188) dava conta da eleição da nova diretoria do órgão para o biênio 1959-61, tendo como presidente Onofre Ilha Dornelles.

³³ No capítulo III da presente dissertação voltaremos a falar sobre este importante líder, quando abordarmos a repressão política que se seguiu ao Golpe de 31 de março.

isso deveria ser tratado como caso de polícia, em momento algum houve radicalização do movimento e o caráter das greves sempre primava pelo tom pacífico e ordeiro.

É importante a referência que em momento algum a UFG pautou suas ações com medidas de radicalização, já que os ferroviários se posicionavam contrários a possíveis prejuízos ao patrimônio público, em especial ao da VFRGS. E, geralmente, eram muito respeitados e admirados nas comunidades onde atuavam. Mas nem sempre tudo correu tão pacificamente, já que as provocações policiais eram comuns em todas as paralisações. (FLÓRES, 2009, p. 195).

Esta situação é confirmada através do seguinte depoimento:

C. J.: Mas [era] tudo em ordem porque as nossas greves nunca foi desordeira, sempre foi uma greve pacífica, nunca se agrediu ninguém, a nossa situação é que fazia a greve.

Um fato que chama a atenção era a capacidade de negociação que a UFG possuía frente às entidades patronais, seja a direção da Rede (VFRGS) ou até mesmo na negociação direta com o Estado. Esta é uma característica peculiar dos ferroviários que ficou conhecida por pragmatismo, como veremos a seguir. A base da ação era sempre visando a “classe”, a “categoria”.

Apesar das boas relações e do respeito mútuo que vigorava entre as partes, muitas vezes as relações ficavam tensas, até que se chegasse a um acordo que contentasse ambas as partes. O depoimento a seguir referente a uma greve ocorrida nos anos cinquenta, mostra-nos bem a dimensão que muitas vezes tomava o conflito.

C. J.: O José Diogo Brochado da Rocha era o diretor da Rede [e então] “entremo” em greve. (...). Mas puxa pra lá, puxa pra cá, não aceitaram o que a direção da Viação prometeu. Aí foi que [ele] veio e o que foi que aconteceu: ele, o José Diogo Brochado da Rocha era coronel do exército e era o diretor da Rede. Ele foi lá no quartel pegou um tanque e a turma toda aqui na gare da Viação Férrea. E ele desceu a Avenida Rio Branco com aqueles tanques ali, eles todos na frente. Chegou ali e virou [o tanque] e ficou assim de frente pra turma. Aí ele e os outros discursaram, a representação dos grevistas também, eu sei que daí não aceitaram. Não entraram em acordo com tudo aquilo ali, com aquele ameaço. Não “levantou” o pessoal. O que aconteceu: o Brochado da Rocha, José Diogo Brochado da Rocha, não sei se é morto, acho que já é morto, porque já era um homem velho, ele discursou e no fim do discurso dele, que ele prometia dar [o aumento], ele quis dividir a classe, aquela velha mania de querer dividir, que quem tivesse do lado dele passasse pra cá e quem tivesse contra ficasse por lá. Não passou nenhum [ênfase] pro lado do Brochado da Rocha, ele saiu do tanque e ninguém [ficou]

do lado dele. Ele sentou no tanque, falou assim, e foi embora. E a turma batia palma, fizeram uma gritaria! Era um heroísmo.

Entrevistador: O senhor lembra que ano foi isso?

C. J.: Foi em 56 mais ou menos, 57. Aí ele voltou pra sede, voltou pra Porto Alegre e se acertaram. Ele chamou a comissão, aí se acertaram. Ele deu um pouco, se desfez a greve e voltaram tudo pro trabalho. **[sic]**

Muitas vezes aceitava-se um valor inferior, mas ficava acertado que aquilo que não havia sido concedido seria discutido mais tarde. Caso o governo não cumprisse com a palavra de abrir negociações no prazo futuro estipulado, nova paralisação ocorreria. Isto possibilitou que sempre os ferroviários tivessem algum ganho salarial e também possibilidade de futuras negociações, pois sempre teriam o que cobrar do governo estadual ou da direção da empresa, a VFRGS ou RFFSA, conforme a época.

J. C.: Então entravam em negociação com o presidente da Rede, passavam para o Superintendente em Porto Alegre da Seção Regional aqui do sul, Santa Catarina, etc. (...). Então aí levavam diretamente, aí era feita a negociação. Se pediam um aumento, era favorável... naquela época tinha que dar 15% sobre o salário, a gente pedia dezoito eles davam quinze, pediam quinze eles davam lá no mínimo doze.

Outro fator a se considerar era o tempo de duração das greves, geralmente de duração rápida, pois como tudo dependia da ferrovia, o prejuízo seria muito grande para todos os setores, inclusive para os trabalhadores.

C. J. – Ela [UFG] era respeitada, era como a CUT [Central Única dos Trabalhadores] hoje, mas tinha mais poder que a CUT, porque a CUT ninguém ouve ela aí, e ela não, porque ouvia e era declarada a greve e já parava tudo. Principalmente os trens, os trens era o esteio da Rede. E eram incluído na Gauchinha, Argemiro da Rosa que era o presidente da Assistencial de Máquinas³⁴, o órgão mais poderoso também. Era o mais poderoso pelo desenvolvimento da greve, porque sem eles não podiam fazer greve, compreende como é? Se o depósito não entra em greve não adianta fazer greve porque o trem vai circular, então era tudo esquematizado, tudo unido para fazer as greves. Essa era a finalidade da Gauchinha.

Com relação às negociações e ao prazo de duração, esclarece o depoente:

C. J. – Eles faziam a tabela, mas ia atrás da negociação. Nunca atingia o patamar que a gente exigia, a diretoria da Gauchinha, sempre tinha acerto de conta, porque então diminuía um pouco; fazia com que aceitasse aquilo ali

³⁴ Entidade representativa de maquinistas e foguistas.

para não continuar as greves, porque as greves eram prejudiciais não só pro governo, mas pro trabalhador também porque ele está sujeito... ninguém sabe o que pode acontecer numa greve, né? (...). A mais longa que teve parece que foi oito dias. Porque era um desgaste muito grande, já viu pro Estado, pois para tudo, tudo e o movimento do Estado era o transporte ferroviário. Hoje nós não temos rodovia, nem ferrovia, então eram coisas que eram muito cuidadas. Porque o trem de passageiro, você sabe, hoje uma greve de ônibus para tudo, o pessoal grita e grita porque não tem transporte. A mesma coisa era o trem, transporte ferroviário de passageiro e era o único meio de transporte naquela época. Tinha o ônibus que ia a Porto Alegre, mas o trem fazia o melhor transporte.

Apesar da união característica da classe ferroviária, muitos trabalhadores não eram muito favoráveis às greves que não tinham por intuito a busca de reivindicações justas. Eram consideradas por eles como “desnecessárias”.

J. C.: Havia época aí que o camarada por simples [reivindicação] que fosse fazia greve. Se juntava com as equipes mais o pessoal que tinha [da] que chamavam de Gauchinha [UFG] e era “dois toque” e faziam uma assembleia, uma reunião e “Greve tal dia!” e o cara tá lá ao longo da linha (...). Pegava serviço de manhã e... greve! (...). Não que houvesse muita autoridade [refere-se o depoente a um suposto autoritarismo por parte dos líderes do movimento], houve greves muito justas, a finalidade era o quê: reivindicar o salário justo. Mas muitas greves pode-se considerar, assim, que seriam desnecessárias. (...) o inocente ia junto, porque se ele não acompanhasse na greve ele era chamado de traidor.

Como constatado pelo depoimento, havia muita divergência interna entre os trabalhadores com relação à forma como muitas vezes era conduzida a política de negociação das relações de trabalho. Fato este que consideramos perfeitamente normal, visto que o segmento ferroviário em Santa Maria era composto por milhares de pessoas, cada uma com sua visão e com seu grau próprio – maior ou menor – de comprometimento.

A UFG foi extinta, segundo depoimento informal do seu último presidente, no segundo ano da Ditadura (1965)³⁵. Ele foi chamado pelas autoridades militares e comunicado de que a entidade poderia continuar existindo, mas não mais como

³⁵ O conjunto das associações que representavam os interesses de cada setor de trabalho dentro da ferrovia foi progressivamente deixando de existir até 1966, conforme depoimentos apurados. Os motivos principais estão relacionados com a própria mudança do regime político e com a estrutura autoritária e vertical imposta pelos interventores militares dentro de cada associação. Isso gerou um desinteresse por parte dos filiados que foram aos poucos abandonando suas entidades representativas. Segundo o senhor J. C.: “Então, todas essas [associações] aqui foram acabando, acabando, acabando e no fim, terminou. Não existe mais nenhuma hoje porque o pessoal foi largando, acabando a direção, o pessoal foi pedindo demissão, sair de sócio. Aí quando veio a Revolução de 64, então aí mudou mesmo”. **[sic]**

entidade reivindicatória. Esta afirmação foi praticamente uma sentença de morte, pois assim ela perderia a sua função máxima pela qual havia sido criada doze anos antes. Segundo o próprio depoente, julgou melhor extinguir a associação do que ficar de “braços cruzados” sem exercer função alguma. Toda a documentação da entidade (atas, ofícios, etc.) foi entregue a um funcionário da UFG que faleceu pouco tempo depois. Quando os ex-dirigentes foram recuperar o material este já havia sido destruído pela família que, segundo esses mesmos depoimentos, temiam represálias por parte do governo militar.

1.3 O pragmatismo político dos ferroviários

Em termos filosóficos, o método pragmático surgiu no século XIX como um recurso racional para assentar disputas metafísicas. A palavra pragmatismo deriva do original grego *prágma* que significa “ação”, daí as suas derivações como “prático” e “prática”. Em termos modernos foi introduzida no vocabulário filosófico por Charles Sanders Peirce, no último quartel do século XIX, e estava relacionada às regras de ação humana e às formas de conduta que melhor se dispõem no intuito de atingirmos um determinado fim, dando à nossa ação um sentido definido.

No final deste mesmo século, William James recuperou a expressão e passou a trabalhar com a noção de que a verdade deixa de ser algo absoluto e passa a ser aquilo que faz sentido para nós, a partir de uma determinada realidade que influencia nossa prática e projeta nosso agir desta e não daquela forma. Isso não significa que a visão oposta seja desprovida de sentido ou se apresente como não-verdade: só não há adequação daquilo que se pretende atingir com a realidade que buscamos. Conforme James (1974, p. 11): “Toda a função da filosofia deve ser a de achar que diferença definitiva fará para mim e você, em instantes definidos de nossa vida, se esta fórmula do mundo ou aquela outra for a verdadeira”.

Pragmatismo, para James, não é uma solução definitiva, mas sim uma indicação de caminhos através dos quais as realidades podem ser transformadas. Tal acepção indica que uma solução que se mostrou viável em um determinado momento em outro pode não sê-lo, o que torna a teoria instrumento para alcançar *uma* resposta e não *a* resposta definitiva aos enigmas que pretendemos elucidar.

Segundo James, o pragmatismo, apesar de trabalhar com a empiria, com a ação prática, não pode ser considerado sinônimo de empirismo como muitos erroneamente afirmam, já que para o empirista a verdade encontra-se na natureza, fora da mente e só depois é incorporada a esta. Conforme o autor: “As teorias, assim, tornam-se instrumentos e não respostas aos enigmas, sobre as quais podemos descansar. Não ficamos de costas para elas (...). O pragmatismo relaxa todas as nossas teorias, flexiona-as e põe-nos a trabalhar” (1974, p. 12).

O pragmatismo está ligado diretamente aos fatos e sempre fala em “verdades”, que podem ser modificadas à medida que me aprofundo na discussão ou na busca de uma resposta para algo que me atormenta. O autor complementa: “O pragmatismo se sente mal longe dos fatos. (...). O pragmatista fala a respeito de verdades no plural, sobre sua utilidade e caráter de satisfação, a respeito do êxito com que ‘trabalham’, etc.” (JAMES, 1974, p. 17).

Em política, o pragmatismo pode ser considerado como um conjunto de ideias concebidas como instrumento de ações práticas com predominância de um sentido mais “utilitarista”. O trabalho torna-se valor em si e toda produção individual só se materializa ou possui sentido enquanto provida de uma utilidade, de um *fim* a ser atingido.

Esta ideia de uma práxis política, que proporcionasse aos ferroviários atingirem seus fins visando angariar vantagens para a classe, a partir da ocupação de espaços que o sistema político vigente em vários momentos da história brasileira lhes proporcionava, foi uma característica própria da categoria. Isso os distinguia do restante do proletariado brasileiro desde os primeiros tempos de formação, através da ideia de construir uma noção de classe através de projetos de ascensão social, próprio e desvinculado de filiação ideológica ou partidária. Esta identidade entre pensamento e ação tomou forma a partir da década de quarenta e se estruturou de maneira definitiva no transcorrer da década seguinte.

(...) na relação entre a intenção e os resultados obtidos, os ferroviários do Rio Grande do Sul foram extremamente pragmáticos, objetivos e dissimulados. Negavam, muitas vezes, a necessidade de ação no campo político, mas quase nunca se afastavam da órbita institucional dos poderes legislativo, executivo, municipal, estadual e federal, porque certamente muitas de suas conquistas dependiam das decisões dessas esferas. (FLÔRES, 2009, p. 16-17).

Esta independência da ação política frente aos poderes públicos que Flôres (2008; 2009) qualificou de *pragmatismo*, não impediu que muitos procurassem nas entidades político-partidárias tradicionais abrigo para que, através de um mandato popular nas várias esferas do poder, pudessem representar e fazer valer os direitos dos ferroviários³⁶. No entanto, em termos de entidade, isto estava totalmente afastado, pois, segundo depoimentos colhidos ao longo da pesquisa junto a diversos atores que vivenciaram aquele momento histórico, a possibilidade de partidarização do movimento poderia prejudicar a liberdade de ação do mesmo na hora de negociar, por exemplo, um aumento salarial.

Trazendo no imaginário da categoria uma cultura de aversão formal à tomada de posições políticas, religiosas e ideológicas, a adesão aos novos partidos criados a partir de 1945 ficou mais no interesse individual de cada ferroviário ou como vontade de pequenos grupos. Nesse sentido, foi possível perceber que muitos deles foram simpatizantes do PTB e, outros tantos, filiados ao partido, fato comum a muitas chefias. (FLÔRES, 2009, p. 165).

A principal entidade pragmática do período foi exatamente a já supracitada UFG, que apesar de ter recebido a acusação, principalmente de seus adversários políticos de ser influenciada diretamente por comunistas, tal fato, ao que tudo indica e segundo o que as pesquisas empíricas demonstraram não se confirmou, pois seus dirigentes sempre souberam separar bem as coisas. Questionado sobre as

³⁶ São os seguintes os vereadores ferroviários, cooperativistas e/ou simpatizantes e defensores da classe eleitos por legislatura (1947-1963) na cidade de Santa Maria: 1947 – Valdemar Rodrigues da Silva, Luciano Martins de Castro, Manoel Victorino de Oliveira, Luiz Ferretti (PTB); Higino Trevisan, Jorge Mottecy (suplente, assumiu mandato), Matias Salatiel Fernandes (suplente, assumiu mandato) (PSP); Josué Piccini, Rubens Corrêa Krob (suplente, assumiu mandato) (PSD). 1951 – Fermino Ventura dos Santos, Helena Ferrari Teixeira (primeira mulher a assumir uma cadeira na Câmara de Vereadores de Santa Maria), Moacir Antunes Santana, Patrício Oliveira Flôres (suplente, assumiu mandato), Luciano Martins de Castro (suplente, assumiu mandato), Aristides Lemos dos Santos (suplente, assumiu mandato), Romeu Bertóia (suplente, assumiu mandato), Ary Pinheiro Bernardes (suplente, assumiu mandato), Luiz Ferretti (suplente, assumiu mandato), Antonio Gonçalves Dias (suplente, assumiu mandato) (PTB); Hélio Helbert dos Santos, Rubens Corrêa Krob (PSD); Jorge Mottecy, Nadir Martins dos Santos (suplente, assumiu mandato) (PSB); Pedro Veríssimo Gomes Filho, Soel Maciel de Oliveira (suplente, assumiu mandato) (PSP). 1955 – Euclides Gonçalves, Fermino Ventura dos Santos, Helena Ferrari Teixeira, Patrício de Oliveira Flôres, Moacir Antunes Santana, Antonio Gonçalves Dias (suplente, assumiu mandato) (PTB); Rubens Corrêa Krob (PSD); Soel Maciel de Oliveira, Pedro Euclides de Siqueira (suplente, assumiu o mandato) (PSP). 1959 – Adelmo Simas Genro, Eduardo Rolim, Euclides Gonçalves, Fermino Ventura dos Santos, Helena Ferrari Teixeira, Alexandre da Cruz (suplente, assumiu mandato) (PTB); Hélio Helbert dos Santos (PSD), Soel Maciel de Oliveira (PSP); 1963 – Alexandre da Cruz, Carlos Renan Kurtz, Eduardo Rolim (PTB). (Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores; jornal *A Razão*, resultados eleitorais finais, edições de 1947 a 1963).

influências de partidos políticos no interior da organização, assim se manifestou o senhor C. J.:

C. J. – É, tinha, tinha. Pressão sempre teve, sempre teve um que puxava pro lado do governo e outro que puxava contra. Então... ali, a classe ficava no meio daquilo ali.

Entrevistador – Mas a UFG nunca teve um direcionamento de, por exemplo, ser de tal partido...

C. J. – Não. Tinha, aparecia o Partido Comunista que todo mundo sabia quem era eles, né, mas de ser eles que tomavam a rédea, não. Eles tomavam parte, mas com a sigla deles. [A União] não tinha divisão de partido.

A associação do nome da entidade à atuação de um partido político em especial era condenada inclusive nos próprios estatutos e punida com a demissão da entidade.

Art. 5º (...).

Parágrafo Único – Será demitido do quadro social quem professar ou externar ideias religiosas ou políticas contrárias ao regime democrático vigente no país.

(...).

Art. 59 – É terminantemente proibida qualquer manifestação de ordem político-partidária e, principalmente, que atente contra o respeito devido às instituições democráticas e às autoridades legalmente constituídas³⁷.

Toda esta estrutura que, ao contrário de representar uma forma de neutralidade ou de absenteísmo político, procurava criar um modelo de vida baseado nas vivências comuns e no auxílio até mesmo de outras categorias profissionais através das greves de solidariedade, característica esta, aliás, bem peculiar dos ferroviários, extinguiu-se com o advento do Golpe Civil-Militar, e reduziu-se suas entidades representativas a meras recrutadoras de mão de obra para o sistema industrial. Além disso, a prisão e expulsão das principais lideranças sindicais prejudicaram de maneira muito forte toda a estrutura que havia sido montada ao longo dos anos, aquilo que podemos chamar de um *ethos* político característico dos ferroviários. Esta crise e seus aspectos principais que afetaram a classe de maneira irremediável é o que procuramos estudar e compreender nos próximos capítulos.

³⁷ Estatuto da União dos Ferroviários Gaúchos, fl. 2; 12. Cópia reprográfica.

2. SANTA MARIA E O GOLPE CIVIL-MILITAR

Neste capítulo abordaremos elementos do cenário histórico-político da cidade de Santa Maria, município que reunia um significativo e atuante segmento operário, a exemplo dos trabalhadores ferroviários, mas também já era importante centro militar brasileiro no início da década de 1960, ao que se somava um crescente contingente estudantil, da mesma forma bastante atuante. Segmentos que, juntamente com estratos conservadores da sociedade local, tiveram expressiva atuação nos acontecimentos do desenrolar do Golpe Civil-Militar brasileiro em 1964.

Objetiva-se com essa explanação mostrar como a cidade de Santa Maria reagiu ao momento extremamente delicado e como as forças políticas e sociais comportaram-se diante da instalação da Ditadura, forças estas que diante da radicalização política apenas confirmaram a grande divisão que ocorria na cidade.

2.1 O Golpe Civil-Militar: interpretações

Apesar de o Brasil ter passado em certos momentos de sua história por períodos que foram caracterizados pela historiografia como de exceção, e de possuímos, segundo alguns autores, certa “veia” autoritária, que, incorporada à nossa cultura, caracterizaria um determinado *ethos* político mesmo em tempos democráticos, nenhum período de nossa história causou tanto impacto, mexeu tanto com o inconsciente coletivo, modificou profundamente o futuro do país e foi tão estudado e, paradoxalmente, mal compreendido, quanto a Ditadura Civil-Militar que se instalou no Brasil em 31 de março de 1964 e se estendeu por 21 anos.

A grande pergunta a qual os historiadores e cientistas sociais de todos os matizes se debruçaram e procuraram responder ao longo de todos esses anos foi a

de por que tal fato ocorreu, o que teria ocasionado uma ruptura tão profunda nas instituições e como um sistema ditatorial conseguiu manter-se ao longo de todos esses anos.

Como é praticamente impossível listar toda a bibliografia já escrita sobre o período, optamos por fazer um apanhado geral das obras e autores mais relevantes dentro das ciências sociais, bem como das produções mais recentes que procuram lançar novos olhares sobre temas que permaneceram praticamente intocados ao longo de todo o período.

Segundo Lucília de Almeida Neves Delgado, em artigo intitulado “1964: temporalidade e interpretações” (DELGADO, 2004), podemos dividir os estudos clássicos acerca do Golpe Civil-Militar em quatro linhas temáticas bem distintas: a interpretação funcional-estruturalista; a análise que privilegia o caráter conspiratório; outra que estabelece a ação política conjuntural e a falta de compromisso com a democracia como o fator crucial para o Golpe; e, por fim, a que valoriza o caráter preventivo da intervenção civil e militar.

A interpretação funcional-estruturalista tem como base o “tempo longo”, e a deposição do presidente João Goulart estaria ligada diretamente a problemas estruturais da realidade brasileira, como subdesenvolvimento e atraso na industrialização³⁸. A base das interpretações está situada na crise institucional que foi precedida por uma crise de realização, ou de baixo consumo, segundo Maria da Conceição Tavares, ou por uma forte concentração de renda que, somada à crise de realização que tomou forma a partir do governo JK, proporcionou o aprofundamento das desigualdades sociais, segundo Francisco de Oliveira. A explicação estrutural para os problemas econômico, social e político acontece a partir de três aspectos: primeiro, o processo de industrialização atingiu um ponto crítico e a solução para os problemas sociais inerentes passava necessariamente por uma solução autoritária (elemento da tradição política brasileira). Segundo, a vinculação do Golpe às

³⁸ A autora coloca entre os autores que pertenceriam a esta linha de pesquisa nomes como Fernando Henrique Cardoso, Maria da Conceição Tavares e Francisco de Oliveira. A princípio, Octávio Ianni também estaria incluído nesta lista. Entretanto, permitimo-nos discordar da pesquisadora e retirar o sociólogo desta interpretação e colocá-lo na linha que privilegia o caráter preventivo do Golpe, até porque Ianni trabalha com a noção de contra-revolução burguesa e com a ideia de que o Golpe teria sido arquitetado por um descontentamento das elites, com a crescente autonomia da sociedade civil e como uma ação para evitar possíveis e profundas transformações sociais. É por essa razão que o autor recusa o termo “ditadura militar” e passa a utilizar “Ditadura Civil-Militar”, “Ditadura burguesa” ou “Ditadura do grande capital” como poderemos perceber no texto, e que no fundo terminam por dar um enfoque totalmente diferente ao tema.

contradições entre o modelo agrário-exportador e o desenvolvimentista-nacionalista e, por fim, a denúncia do “pacto populista” pelas camadas populares devido à priorização de um desenvolvimento com forte concentração de renda, e que excluía a grande parcela da população. A ruptura da ordem política estaria localizada na polarização existente entre dois segmentos que possuíam visões antagônicas e, a princípio, irreconciliáveis. Um lado priorizando um caráter mais nacionalista e distributivo, enquanto que o outro valorizava a forte concentração de renda. Esta luta levaria a uma inevitabilidade do Golpe.

Outra tendência é a que privilegia a versão conspiratória que predominou nas décadas de setenta e oitenta. A ruptura constitucional ocorreu devido à ação conspiratória de grupos sociais ligados principalmente a setores anticomunistas das Forças Armadas, contingente oriundo da Escola Superior de Guerra (ESG); parte expressiva do empresariado local e da grande burguesia ligada ao capital internacional; latifundiários e proprietários rurais em geral; setores conservadores da Igreja Católica e partidos políticos ligados à direita ou à extrema-direita do espectro político, como a União Democrática Nacional (UDN). Valoriza-se a análise conjuntural e o “tempo curto” não deixando, porém, de enfatizar uma dinâmica temporal mais extensa, pois relacionam a conspiração à dinâmica da transformação social que se encontrava em curso e que ameaçava, segundo esses grupos, a ordem constitucional.

Entre os autores que fazem parte desta tendência, um dos mais importantes é Moniz Bandeira (1983). Para este autor, o Golpe está ligado diretamente com a situação internacional e com a interferência direta dos Estados Unidos, através de investimentos da CIA em estratégia política e em apoio ao grupo de governadores da oposição. Outra referência é René Dreifuss (1981) que trabalha com as noções gramscianas de “bloco de poder” e “intelectual orgânico”, nas quais aponta como as forças conspiradoras internacionais aliaram-se às elites direitistas e passaram a atuar junto a associações conservadoras, entre elas o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) no sentido de conter o avanço popular. O motivo seria a possibilidade cada vez mais crescente de rompimento do bloco populista, com a passagem do populismo enquanto forma de manipulação (articulação e consentimento) para a forma de participação cada vez mais direta dos movimentos populares (sob forma de

expansão de demandas). O Golpe seria a forma de conter esta passagem que se expressava no sentido de uma forte luta de classes.

Outro grupo de autores possui como linha de pensamento em comum a sobrevalorização dos aspectos políticos da conjuntura pré-64 e da falta de compromisso com a democracia, seja em relação à esquerda ou à direita. Fazem parte desta linha, entre outros, Wanderley Guilherme dos Santos (1987) e Argelina Figueiredo (1993). O que ambos possuem em comum é a compreensão de que o Golpe só pode ocorrer devido à radicalização dos polos antagônicos estabelecidos principalmente no Congresso e que, tomando forma no período, provocou a ruptura. Paralisia decisória, fragmentação de recursos de poder, radicalização ideológica, entre outros fatores, foram fundamentais para que ocorresse a ruptura institucional do período, pois ambos os lados não possuíam nenhum compromisso com a democracia enquanto instituição.

Octávio Ianni e Florestan Fernandes são autores que trabalham com a ideia do caráter preventivo da intervenção. Para eles, a questão não está na existência de uma cultura política autoritária que tomaria forma em cada crise institucional, mas sim na ideia de uma ruptura política que impediria a passagem de uma democracia restrita, excludente, para uma democracia ampliada. Esta perspectiva preventiva é tratada pelos autores como contrarrevolução ou contra-hegemonia.

Para Ianni (1985), esta ruptura passa necessariamente pela recolocação da problemática da revolução burguesa. Segundo o autor, o grande problema que ocorre entre os intelectuais progressistas, e que os impede de fazer uma análise correta dos acontecimentos de 64, é a aceitação do discurso ideológico de que a tomada de poder por parte das classes ou frações de classes dominantes ocorre pela debilidade e fraqueza da sociedade civil. Esquecem, no entanto, que o termo “Revolução Passiva” utilizado por Gramsci, ao contrário de justificar a dominação, tem exatamente esta conotação de denúncia do discurso ideológico que aparta as classes populares do poder decisório do Estado, *como se* as lutas que ocorrem no interior da sociedade civil fossem distintas das disputas pelo poder que ocorrem entre as classes dominantes e suas frações no interior do Estado burguês.

Mais grave que isso é a ideia que se dissemina via discurso ideológico, segundo o qual sequer existem lutas populares: estas foram apagadas da memória coletiva e só existem enquanto concessões do Estado ou como forma de subversão da ordem e do progresso. Desta forma, a tomada de assalto do Estado pelas

classes e suas frações (oligarquia, burguesia, dependendo do momento histórico) *aparecem* como meros acordos entre as elites dominantes, quando na realidade o que se esconde por detrás do véu da aparência é uma luta encarniçada de classes pelo controle do aparelho de Estado [**Grifos meu**].

O “mudar não mudando” característico do Estado *a la* Lampedusa, é a justificação que as classes dominantes e suas frações utilizam para abafar a luta de classes e colocar as conquistas populares no esquecimento. Esta “revolução passiva” ou “contra-revolução defensiva” é “uma forma de fazer frente a uma configuração de forças sociais, políticas, econômicas, culturais e outras, na qual as classes subordinadas se revelam muito ativas politicamente” (IANNI, 1985, p. 40). É sempre nesses momentos críticos onde há um avanço político, e a força organizacional das camadas populares toma proporções revolucionárias, a exemplo das exigências de participação nas instâncias decisórias do poder e de ampliação de sua cidadania como consequência, que a contrarrevolução burguesa se faz sentir.

O problema da revolução popular está sempre ligado à questão da revolução/contrarrevolução burguesa. As classes dominantes tomam suas decisões sempre de forma a antecipar o processo revolucionário popular - que pode ser desde a revolução no sentido clássico, ou até mesmo ações que visam humanizar o capitalismo, como era o caso das Reformas de Base do governo Goulart -, e desta forma manter não apenas sua hegemonia sobre a sociedade civil, mas também o mito da necessidade da tutela sobre esta mesma sociedade ainda em formação. Esta, portanto, é suscetível de ser seduzida pelo discurso demagógico e populista de falsos líderes, ou por ideologias exóticas que se manifestam de forma totalmente contrária à índole dita pacífica³⁹ do povo brasileiro.

Por razões as mais diversas, todos movimentam-se tomando por referência o que poderia ser uma revolução operária, uma revolução popular ou uma ‘avalancha revolucionária’. Falam em refazer o “pacto social”; retomar a tradição brasileira da “conciliação”; desenvolver um processo de “transição política”, da ditadura à democracia controlada, do Estado de fato ao Estado de direito, sem estagnações ou retrocessos “funestos”; buscar um “gradual mas seguro aperfeiçoamento democrático” com o “mínimo de segurança indispensável” e o “máximo de desenvolvimento possível” (IANNI, 1985, p. 43).

³⁹ Ao longo da história brasileira esta percepção de passividade não se confirma, tal a quantidade de fatos nos quais aconteceu efetiva participação popular. É uma percepção já ultrapassada, mesmo tendo sido bastante tratada no âmbito das ciências sociais pós 1970. O discutível, ainda, é sobre a intensidade desta participação, dos ganhos políticos e sociais e do real protagonismo de suas lideranças.

Florestan Fernandes (1991) aprofunda um pouco mais a discussão. Segundo a lógica das classes dominantes, toda oposição só deveria atuar dentro dos limites da ordem, dentro do próprio seio das classes dominantes. As rebeliões militares na década de 1920, as revoluções de 1930 e 1932, são exemplos desta “insatisfação”, mas que, por serem oriundas do interior da classe dominante, eram conduzidas com maior segurança.

O contrário, porém, se verifica quando grupos de fora da dominação burguesa passam a exigir maior participação nas funções do Estado. A forma como a burguesia se lança contra estes grupos e seus movimentos demonstram o caráter autoritário e ultraconservador do poder burguês: “Isto faz com que a intolerância tenha raiz e sentido políticos; e que a *democracia burguesa*, nessa situação, seja de fato uma ‘democracia restrita’, aberta e funcional só para os que tem acesso à dominação burguesa” (FERNANDES, 1991, p. 274). **[Grifado no original]**

A transformação política que estava em curso e que ameaçava a democracia restritiva, com fortes possibilidades de eclipsar a dominação burguesa era causada, segundo Fernandes, por uma tripla pressão (FERNANDES, 1991, p. 277). Uma externa, que possuía sua origem nas estruturas e dinamismos do capitalismo monopolista internacional, que ameaçava vários interesses internos e que terminou por colocar em xeque a “base material de poder de certos setores da burguesia brasileira”. O segundo momento, que trata das pressões internas, é dividido em dois: os movimentos sociais e a intervenção do Estado. Os primeiros cuja força maior estava no proletariado e nas massas populares em geral, o qual abria a possibilidade de imposição à burguesia de um novo “pacto social”.

Tal possibilidade não era incompatível com a “continuidade do sistema” e poderia ser contido (como vinha sendo até então, seja no âmbito da repressão, seja no da cooptação) dentro dos limites da “ordem”. Porém, a força que o movimento demonstrou, principalmente a partir da metade dos anos cinquenta e início dos sessenta, colocou os “círculos conservadores influentes” em alerta máximo e em um estado de pânico geral.

Quanto ao segundo foco de pressão interna, o problema não era tanto a intervenção estatal, já que esta existia há tempos e era fonte de garantia do poder burguês e da limitação do processo democrático, mas sim a forma e o direcionamento que tomou o Estado principalmente no período compreendido entre

1961-64 e a possibilidade concreta de ampliação da esfera democrática. Em outras palavras, havia o temor extremamente real da possibilidade de perda do controle direto do Estado pelo grupo hegemônico burguês. A reação da burguesia se fez sentir a partir de uma aglutinação das classes alta e média em torno de uma *contrarrevolução defensiva* que alterou profundamente a *forma* e as *funções* da burguesia (FERNANDES, 1991, p. 278) **[Grifado no original]**

A vitória da burguesia no processo em 1964 lhe proporcionou a conquista de uma nova posição de força e barganha, além de garantir a manutenção (e até mesmo a expansão) do *status quo* anterior ao Golpe de Estado. Esta nova posição de forças angariou para ela, segundo Fernandes, três vantagens, a saber:

- a. Associação com o capital financeiro internacional;
- b. repressão total pela violência e intimidação de toda e qualquer forma de protesto que pudesse, mesmo de forma tênue, colocar em risco as novas regras do jogo e a consolidação do poder burguês como poder dominante⁴⁰;
- c. transformação do Estado em “instrumento exclusivo do poder burguês, tanto no plano econômico quanto nos planos social e político” (FERNANDES, 1991, p. 278).

A burguesia angariou também o aprofundamento da “democracia restritiva” e a existência de uma ordem civil que, enquanto discurso ideológico, mostrava-se aberta para todos, mas que, na prática, restringia a participação política apenas para alguns privilegiados. Em nome da Nação passa a tratar os assuntos coletivos (públicos) como privados.

A mudança na forma de condução do Estado, de um bloco monolítico de poder sem pressão das massas populares para um bloco não homogêneo, cujos movimentos sociais foram eleitos como o inimigo principal, fundamentou-se em uma composição civil-militar com objetivos bem definidos: a preponderância seria militar, mas o objetivo primordial seria o de consolidar a dominação burguesa.

O garante das Forças Armadas e a liderança dos oficiais-militares se definiram, portanto, mais em termos de autoridade que de poder e, especialmente, de monopolização do poder político, o que realmente permitiu a revitalização e a subsequente unificação do poder burguês (FERNANDES, 1991, p. 279).

⁴⁰ Cf. também IANNI (1985), esp. Cap. 3, “Ordem e progresso” e Cap. 6, “Revolução e Contra-revolução”.

Por isso, tanto Ianni quanto Fernandes insistem na expressão “Ditadura Civil-Militar”, pois se a autoridade, aquilo que *aparece* frente à sociedade, é militar, o poder, ou o monopólio do poder, encontra-se nas mãos da classe burguesa [**Grifo meu**]. A grande diferença entre autoridade e poder está no fato de que uma ditadura, muitas vezes, é estabelecida para garantir as bases de poder de uma determinada classe que se sente ameaçada pela mudança social. O ditador não usa de sua autoridade para aumentar ou monopolizar o poder, mas sim para garantir a perpetuação do poder nas mãos de uma determinada classe que, por motivos vários em um determinado momento histórico, perde ou se vê na iminência de perder sua hegemonia. Também utiliza de sua autoridade para tirar de cena tanto os grupos opositores (massas populares, etc.), quanto elementos do próprio grupo que possam de alguma forma representar uma ameaça à sobrevivência da Ditadura⁴¹.

(...) aceita a ideia e a prática da *revolução de cima para baixo* (que é como se “legitima” a *revolução institucional*), o sentido da dominação burguesa se desmascara, deixando a nu sua natureza incoercivelmente autocrática, “contra quem” ela se faz e sua incapacidade de realizar os alvos históricos com que se identificara durante todo o período republicano (FERNANDES, 1991, p. 280). [**Grifado no original**]

A partir da metade dos anos noventa, após certo arrefecimento dos estudos sobre o tema, a questão do Golpe e suas consequências voltaram a fazer parte extremamente ativa de projetos acadêmicos e da pauta de vários historiadores e cientistas sociais. No presente caso, o foco da pesquisa foi direcionado para a análise de questões que até então haviam sido negligenciados pela maior parte dos pesquisadores, muito mais pela ausência de estudos específicos envolvendo um grupo profissional – os ferroviários – do que propriamente por possuírem uma importância menor dentro do contexto.

Um destes temas foi procurar identificar a visão que os próprios militares tiveram de todo este processo e como lidaram com as sequelas sociais advindas dos anos em que estiveram no poder. Esta visão foi retratada por Maria Celina D’Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro em uma trilogia (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994a, 1994b, 1995) que aborda através da metodologia da

⁴¹ Cf. NEUMANN (1968), p. 275ss.

história oral as formas pelas quais “efetivamente pensam os militares sobre a experiência que viveram” e a necessidade de “revelar seu pensamento é um dos objetivos primordiais deste trabalho” (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994b, p. 8).

Diferentemente do que se possa imaginar, o conjunto de depoimentos tomados de militares que durante o período ditatorial assumiram diferentes postos no governo federal e, portanto, com diferentes responsabilidades sobre os atos cometidos pela Ditadura, mostraram-se extremamente multifacetados. Muitos guardam mágoa principalmente da imprensa e da opinião pública que “teriam sido injustas e mal informadas quanto à atuação das Forças Armadas”, principalmente durante o período de maior repressão. (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994b, p. 13). Daí a célebre frase de que se os militares venceram a guerra contra os supostos desmandos do governo João Goulart e contra a subversão que se seguiu ao processo de tomada do poder, perderam a mais importante: a batalha pela “memória histórica do período” (Ibid.).

A questão da responsabilidade civil na trama, execução e posterior sustentação do regime ditatorial é outro tema que vem ganhando relevância nos dias atuais. Apesar de já ter sido desenvolvido nos anos oitenta por René Dreifuss (1981), apenas recentemente começa a ter o destaque que merece.

Denise Rollemberg (2006, 2009) trabalha com a desconstrução da ideia de que a sociedade brasileira durante o período ditatorial tenha assumido um papel majoritariamente de resistência e que “nada tinha a ver com a cultura política autoritária” dos militares (ROLLEMBERG, 2009, p. 573). Baseando seus estudos no conceito de “cultura política” e nas teses desenvolvidas por estudiosos franceses do porte de Pierre Laborie e Henry Rousso, a autora aponta que o apoio aconteceu não porque a sociedade fosse manipulada pela ditadura através da massificação dos meios de comunicação, mas porque se reconhecia nela, via a ditadura como espelho de si própria. A exclusão do termo “civil” para caracterizar o período, tanto pelas esquerdas que afirmam o paradigma da resistência da sociedade, quanto pelas organizações de direita que assim se veem livres de assumirem a sua quota de responsabilidade no Golpe, garante ao período o seu aspecto estritamente militar e é neste sentido que ela passa a ser criminalizada⁴². Para a autora, “ao omitirmos o

⁴² Este fato é costumeiramente colocado como uma das principais mágoas que os militares possuem em relação aos civis, principalmente contra as associações de indústria, comércio, agricultura, enfim, todas as forças elitistas que conspiravam abertamente contra o governo João Goulart. Conforme

adjetivo ‘civil’ das expressões consagradas ‘golpe militar’, ‘ditadura militar’, absolvemos toda uma sociedade” (ROLLEMBERG, 2009, p. 573).

Janaína Martins Cordeiro é outra autora que inova as pesquisas sobre a Ditadura Civil-Militar ao tratar sobre um tema ainda pouquíssimo desenvolvido, isto é, os movimentos sociais de direita, mais especificamente sobre a CAMDE, Campanha da Mulher pela Democracia (CORDEIRO, 2009). Concebido inicialmente como dissertação de mestrado na Universidade Federal Fluminense (UFF) e influenciada diretamente pelos estudos de sua orientadora no programa, Denise Rollemberg, Cordeiro procura estabelecer um novo olhar sobre o período chamando a atenção para as forças que conspiraram contra o governo Goulart, principalmente as formadas por organizações civis. A grande inovação da pesquisadora é transferir seu olhar crítico do lugar comum dos trabalhos anteriores para o interior da sociedade, que passa a se mostrar como um local extremamente fértil em termos de concepções ideológicas e perigosamente ligado a ideias autoritárias. Tais ideias estariam embasadas principalmente por uma cultura política própria, que deslocaria o eixo para uma solução autoritária sempre em casos de crise institucional. Neste sentido, a CAMDE teve papel fundamental por representar valores primordiais que estariam arraigados na tradição do povo brasileiro como a família, a religiosidade e o sentido de harmonização social.

Algumas obras coletivas produzidas nos últimos anos também merecem ser relacionadas. Entre elas destaca-se a obra em dois volumes organizada por Cecília Macdowell Santos, Edson Teles e Janaína de Almeida Teles intitulada *Desarquivando a Ditadura: memória e justiça no Brasil* (SANTOS; TELES; TELES, 2009). Ao longo dos dois volumes vários temas são desenvolvidos que contribuem na compreensão e no aprofundamento dos debates acerca do período ditatorial ao desenvolver temas ligados à repressão, justiça, ideologia militar e Estado e também trazendo à luz discussões sobre temas ainda considerados quase como tabus nos estudos sobre o período, tais como tortura e revisão da Lei de Anistia.

aponta um oficial do Exército entrevistado por Maria Celina D’Araújo, “nós não fizemos o golpe. Nós fomos obrigados a dar o golpe pelo povo brasileiro. Só fomos depois que o povo foi na frente”. (...). “A revolução não foi feita pelos militares. Foi feita pelos civis”. Mais adiante completa: “quando irrompeu 64, as organizações civis, federações de indústrias, de comércio, de agricultura, ostensiva ou veladamente apoiavam o golpe (...). Ninguém pode dizer que foi um golpe militar porque houve manifestações civis enormes para derrubar o governo João Goulart”. (Depoimento transcrito por D’ARAÚJO, 1994, p. 161).

Outra obra importante e que inova por questionar os resquícios autoritários que ainda permeiam nossa sociedade, é a organizada por Edson Teles e Vladimir Safatle, *O que resta da Ditadura: a exceção brasileira*, publicada na coleção *Estado de Sítio* da editora Boitempo (TELES; SAFATLE, 2010). Além de aproximar-se ao tema geral já exposto na obra citada anteriormente, *O que resta da Ditadura* prima por nos apresentar um painel extremamente preocupante, do quanto ainda subsiste de autoritarismo infiltrado principalmente nas práticas institucionais. Temas como tortura, exceção jurídica e discurso autoritário são desenvolvidos com densidade argumentativa pelos autores cujos textos contribuíram para a obra.

A partir desta breve exposição, passaremos a abordar a situação política de Santa Maria, como ela evoluiu em direção à polarização de ideias e as consequências disso no período pós-64.

2.2 Santa Maria como polo ferroviário e a distribuição político-partidária na cidade (1945-1964)

Alçada à condição de mais importante núcleo ferroviário do Estado, e um dos maiores do sul do Brasil ainda em fins do século XIX, devido principalmente a sua posição estratégica de entroncamento viário e por estar localizada no centro geográfico do Rio Grande do Sul, Santa Maria chegou às vésperas do Golpe como uma cidade dividida entre dois polos com posições totalmente antagônicas e praticamente irreconciliáveis. Por um lado, um polo “golpista”, representado pelo imenso aparato militar presente na cidade e pelas forças conservadoras da sociedade, em especial dos segmentos rurais e dos profissionais liberais. Por outro lado, os representantes dos interesses populares e alinhados política e ideologicamente (o mais das vezes) ao governo Goulart e suas Reformas de Base, a classe operária, cujos maiores representantes eram justamente os trabalhadores ferroviários que exerciam uma liderança muito forte sobre as outras categorias profissionais da cidade, especialmente sobre os demais setores do funcionalismo público e estratos populares operários (alimentação, indústria metal mecânica e comércio).

Esta divisão era consequência direta da forma como a cidade se estruturou ao longo dos anos no século passado. A importância que esta alcançou como um

entroncamento ferroviário, que era essencial para o escoamento de mercadorias para todo o Estado, e até mesmo para o resto do país, acirrava ainda mais a rivalidade entre os grupos e, por consequência, entre os partidos que historicamente os representavam⁴³.

Em franco processo de desgaste político interno e sofrendo pressões de todos os lados, o governo presidencial de Getúlio Vargas resolve ceder e editar em 28 de fevereiro de 1945 a Lei Constitucional nº 9, também conhecida como Ato Adicional nº 9 que estabelecia, entre outras coisas, a convocação para eleições presidenciais, governadores de Estado, bem como para o Parlamento e Assembleias Legislativas. Em 18 de abril foi decretada anistia aos presos políticos que favorecia tanto os liberais quanto os comunistas, e em 28 de maio foi editado o Decreto-Lei nº 7.586 – também conhecido como Lei Agamenon (Ministro da Justiça Agamenon Magalhães), que estabelecia os requisitos para a criação de novos partidos e apenas admitia a formação e registro de “partidos políticos de âmbito nacional” (Art. 111, § 1º)⁴⁴. Além disso, deveriam obter no mínimo o apoio de dez mil eleitores em pelo menos cinco estados e “possuir personalidade jurídica de acordo com o Código Civil” (SÁ MOTTA, 1999, p. 83).

Pela primeira vez na história do Brasil, o caráter principal para se efetuar a criação e registro de uma organização partidária deveria estar assentado em seu caráter nacional. Esta ênfase pode ser interpretada a partir da intenção do governo de romper com o caráter regional e do atrelamento político que durante longos anos, principalmente na primeira República, tornou-se a base do predomínio das oligarquias locais gerando fenômenos distorcidos de práxis política como, por exemplo, o coronelismo (SÁ MOTTA, 1999; DELGADO, 1989). Mesmo aqueles partidos que existiam ou sobreviviam apenas no âmbito regional deveriam possuir registro nacional, até mesmo como forma de legitimar-se perante o seu eleitorado (DELGADO, 1989).

Em termos regionais e locais, a reestruturação partidária seguiu em princípio o padrão semelhante ao que havia ocorrido em nível nacional. Os partidos procuravam aglutinar-se em dois blocos bem distintos que refletiam os acontecimentos nacionais. No primeiro, uniam-se partidos de centro-direita mais

⁴³ Cabe sempre a lembrança das fortes atuações e tradições partidárias republicanas na cidade, vigentes até o final da década de 1940 na cidade.

⁴⁴ Disponível na internet: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 01/12/2011.

conservadores, com destaque para a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social-Democrático (PSD). O primeiro era nitidamente antigetulista e combatia ferrenhamente tudo o que lembrasse as práticas políticas da época do Estado Novo. Em nível regional, porém, a UDN não conseguia repetir o mesmo desempenho antivarguista principalmente no tocante ao discurso liberal. Em parte, segundo Bodea (1992), devido à recriação do Partido Libertador (PL) por Raul Pilla.

Já o segundo, mesmo possuindo um perfil conservador, em vários aspectos (pelo menos em nível nacional) afinava-se mais ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) do que à própria UDN, já que, além de nutrir ainda certa simpatia pelo velho ditador, seu conteúdo programático era mais flexível e pragmático, podendo-se coligar com qualquer uma das siglas, dependendo do contexto. Após uma breve experiência varguista (1945-47), em que venceu praticamente todas as eleições que disputou, o que levou Miguel Bodea a caracterizar o período como o de uma “avalanche pessedista” (BODEA, 1992, p. 31), o partido passou a ocupar o espaço contestatório deixado em branco pela UDN e aglutinou em torno de si todo o espectro oposicionista, naquilo que se convencionou chamar de coalizão anti-PTB⁴⁵.

Segundo Joseph Love (1975), no período 1945-64 a política interna do Rio Grande do Sul estruturou-se a partir de dois campos antagônicos e que se distanciavam da realidade político-partidária do resto do país. “As forças populistas e conservadoras de certa forma se equilibravam”, segundo o autor, dominando inclusive regiões eleitorais específicas, isto é, o PTB dominava a capital, zona de fronteira e “umas poucas áreas urbanas restantes”, incluindo-se municípios com certa infraestrutura industrial que possibilitava a organização ou criação de uma massa operária⁴⁶.

Já os conservadores expandiam sua influência mais em comunidades estancieiras e Zona Colonial de influência teuto-italo-brasileira. Estes, a princípio, identificavam-se com o PL, passando depois a apoiar o Partido de Representação

⁴⁵ A estes se somava uma gama variada de pequenas siglas onde se destacava o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), fundado em 1959 por Fernando Ferrari e considerado uma dissidência do PTB. O MTR, apesar de surgir no contexto político como uma “terceira via”, manteve-se ao longo de sua efêmera existência muito mais pela figura carismática de Ferrari e, da mesma forma que outras siglas menores, terminava por ir “a reboque” dos dois maiores partidos da coligação.

⁴⁶ Analisando-se as estatísticas eleitorais do período 1945-64 compiladas e disponibilizadas por Noll e Trindade (1995), podemos notar uma supremacia quase absoluta do PTB em cidades de médio e grande porte, geralmente importantes núcleos urbanos e principalmente ferroviários como Santa Maria, Rio Grande e Cruz Alta. Nas cidades de menor porte ou pertencentes a zonas de colonização europeia (italianas e alemãs, principalmente), notamos o inverso: a vitória praticamente esmagadora das forças que compunham a coalizão anti-PTB.

Popular (PRP), herdeiro ideológico do integralismo. Conforme Love (1975, p. 275), “A Igreja exerceu, por sua vez, uma influência conservadora na política da Zona Colonial em parte devido ao grande número de colonos no clero”.

Esta especificidade da política sul rio-grandense, segundo alguns autores, está estruturada em uma cultura política que remonta ao tempo do Império e se fortalece durante a primeira República com a criação de um bipartidarismo que se manifestava em sentido contrário à tendência nacional de domínio dos Partidos Republicanos (PR), quase que em um sistema de partido único. No pós-45, o caráter especial da partidarização da sociedade será afirmado sob a ideia bipolar anterior, isto é, enquanto herança política pré-45. Para Trindade e Noll (1991), por exemplo, os adversários conservadores do PTB agruparam-se nesta frente muito mais como uma forma de superar suas fraquezas eleitorais tomadas isoladamente. Na ótica dos autores: “A ascensão vertiginosa do PTB, combinada com a mediocridade dos outros perfis partidários individualmente, estabelece a originalidade do padrão eleitoral do Rio Grande do Sul no período multipartidário de 1945/62” (TRINDADE E NOLL, 1991, p. 68).

O PTB possuía uma ambigüidade que se fez notar desde o início: a existência de duas alas dentro do partido que, apesar das diferenças, conviveram juntas ao longo do período democrático. Uma, mais fisiologista, preocupada “exclusivamente em ocupar cargos e obter vantagens materiais através da manipulação do apoio dos trabalhadores” (SÁ MOTTA, 1999, p. 89), e outra mais ideológica, que procurava aproximar-se dos trabalhadores levantando a bandeira das causas sociais e da melhoria da qualidade de vida principalmente das camadas mais pobres, o que terminava por aproximar o partido dos setores mais à esquerda do espectro político⁴⁷.

Foi esta ação mais pragmática que prevaleceu ao longo do período e que representava um “esforço de Vargas em cultivar sua popularidade entre os trabalhadores e os sindicatos, unindo Presidente e operários em um único partido político” (DELGADO, 1989, p. 35). Por isso afirma-se que o PSD e o PTB foram

⁴⁷ Não podemos esquecer do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, ainda que proscrito, possuía uma forte influência sobre o movimento operário e popular em geral. Após a “Resolução Sindical de 1952” e aliado a certo arrefecimento das perseguições aos comunistas por conta da política de distensão em nível internacional das duas superpotências, após a morte de Stalin, seus militantes passaram a atuar de forma mais ativa no interior dos sindicatos e, mesmo que ainda sob as vistas grossas das autoridades, rapidamente se aliaram com a ala mais progressista (ideológica) do PTB; e passaram a dominar amplamente os sindicatos, associações, etc., das mais diversas categorias (Cf. SEGATTO, 1989, p. 71ss).

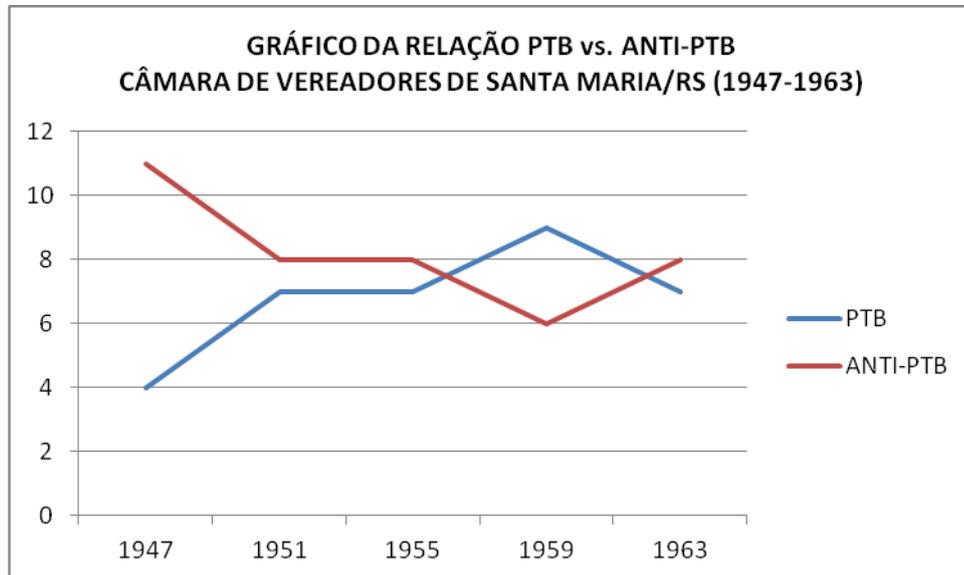
criados, respectivamente, pela mão direita e pela mão esquerda de Vargas que, com isso, “passariam a compor uma unidade diversificada na preservação de laços de poder no novo regime político que se constituía” (DELGADO, 1989, p. 29).

Para comprovarmos essa divisão político-ideológica que existia em Santa Maria nesse período, torna-se necessário analisarmos as eleições que foram realizadas no município durante este espaço democrático entre 1945 e 1964. Seus resultados e a alternância no poder entre PTB e o conjunto dos partidos opositores demonstram bem o equilíbrio existente entre os dois blocos hegemônicos. Um maior destaque será dado à eleição de 1963, por tudo o que representou de emblemática nos acontecimentos que culminaram com o Golpe Civil-Militar do ano seguinte.

Entre 1945 e 1964 foram realizadas cinco eleições em Santa Maria: 1947, 1951, 1955, 1959 e 1963. O PSD venceu duas, a de 1947 e a de 1959, enquanto o PTB venceu outras três. Apesar dos trabalhistas terem vencido duas eleições seguidas (1951-55), este fato não tira o mérito da tradição de alternância no poder que não pode ser dissociado do padrão de bipartidarismo de fato vigente no Rio Grande do Sul. A polarização era crescente e, excetuando-se a eleição de 1947 que se mostra totalmente *sui generis*⁴⁸, a composição das cadeiras da Câmara de Vereadores neste período mostra o equilíbrio entre as duas forças.

⁴⁸ Alguns fatos relevantes desta eleição merecem ser destacados. O primeiro é que, enquanto no quadro geral do Estado o PSD já iniciava o seu refluxo eleitoral, em Santa Maria a vitória foi esmagadora, conquistando o partido na Câmara de Vereadores nove cadeiras contra quatro dos trabalhistas. Somados aos votos do PL e do PSP (que conquistaram uma cadeira cada), chega-se ao incrível placar de 11x4, a maior margem adquirida por um partido ou coligação durante o período. Outro fato a se destacar, este negativo e que talvez tenha influenciado nos destinos finais do pleito, foi o altíssimo número de abstenção que chegou a ordem de 40%. Procurando uma explicação para o fato, o jornal *A Razão* em seu editorial do dia 17 de novembro de 1947 aponta o descaso dos eleitores com a democracia e, por extensão, com os candidatos apresentados. O editorial ainda lamenta a posição dos “patrícios” que renegaram o seu direito de voto abrindo caminho perigosamente “para a instauração do regime totalitário”. Conclui o editorial com a afirmação de que, apesar da realização do pleito sob a máxima ordem, “a verdade, a lamentável verdade é que a Democracia, mais uma vez, foi derrotada. E agora, com o concurso de grande parte do eleitorado!”. (Jornal *A Razão*, 17/11/1947).

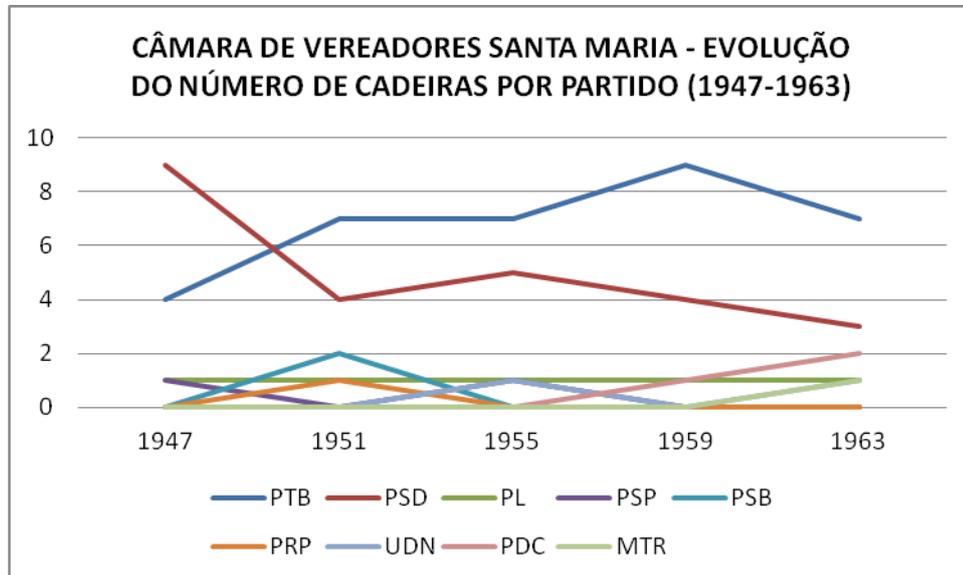
GRÁFICO I



Fonte: Jornal *A Razão*, resultados eleitorais finais, edições de 1947 a 1963.

O gráfico acima nos mostra que, excetuando-se 1947, há a formação no parlamento municipal de duas forças hegemônicas bem distintas e que ditará o ritmo dos acontecimentos políticos na cidade principalmente no pós-64. Paradoxalmente, o ano em que o PTB perdeu a eleição para o executivo municipal por menos de 400 votos (1959), foi quando o partido conseguiu a sua maior vantagem sobre a oposição, 9x6 na Câmara de Vereadores. Em 1951-55, anos de vitórias consecutivas dos trabalhistas, a maioria na Câmara permaneceu com a oposição, 8x7, assim como em 1963. O gráfico a seguir, estabelecido a partir do número de cadeiras por partido nos fornece outra visão do período.

GRÁFICO II



Fonte: Jornal *A Razão*, resultados eleitorais finais, edições de 1947 a 1963.

O Gráfico II mostra a disposição das cadeiras por partido político durante o período em estudo. Apesar da queda vertiginosa de nove vereadores em 1947 para apenas três em 1963, podemos notar que o PSD era realmente a grande força opositora ao PTB na cidade. Os trabalhistas seguindo a tendência estadual e nacional pós-47 fazem o caminho inverso dos seus adversários e crescem na mesma proporção: saltam de quatro vereadores em 1947 para sete em 1963, atingindo o pico de nove vereadores em 1959. Na relação direta PTB-PSD, os primeiros só perdem em 1947, vencendo as outras eleições com relativa facilidade. O ponto de desequilíbrio fica por conta dos partidos menores que desempenharam um papel fundamental no jogo de forças políticas da cidade principalmente em 1963, como veremos a seguir. O principal ato dessas agremiações foi a eleição de um vereador do MTR em 1963, logo na sua primeira eleição. Surgido de uma dissidência do PTB como vimos, os ferraristas terminaram por captar os votos possivelmente de uma ala colocada mais à direita do PTB, o que impediu a conquista da maioria trabalhista e definindo a eleição proporcional em favor da coalizão opositora. Outro partido que estava em destaque na época era o Partido Democrata Cristão (PDC) que elegeu dois vereadores (já havia eleito um em 1959) e começava a ocupar o espaço que vinha sendo aberto pela decadência do PSD.

Por todos estes fatores a eleição de 1963 revestiu-se de características extremamente peculiares. A primeira delas, é que foi a última eleição do período democrático inaugurado em 1945 e, conseqüentemente, do sistema pluripartidário que foi substituído pelo bipartidarismo por conta do Ato Institucional nº 2 (AI-2) outorgado em 1965 pela Ditadura Civil-Militar. A segunda, diz respeito ao momento político extremamente delicado que se vivia em nível nacional, com uma radicalização e uma polarização crescente que terminaria por isolar o governo do Presidente Goulart. Por fim, a eleição possuía uma grande importância para o PTB, pois o partido vinha de duas derrotas consecutivas: uma em nível local, com a perda da prefeitura para a coalizão oposicionista em 1959, e a outra, em nível estadual, com a derrota para o governo do Estado do candidato petebista Egydio Michaelson para Ildo Meneghetti, no ano anterior.

Se houve derrota em nível estadual, em nível local o candidato do PTB venceu por larga margem, o que acendeu a esperança de uma reconquista do poder municipal.

QUADRO I

Eleição para Governador do Estado
Santa Maria – 1962

| PARTIDO | % VOTOS |
|-------------------|---------|
| PTB | 42,60 |
| ADP ⁴⁹ | 27,70 |
| MTR | 25,50 |
| Branco | 1,70 |
| Nulos | 2,50 |
| TOTAL | 100,00 |

Fonte: NOLL & TRINDADE (1995, p. 130).

⁴⁹ ADP = Ação Democrática Popular, formada pelas seguintes siglas: PSD-PL-PRP-PDC-UDN.

Tendo em vista esses números da eleição estadual, ficava clara a iminente vitória e a conseqüente reconquista do poder municipal pelos trabalhistas na eleição de 1963, o que realmente ocorreu.

A fase que antecedeu ao pleito, a julgar pelas notícias veiculadas no jornal local *A Razão*, transcorreu com absoluta tranquilidade. Não se verificou nenhum problema comum, no caso, em pleitos caracteristicamente com forte acirramento ideológico, como era a relação PTB-anti-PTB. Aliás, as notícias sobre a eleição em si são pouquíssimas e esparsas, diluídas entre o noticiário nacional e internacional, e procurando basicamente descrever a atividade dos candidatos em reuniões e comícios, situação bem diferente do que ocorre hoje em dia quando o evento domina o noticiário de forma massiva.

Duas chapas concorreram àquela eleição: a do PTB, formada pelos candidatos Paulo Devanier Lauda (prefeito) e Adelmo Simas Genro (vice-prefeito) e a chapa anti-PTB, formada por todos os outros partidos que se coligaram na União Popular Santa-mariense (UPS)⁵⁰, tendo Izidro Gai como candidato a prefeito e Antonio Abelin como vice. Devido a um fisiologismo da legislação, prefeito e vice concorriam em chapas separadas, sendo votados também separadamente, o que acarretava a possibilidade de serem eleitos prefeito e vice de partidos ou coligações diferentes. Mas não foi o que ocorreu, e a tendência expressa nas urnas no ano anterior se confirmou. A taxa de abstenção no município foi da ordem de 12%, e votaram 8.534 eleitores no interior e 27.363 na zona urbana de Santa Maria, totalizando 35.897 eleitores.

⁵⁰ A UPS compreendia os partidos PSD-PDC-MTR-UDN-PRP-PL-PSP. Esta coligação, porém, valia apenas para a chapa majoritária. Para a Câmara, o MTR, o PSD e o PDC concorreram sozinhos, enquanto os outros quatro partidos permaneceram coligados na UPS.

QUADRO II

Eleição Municipal – Prefeito
Santa Maria – 1963

| CANDIDATO | TOTAL DE VOTOS |
|-------------------|-----------------------|
| Paulo Lauda (PTB) | 18.517 |
| Izidro Gai (UPS) | 15.432 |
| Diferença | 3.089 |
| Branços | 839 |
| Nulos | 1.116 |

Fonte: Jornal *A Razão*, 14/11/1963.

QUADRO III

Eleição Municipal – Vice-Prefeito
Santa Maria – 1963

| CANDIDATO | TOTAL DE VOTOS |
|----------------------|-----------------------|
| Adelmo Genro (PTB) | 19.206 |
| Antonio Abelin (UPS) | 13.774 |
| Diferença | 5.432 |
| Branços | 2.238 |
| Nulos | 726 |

Fonte: Jornal *A Razão*, 14/11/1963.

A grande surpresa da eleição, porém, ocorreu na composição da Câmara de Vereadores. Dada como certa que manteria a maioria que possuía desde a legislatura anterior, o que possibilitaria “de sozinho, com o voto de seus integrantes, decidir qualquer votação no futuro Plenário” (Jornal *A Razão*, 13/11/1963), o PTB nas últimas urnas perdeu um vereador e, apesar de possuir a maior bancada e o vereador mais votado, ficou em minoria na relação com a oposição, sete contra oito.

QUADRO IV

Composição da Câmara Municipal
De Vereadores – Santa Maria – 1963

| PARTIDO | CADEIRAS | VOTOS NA LEGENDA |
|---------|----------|------------------|
| PTB | 7 | 15.625 |
| PSD | 3 | 6.248 |
| UPS | 2 | 5.565 |
| PDC | 2 | 4.033 |
| MTR | 1 | 3.335 |

Fonte: Jornal *A Razão*, 14/11/1963.

A vitória da chapa petebista consagrou o partido na cidade, e sua plataforma de tendência notadamente popular e voltada para os interesses dos menos favorecidos acabou sendo determinante para a cassação de ambos, em maio do ano seguinte, após o Golpe Civil-Militar de 31 de março. O mote principal da campanha, que pretendia estabelecer uma inversão na lógica de prioridades, com uma administração que se movimentaria “dos distritos para as vilas e dos bairros para o centro” (Jornal *A Razão*, 17/11/1963) causou um grave desconforto não apenas na oposição política, mas também nas forças conservadoras em geral da cidade.

Cabe salientar que Santa Maria, como maior polo laboral e de infraestrutura da VFRGS do estado do Rio Grande do Sul, teve nos trabalhadores ferroviários e seus familiares e parentes um engajamento político decisivo nesses processos eleitorais.

2.3 O Golpe Civil-Militar em Santa Maria

Na passagem do dia 31 de março para o dia primeiro de abril de 1964 atendendo a uma conclamação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), os ferroviários de Santa Maria e, por extensão, de todo o estado do Rio Grande do Sul,

aderiram à paralisação contra a possibilidade cada dia mais iminente de ruptura da ordem democrática e institucional através de um Golpe de Estado. Segundo o jornal local *A Razão*, do dia primeiro de abril, neste momento ainda adotando um tom moderado em relação ao desenrolar dos acontecimentos, a paralisação era total e não havia prazo determinado para chegar ao fim.

REDE FERROVIÁRIA PAROU TOTALMENTE A ZERO HORAS

A Rede Ferroviária Federal S. A. – Viação Férrea do Rio Grande do Sul – fez eclodir um movimento grevista a partir da zero hora de ontem paralisando **[sic]** todos os setores de atividades (...) como o movimento de trens em toda a extensão de suas linhas. A classe ferroviária gaúcha, recebendo determinação do Comando Geral dos Trabalhadores fez eclodir o movimento em apoio ao presidente da República e contra um possível golpe do governo. No momento em que redigimos a presente nota (1:30 hora) a reunião dos ferroviários continuava, tendo como local a sede da Sociedade Assistencial do Pessoal de Máquinas. O movimento paredista que paralisou **[sic]** todas as ferrovias da Nação, terá prazo indeterminado. (Jornal *A Razão*, 01/04/1964).

Se o lado progressista da cidade mobilizava-se na tentativa de defender a ordem constitucional, a outra parcela não fazia por menos, e o forte contingente militar estacionado na cidade iniciava também a sua movimentação.

História bem conhecida, Santa Maria ao longo da história brasileira converteu-se em um importante polo militar do sul do Brasil, sendo sede da 3ª Divisão de Infantaria do Exército (3ª DI) que se constituía em uma das duas guarnições de infantaria do Rio Grande do Sul que abrigava, por sua vez, a maior parte do contingente do III Exército Brasileiro.

Do ponto de vista militar, como é sabido, abriga o Rio Grande do Sul a maior parcela do III Exército e do Exército Brasileiro, constituída de duas divisões de infantaria, a 3ª D. I. (Santa Maria) e 6ª D. I. (Porto Alegre), três divisões de cavalaria, a 1ª D.C. (Santiago), 2ª D.C. (Uruguaiana) e 3ª D.C. (Bagé), afora tropas subordinadas diretamente ao Comando do III Ex., como o 1º Batalhão Ferroviário (Bento Gonçalves), 3º Batalhão Rodoviário (Vacaria) e 3º Grupo de Canhões Automáticos Antiaéreos (Caxias do Sul). Integram ainda o III Ex., a 3ª Região Militar (Porto Alegre), a 5ª Região Militar (Curitiba, com jurisdição sobre o Paraná e Santa Catarina), a 5ª D.I. (Curitiba) e 2º Batalhão Rodoviário (Lages). (FIGUEIREDO, 1970, p. 29).

Faziam parte da 3ª DI as guarnições de Santa Maria, Cachoeira do Sul, Pelotas e Santa Cruz do Sul, sendo comandada desde o dia 8 de abril de 1963 pelo

General Mario Poppe de Figueiredo. Este, desde os primeiros dias tomou conhecimento da estrutura política da cidade e passou a monitorar as atividades principalmente dos ferroviários e de sua maior entidade representativa, a UFG, taxada pejorativamente por “Soviete”. Para ele, os ferroviários representavam uma ameaça real de subversão da ordem e os acusava, focando em seu principal líder Balthazar Mello, de exercer “poder discricionário” sobre o conjunto da categoria e de manter a cidade praticamente refém dos seus abusos, materializados nas constantes paralisações que, além de prejudicar economicamente o município, serviam como trampolim para o incremento da subversão. (FIGUEIREDO, 1970, p. 31-34).

Durante os dias 31 de março e primeiro de abril a situação era de apreensão na cidade. A greve dos ferroviários e as notícias desencontradas que vinham do centro do país apenas serviam para aumentar a tensão, principalmente entre os grupos hegemônicos. Temendo pelo pior, na manhã do dia primeiro, o vice-prefeito Adelmo Genro, na ocasião exercendo o cargo de prefeito em exercício, devido à ausência do titular, Paulo Lauda, que se encontrava em São Paulo em tratamento de saúde, acompanhado de um grupo de ferroviários, efetuou uma visita ao QG da 3ª DI para inteirar-se da situação e colocar-se à disposição do Comando, num claro ato de boa vontade. Os desdobramentos da entrevista, como esclarecido no livro do Mal. Poppe de Figueiredo já prenunciam o desfecho da crise.

Muito cedo comparece ao Q.G. da 3ª D. I. o Vice-Prefeito de Santa Maria, em exercício, Sr. Adelmo Genro, acompanhado de alguns ferroviários, liderados pelo Sr. Baltazar de Mello. Recebidos friamente, declararam que tendo tido conhecimento de que em breve a 3ª D. I. iria deslocar tropas, vinham-se pôr à disposição de seu Cmt. para a formação dos comboios necessários, apesar de a ferrovia estar em greve. Com a resposta de que, até então, a D.I. não tinha recebido nenhuma ordem do Comando do III Ex., encerra-se a rápida entrevista. (FIGUEIREDO, 1970, p. 44).

Ainda na manhã do dia primeiro, o Comando da 3ª DI decide aderir ao Golpe e desencadeia o “Plano de Segurança Interna” (SEGIN) que, quase de forma imediata, coloca Santa Maria isolada do resto do Estado.

Com o desencadeamento do Plano SEGIN, a cidade de Santa Maria, em cerca de meia hora, estava inteiramente sob controle da D.I., pela ocupação de todos os seus pontos sensíveis, tais como usina de força, estação da Viação Férrea, central telefônica, etc. O Comando da Divisão passa a

controlar as estações de rádio locais, Guarathan, Santamariense, Imembuí e Medianeira, impedindo que as duas primeiras continuassem integrando a “Cadeia da Legalidade”, comandada de Porto Alegre. (FIGUEIREDO, 1970, p. 48).

Visando neutralizar a resistência que poderia vir da parte dos ferroviários e sabedor da força e do poder de mobilização destes,

É chamado ao Q.G. da D.I. o Vice-Prefeito Adelmo Genro e lhe é comunicada a nova situação, sendo-lhe pedido transmitir aos membros do soviete da Viação Férrea que horas antes estiveram no Q.G., bem como a seus aderentes, que se recolhessem às suas casas, donde não poderiam sair, a fim de evitar qualquer tentativa de perturbação da ordem, pois a tropa tinha instruções para reprimi-la com a máxima energia, empregando suas armas de fogo. O Cmt. da D. I. foi obedecido e a população e comércio de Santa Maria, que já estavam habituados às violências cometidas pelos elementos subversivos da Viação Férrea, em momentos de crise, viram passar os acontecimentos sem a menor alteração em sua vida normal. Posteriormente, foram todos presos e submetidos a Inquérito Policial Militar. (FIGUEIREDO, 1970, p. 48).

Um dos primeiros locais a serem ocupados foi a estratégica gare da Viação Férrea, pois desta forma ficava impedida a formação de comboios em direção a Porto Alegre para dar apoio ao Comando do III Exército, que ainda se mantinha leal ao Governo Federal.

Sabiam [os golpistas] que a decisão sobre o rumo que as coisas tomariam no Rio Grande do Sul dependia das guarnições do interior do Estado e, particularmente, da de Santa Maria, da 3ª D.I., controladora do estratégico nó ferroviário. (...). A partir das 10.30 horas, contudo, começam a chegar da Viação Férrea, notícias confusas sobre a ocupação do pátio de Santa Maria, com impedimento de formação de trens. Às 11.00 horas, a direção da ferrovia informa que também a estação de Bagé não podia formar trens, (...). Todos esses informes deixavam os oficiais (...) cada vez mais satisfeitos, pois a interdição do pátio de Santa Maria significava a impossibilidade de movimento ferroviário no Rio Grande do Sul e o não-cumprimento das ordens do novo Comando do III Ex.(FIGUEIREDO, 1970, p. 63).

Totalmente sitiada e isolada do resto do Estado, pois as tropas do Exército e inclusive da Brigada Militar controlavam os pontos estratégicos como rádios, correios, ferrovia e estando as saídas da cidade bloqueadas pelas tropas golpistas, Santa Maria caiu, mas não sem resistência. Os líderes ferroviários foram

imediatamente presos⁵¹ por ordem do Comando, o que contradiz o publicado no jornal *A Razão* do dia 10 de abril, onde em nota intitulada “Enérgica e oportuna nota do Comandante da 3ª D.I.”, o então novo comandante Cel. Ramão Menna Barreto afirmava:

Não há líderes ferroviários presos, e, sim apenas dois conhecidos agitadores⁵² que não podem sequer [sic] ter pretensão de encarnar a figura do ferroviário gaúcho. Os demais faltosos não estão presos e sim foragidos – pois a sua primeira e egoística providência foi fugir à responsabilidade perante a opinião pública, traindo seus próprios companheiros. (Jornal *A Razão*, 10/04/1964).

No dia 3 de abril o jornal *A Razão* anunciava em letras garrafais na sua primeira página “MAZZILI PRESIDENTE”⁵³: o Golpe consumava-se ainda com o presidente deposto em solo nacional, o que caracterizava mais uma ilegitimidade. Aos poucos se foi reconhecendo a derrota, e líderes trabalhistas como os prefeitos Sereno Chaise, de Porto Alegre, e Adelmo Genro (em exercício), de Santa Maria, conclamaram o retorno ao trabalho. Os ferroviários suspenderam a greve iniciada no dia 31 de março e em tom melancólico, como que antevendo o futuro sombrio que estava por vir, conclamavam aos seus pares o retorno ao trabalho e à ordem, cientes de que haviam mais uma vez cumprido seu dever de defesa dos ideais democráticos.

FERROVIA RETORNOU AO TRABALHO ONTEM

A Viação Férrea, que se encontrava em greve, decretada a partir do início dos acontecimentos políticos que abalaram o país, retornou, ontem, ao trabalho com a solução da crise.

Já na tarde de ontem, os serviços da ferrovia aqui reiniciavam seus trabalhos normais, após a conclamação dada a conhecer pelo Conselho Representativo das Entidades Ferroviárias. A nota, assinada pelos Srs. Francisco Lemes, Onofre Ilha Dornelles e José Vinadé, tinha o seguinte teor:

“O Conselho Representativo das Entidades Ferroviárias, neste momento delicado para a nacionalidade, dirige-se a todos os companheiros para conclamá-los a se manterem unidos.

⁵¹ Balthazar Mello, o principal destes líderes, foi preso no dia 5 de abril em frente a sua residência, quando saía de madrugada para o trabalho. Sobre o assunto e seus desdobramentos posteriores, ver Capítulo III da presente dissertação.

⁵² Possivelmente tratava-se de Balthazar Mello e Onofre Ilha Dornelles que eram os principais líderes ferroviários, presos logo nos primeiros dias pós-Golpe.

⁵³ Tratava-se de Ranieri Mazzili, presidente da Câmara Federal e, segundo a Constituição, substituto imediato do Presidente em caso de impedimento deste.

Cumprimos o nosso dever indo à greve para manter a unidade nacional dos trabalhadores, tudo fizemos para ajudar a manter no poder o Sr. Presidente da República constitucionalmente eleito.

Devemos retornar ao trabalho cada vez mais unidos em torno das nossas reivindicações já conquistadas que não devem sofrer solução de continuidade.

Conclamamos o retorno ao trabalho, a partir do momento que tomarem conhecimento deste comunicado nos horários normais de trabalho". (Jornal *A Razão*, 03/04/1964).

“Solucionada a crise”, como afirma a matéria, o bloco conservador da cidade formado pela Igreja Católica, empresários, membros do Lions Club, Rotary Clube, juízes de Direito e até mesmo personalidades ligadas à educação secundarista e superior⁵⁴, iniciou rapidamente a sua demonstração de força através principalmente dos espaços que o jornal *A Razão*, já agora liberado da posição comedida que assumira quando do início da crise, lhes proporcionava.

Este bloco organizou no dia 15 de abril de 1964 uma grande manifestação, em Santa Maria, de apoio ao Golpe e às Forças Armadas, que ficou conhecida como a “Marcha do Agradecimento”. Entre todos os discursos, o mais inflamado, intolerante e desproporcional ao debate democrático de ideias foi o do representante do ensino superior que, sentindo-se “feliz em ter sido escolhido” como um dos intérpretes do pensamento santa-mariense, enalteceu a partir dos feitos passados de Caxias, Osório e Niederauer a ação das Forças Armadas no presente, dizendo que, ao salvar-nos do comunismo ateu, garantiram para o povo santa-mariense e brasileiro em geral, a vitória da “democracia”. Literalmente, expressava-se que:

“A revolução democrática do Brasil iniciada e executada com o brilho de uma parada militar pelas gloriosas forças do Exército Brasileiro, deve continuar até que os culpados paguem seus hediondos crimes, aqueles que nos queriam entregar com as mãos amarradas aos pelotões de fuzilamento, aqueles que desejavam substituir por imagens humanas a imagem de Deus nos corações de nossos jovens, aqueles que visavam substituir o nosso Cruzeiro do Sul pela Ursa Polar, aqueles que pensavam macular o nosso pavilhão auri-verde com a foice e o martelo, aqueles que desejavam acorrentar o Brasil ao mundo comunista, aqueles que um dia pensaram que seria possível amordaçar para

⁵⁴Atenção especial no discurso foi dada à juventude brasileira, principalmente a estudantil. Tratada como incapaz de pensar por si própria e extremamente manipulável, deveria ser colocada sob tutela (como toda a sociedade) e conduzida para o caminho correto por aqueles que impediram que o Brasil caísse nas mãos dos “traidores da Pátria” (Jornal *A Razão*, 16/04/1964). As consequências diretas desta paranoia foram a criminalização da sociedade como um todo e a colocação sob suspeita de todo aquele que divergisse do discurso oficial, conforme veremos no capítulo III. Aquelas palavras intolerantes e carregadas de ódio ao seu semelhante que ecoaram pelas ruas e praças de Santa Maria naquele distante 15 de abril agora estão mergulhadas no silêncio e no esquecimento. É tarefa de todo historiador e cientista social trazê-las de volta à luz para que possamos compreender com clareza aquele momento histórico, aprendendo “a desembaraçar o emaranhado de fios que formam a malha textual destes diálogos” (GUINZBURG, 1989, p. 209).

sempre o nosso povo e dispor livremente das riquezas de nosso subsolo e do amado solo Brasileiro ao serviço do comunismo ateu! (...). Agora podemos festejar a vitória da democracia no mundo com a derrota do comunismo no Brasil!". (Jornal *A Razão*, 16/04/1964).

Artigos e colunas assinadas se multiplicavam diariamente no matutino, sempre insistindo no mesmo tom monocórdio: exaltação da coragem e da grandeza das Forças Armadas por terem livrado o Brasil do comunismo ateu. Os editoriais também insistem na mesma linha de raciocínio e, utilizando uma linguagem por vezes incompatível com o debate democrático (que eles mesmos vangloriavam-se de terem salvo), atacavam inclusive a honra do presidente deposto, em um tom nitidamente carregado de ódios e rancores.

Um dos que mais chama a atenção é o editorial publicado no dia 12 de abril, intitulado "Falta de Pudor".

FALTA DE PUDOR

(...) A desordem nos sindicatos, nos serviços públicos, nas classes armadas provinha de uma ação direta do presidente da República e [en]chiam todos os cargos de importância no serviço administrativo de elementos comunistas ou simpatizantes do comunismo, e desencadeavam publicamente a mais horrível campanha de desmoralização do Congresso, dos partidos políticos, e da autoridade militar que se pudesse imaginar.

Junte-se a isso a corrupção dominante em todos os serviços do Estado, nos Ministérios, nas autarquias, nos Institutos de Previdência e, sobretudo, na Petrobras, convertidos todos em fontes de negócios e de rendas escusas para os correligionários e amigos do Sr. João Goulart.

Nunca houve quem se opusesse **[sic]** às reformas que o presidente preconizava, desde que se realizassem legalmente, através do Congresso e sem a ganga de demagogia e de eleitoralismo de que estavam imundamente carregadas as suas iniciativas nesse terreno.

(...) Toda contemplação com indivíduos dessa espécie torna-se intolerável, em face da persistência diabólica com que, alguns dias passados sobre a queda do infame regime de João Goulart, começam a pôr a cabeça de fora, tentando manobras para capitalizar os votos petebistas, e o estão fazendo de forma capciosa e desonesta, apoiados em mentiras e falsidades que mal escondem a intenção de desmoralizar o glorioso movimento que nos salvou do comunismo.

Nunca se viu tamanha falta de pudor. (Jornal *A Razão*, 12/04/1964).

Como podemos notar, o referido editorial representava de forma precisa as ideias deste bloco conservador. O tom extremamente agressivo e rancoroso demonstra bem o imenso temor que as classes dominantes tinham de perder seus

privilégios com o avanço dos movimentos sociais. Dirigindo seus ataques principalmente contra os sindicatos e criminalizando todo aquele que se colocasse contra o estado de coisas recém instaurado, o bloco conservador estabelece um quadro de confronto direto sob o qual se organizou o debate político na cidade. Este, como sempre acontecia, teve no parlamento local um dos seus foros privilegiados o qual nos possibilitou compreender a divisão política e a difícil situação vivida pela cidade de Santa Maria naquele momento.

2.4 O debate político na Câmara: do “Estado de Alerta” às cassações de Lauda e Genro

Todas estas notícias eram vistas com muita apreensão pela população e repercutiu, obviamente, de forma intensa na Câmara de Vereadores da cidade, onde a divisão que se estabeleceu a partir do pleito ocorrido no ano anterior manifestou-se nos depoimentos tanto de repúdio ao Golpe, quanto de apoio ao mesmo, além de agressões verbais mútuas entre os vereadores.

A nova formação da Câmara foi empossada no dia 31 de dezembro de 1963, mesma data em que o foram também o Prefeito eleito, Paulo Devanier Lauda e seu vice, Adelmo Simas Genro. A abertura do ano legislativo estava marcada para o dia primeiro de abril, mas os acontecimentos nacionais terminaram por precipitar e antecipar a disputa político-ideológica que dividia não apenas o parlamento municipal, mas também a cidade como um todo. No mesmo dia, o presidente da Casa, vereador Valdyr Aita Mozzaquatro (MTR) suspendeu a ordem do dia e, por solicitação da bancada do PTB, declarou a Câmara em “estado de alerta”.

PROCLAMAÇÃO

Como Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Maria, levamos nossa palavra de ordem ao povo do Rio Grande. Devemos declarar que estamos onde sempre estivemos, coerentes com nosso passado político.

Nossa atitude é a Defesa e o Apoio permanente à Constituição. Nós a juramos (...), e devemos cumprir esse juramento, pois a Pátria deve pairar acima de tudo e de todos, inclusive sobre o interesse de grupos em benefício único e exclusivo do Povo.

E aos nobres Vereadores declaramos a Câmara em “Estado de Alerta”, encarecendo aos mesmos que se mantenham de sobreaviso para se necessário serem convocados urgentemente. Fica, portanto, transferida “sine-die” a sessão da Eleição da Mesa que deveria realizar-se hoje.

E ao encerrarmos esta mensagem, pedimos calma aos Santamarienses nesse transe confuso e difícil por que passa o Brasil inteiro.
Santa Maria, 1 de abril de 1964.
(a) Dr. Valdyr Aita Mozzaquatro – Presidente. (Jornal *A Razão*, 02/04/1964).

As sessões reiniciaram no dia três e a única voz que se levantou contra a situação arbitrária estabelecida no país foi a do vereador Eduardo Rolim (PTB), que reclamou da falta de garantias individuais e protestou pelo retorno das mesmas o mais breve possível. No dia seis é que a sessão tornou-se mais tensa, com discursos inflamados e acusações mútuas entre os dois blocos presentes na Câmara. Com a Ditadura já instalada de fato, com prisões e violações de garantias individuais, os discursos dos vereadores petebistas direcionavam-se contra esta situação.

O mais inflamado foi do vereador Carlos Renan Kurtz, que denunciou as arbitrariedades do novo regime e a Ditadura sem disfarces instalada no país. Acusava o novo regime de totalitário e reclamava da censura aos órgãos de imprensa e das revistas indiscriminadas em residências particulares numa clara violação dos direitos mais básicos do cidadão. O vereador Eduardo Rolim seguiu na mesma linha do colega e, através de manifesto escrito, denunciou a situação nacional, apelando pela necessidade de reformas de base. Pelo lado do bloco conservador, o vereador Eroni Paniz (PL) fez a defesa do novo regime, rebatendo as acusações e afirmando “que nenhuma liberdade foi cassada, que nenhum direito foi cerceado” e que o objetivo primordial do novo governo é a salvaguarda da democracia e a punição dos comunistas.

Esta afirmação soou tão descabida aos ouvidos da bancada petebista que se formou um tumulto generalizado, obrigando o presidente a suspender a sessão até que os ânimos se acalmassem. No retorno, o vereador do PL prosseguiu sua manifestação reafirmando suas palavras anteriores. A sessão foi finalizada com um novo pronunciamento do vereador Rolim, agora na condição de líder partidário, que denunciou, além da censura a que estavam submetidas as rádios da cidade, a farsa no tocante ao armamento bélico encontrado em residências particulares. Também afirmou que no interior do município encontraram-se armas do Exército que estariam

servindo para aliciamento de civis; encerrou seu discurso pronunciando “que não devem ser ditas meias-verdades, pois elas também são mentiras”⁵⁵.

A próxima sessão datada do dia 13 de abril caracterizou-se por ser a primeira realizada sob a vigência do Ato Institucional nº 1 (AI-1), promulgado no dia nove daquele mês. O AI-1 foi a forma que o bloco dominante que ascendeu ao poder em 31 de março encontrou para legitimar-se frente à sociedade, justificando seus atos ilegítimos de constantes violações constitucionais, a começar pela derrubada do presidente, invasão de privacidade, prisões arbitrárias e sem culpa definida entre outras.

Por mais autoritário e ditatorial que seja um sistema de governo, este jamais se sustenta frente a uma sociedade apenas pela violência e repressão política. É preciso dar a esta dominação certa legitimidade que tem por base a aceitação e a formação de um consenso da sociedade civil em relação ao Estado ditatorial. A forma encontrada para o estabelecimento deste consenso e para abrir caminho para a aceitação do novo regime foi embasar o discurso oficial em valores que supostamente representavam os anseios do povo brasileiro, e que eram a eles inerentes: segurança, liberdade religiosa, defesa da família e da propriedade, retidão moral, entre outros.

O novo regime e a nova sociedade que começa a ser formada a partir de então nada mais são do que a representação desses valores que foram negligenciados pelo governo anterior. Na forma, o regime aparecia como representante dos desejos e necessidades do povo brasileiro, daí a insistência em ratificar a ação golpista como um “chamamento” do povo para colocar um fim à situação caótica na qual o país mergulhara com o governo anterior. Em sua essência, portanto, o regime utilizava-se destes valores para legitimar-se a partir da apreensão da subjetividade da maioria da população e dos grupos sociais. Tais valores eram filtrados a partir da própria sociedade, e esta se representava neles e passou a ver o Estado ditatorial como um espelho de si própria no momento em que aquele se valeu destes valores para exigir o reconhecimento de legitimidade para seus atos.

Era em torno desses elementos tidos como inerentes à mentalidade do povo brasileiro que os governos militares elaboraram tanto o seu sistema de ideias

⁵⁵ Cf. Arquivo da Câmara de Vereadores, Ata nº 16/64.

e valores quanto as suas medidas e ações na busca incessante de aceitabilidade entre os diversos setores sociais. (REZENDE, 2001, p. 40).

Dentro deste contexto, o AI-1 se estabelece como o primeiro elemento criado para certificar à sociedade que aquele movimento era legítimo, e que somente havia se concretizado pelo fato de expressar a vontade do povo brasileiro e só por isso adquirira legitimidade.

Além do mais, o Ato, muito mais do que definir a ditadura, assumiu-se como Ditadura ao afirmar que não é o Congresso que legitima o poder de Estado, mas o contrário, uma vez que é este quem tem o poder de conferir a legitimidade àquele, personalizada no próprio Ato.

À NAÇÃO

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução.

A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação.

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constitucional. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. *Assim a revolução vitoriosa, como o Poder Constituinte, se legitima por si mesma.* Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. *Ela edita normas jurídicas, sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória.* Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação, na sua quase totalidade, destina-se a assegurar ao Novo Governo a ser instituído os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa *necessita de se institucionalizar* e se apressa, pela sua institucionalização, a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe.

O presente Ato Institucional só poderia ser editado pela revolução vitoriosa, representada pelos Comandos-em-Chefe das três Armas que respondem, no momento, pela realização dos objetivos revolucionários, cuja frustração estão decididas a impedir. Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo a atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País. Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de

1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo, como nas suas dependências administrativas. Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes constantes do presente Ato Institucional.

Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação. (Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964 in: **Arquivos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores**. (1964), pp. 317-8). **[Grifos meus]**

Entre os fatos políticos mais importantes que foram criados pelo Ato destaca-se a figura do “Decurso de Prazo” (Art. 4º), medida que possibilitava ao Presidente enviar ao Congresso projetos de lei sobre qualquer matéria para serem analisados em até trinta dias. Caso não houvesse consenso, o mesmo seria automaticamente aprovado. O Art. 7º suspendia por seis meses as “garantias Constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade” (Ibid.: 318), atingindo com isto a categoria dos servidores públicos em todas as suas esferas federal, estadual e municipal. O Artigo 10 estabelecia a cassação dos mandatos legislativos também em todas as suas esferas, além de suspender os direitos políticos pelo prazo de dez anos. Seu parágrafo único estabelecia um prazo de sessenta dias a contar da posse do novo presidente para que este efetuasse os atos previstos no artigo em questão.

Art. 7º Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias Constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade. (...).

(...) Art. 10. No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos.

Parágrafo único. Empossado o Presidente da República, este, por indicação do Conselho de Segurança Nacional, dentro de sessenta (60) dias, poderá praticar os atos previstos neste artigo. (Ibid., p. 319).

Amparado nesses dois artigos, o governo da Ditadura resolveu cassar os mandatos, que haviam sido conquistados de forma legítima nas urnas, do prefeito e vice-prefeito de Santa Maria, Paulo Lauda e Adelmo Genro, respectivamente. Publicado no Diário Oficial da União do dia 7 de maio, a notícia foi manchete de

primeira página do jornal *A Razão* do dia seguinte: “PAULO LAUDA E ADELMO GENRO: DIREITOS POLÍTICOS CASSADOS”. Na sessão do dia 11 daquele mesmo mês, é lida no plenário da Câmara o telegrama que confirmava a situação.

Of. urgente Presidente Câmara Municipal Santa Maria L339 C Planalto Brasília – 345902 NIL 8-20 – 25 SEC 8.5 6 – TENHO HONRA INFORMAR VOSSÊNCIA EXMO SR PRESIDENTE REPUBLICA ASSINOU DECRETO DATADO ONTEM vg PUBLICADO DIARIO OFICIAL MESMA DATA vg SUSPENDENDO DIREITOS POLITICOS vg PRAZO DEZ ANOS vg CIDADAO PAULO DEVANIER LAUDA ET ADELMO SIMAS GENRO pt SAUDACOES pt GEN BDA ERNESTO GEISEL SECRETARIO GERAL DO CONSELHO DE SEGURANCA NACIONAL (Arquivo da Câmara de Vereadores, Ata nº 29/64 de 11/05/1964).

No mesmo dia foi empossado como prefeito municipal o presidente da Câmara de Vereadores, Valdyr Aita Mozzaquatro, e no dia 15 foram eleitos de forma indireta os novos prefeito e vice, respectivamente, os senhores médicos Miguel Meirelles e Francisco Alvares Pereira.

As manifestações da Câmara foram pautadas por denúncias ásperas de ambas as partes. O vereador Carlos Renan Kurtz (PTB) lamentou o fato, pois a cassação dos eleitos de forma legítima pelo povo na última eleição estaria causando uma enorme frustração no eleitorado. Ainda, segundo o vereador, durante o pouco tempo que tiveram para exercer seu mandato, tanto Paulo Lauda quanto Adelmo Genro preocuparam-se em palmilhar todo o município de Santa Maria na busca de resolver os problemas mais urgentes da população. Ressaltou que “de início, fiel ao postulado do PTB, trataram de resolver o problema dos pequenos, no caso os funcionários municipais, que estavam com seus vencimentos atrasados **[sic]** a alguns meses”⁵⁶.

O vereador do PL, Arthur Marques Pfeiffer, enalteceu o “patriotismo dos que fizeram a revolução” e tranquilizou a população afirmando “que os dinheiros públicos que serão arrecadados não serão empregados para a subversão da ordem”. Em resposta, o vereador Eduardo Rolim contestou a afirmação do vereador Pfeiffer afirmando que os recursos arrecadados pelo ex-prefeito foram usados para “pagar vencimentos atrasados **[sic]** e que se isso **[sic]** é subverter a ordem, então continuarão a subvertê-la”⁵⁷.

⁵⁶ Arquivo da Câmara de Vereadores, Ata nº 32/64 de 15/05/1964.

⁵⁷ Ibid.

A Ditadura atingia de vez a cidade e, após o último evento, ainda foram vítimas dos expurgos os vereadores Carlos Renan Kurtz e Manoel Mallmann Filho. O primeiro foi preso dia 10 de junho e mantido incomunicável por vários dias; o segundo foi preso em 15 de maio e mantido incomunicável por sete dias, sem formação de culpa. Teve seu mandato cassado em 15 de junho, o que gerou por parte de seu companheiro de bancada, vereador Eduardo Rolim, a denúncia de que o Brasil estava vivendo uma verdadeira “ditadura militar” (Ata nº 44/64). A cassação do vereador Mallmann foi considerada tão surpreendente que causou estranheza até mesmo entre seus adversários políticos na Câmara, como mostra o seguinte ofício:

Of. nº 860/GP. PF. – 64

Santa Maria, 30 de junho de 1964.

Excelentíssimo Senhor Presidente [da República]

Firmado pela coletividade integrante desta Casa Legislativa, passamos às mãos, por cópia, com o devido acatamento e respeito, um memorial em que é consignado um apelo à Vossa Excelência no sentido de ser reexaminado o caso do ex-vereador Manoel Mallmann Filho, que teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos.

Data vênua, esclarecemos a Vossa Excelência que tal medida representou nesta Cidade, como legítima surpresa, posto que o Sr. Manoel Mallmann Filho desfrutou, sempre de justificado conceito entre todas as classes sociais.

Confiantes no esclarecido espírito de justiça de Vossa Excelência, subscrevemo-nos.

Respeitosamente,

(a) Dr. VALDYR AITA MOZZAQUATRO – Presidente. (Arquivo da Câmara de Vereadores – Correspondência Expedida – 1964).

O Poder Executivo federal se impôs de tal modo durante o período, que terminou por retirar do Legislativo toda e qualquer independência. Esta atitude só fez aumentar e se expandir principalmente a partir do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que delineou a forma jurídico-política da Ditadura que se desenvolvia desde o Golpe de 31 de março. Formal e externamente, os três poderes foram mantidos “independentes”, mas, na prática, o Executivo absorveu todos os processos decisórios, mecanismos de mando, etc., o que terminou por amordaçar o Legislativo, retirando dele seu principal objetivo: representar os interesses dos diversos grupos e classes sociais e suas respectivas reivindicações. No próximo capítulo, analisaremos

como a Ditadura e seus órgãos de repressão se utilizaram deste poder arbitrário para criminalizar a sociedade e afastar e punir seus opositores.

3. CRIMINALIZAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO DA SOCIEDADE: A DITADURA CIVIL-MILITAR E O FIM DO PRAGMATISMO NO MEIO FERROVIÁRIO GAÚCHO

Neste capítulo propomos apresentar as formas e os mecanismos utilizados pela Ditadura para exercer sua dominação sobre a sociedade civil. As principais são a criminalização da sociedade, no que se refere à necessidade do regime em transformar todo cidadão em subversivo em potencial sob o pretexto da segurança nacional; a militarização das instituições e da sociedade que passa a organizar-se dentro de uma hierarquização vertical de estilo castrense e o planejamento como técnica de dominação estendida a todos os setores da sociedade.

Será abordado também o problema das intervenções nas instituições representativas dos ferroviários e as perseguições a que os líderes foram submetidos, inclusive com a prática de tortura. Para sustentar esta ideia, serão utilizados depoimentos de familiares de presos políticos, colhidos durante o desenvolvimento da pesquisa e contato com o material bibliográfico e documental primário. No final do capítulo, abordaremos como esta situação criada a partir do Golpe de 31 de março colaborou para o fim da atuação política dos trabalhadores ferroviários e de suas entidades representativas.

3.1 Criminalização da sociedade

Desde o princípio, o bloco que se instalou no poder promoveu um descolamento entre o Estado e a sociedade civil. Esta, à medida que a Ditadura avançava no Brasil, tomava conta do enorme distanciamento que se estabelecia entre as suas necessidades e a forma como o Estado se manifestava ao agir como

um ente estranho, estrangeiro e até mesmo inimigo de seu próprio povo. Tal distanciamento tomou forma e legitimidade através de três pontos principais: a criminalização da sociedade civil, a militarização das instituições e, por extensão, de toda a sociedade que passa a ser regulada a partir de formas hierarquizadas de relação, e uso do planejamento, a princípio restrito à área econômica, mas que abrangia todas as parcelas da sociedade como técnica “neutra” e “científica” de dominação (IANNI, 1981; 1985). Na prática, estes fatores são indissociáveis, se completam e formam nesta unidade o princípio ativo da ideologia repressora que foi organizada pelo Estado e pelo bloco hegemônico que o comandava, afetando parte significativa da sociedade brasileira, em seus diferentes estratos, tanto em quantidade como em interesses de cidadania.

Apesar da ideia de criminalização já existir no período anterior ao Golpe sob a forma de discurso anticomunista⁵⁸ e de ter-se desenvolvido e ampliado no interior de instituições conservadoras como o IPES e o IBAD⁵⁹, foi após o 31 de março que se expandiu e se consolidou como discurso ideológico. A base deste discurso estava assentada na percepção de que a realidade brasileira e, por extensão, as instituições e organismos estatais e sindicais estavam doentes. A abertura das portas ao comunismo internacional no período do governo Goulart, segundo esta visão, propiciou que ideias alienígenas contrárias à tradição e aos valores do povo brasileiro penetrassem na sociedade contaminando o “corpo social”.

A resolução deste problema por parte da Ditadura foi a de efetuar uma “operação limpeza” (segundo seus próprios termos) nas instituições, afastando os líderes ligados ao governo anterior ou aqueles que se manifestassem de forma contrária ao novo regime. Isso gerou uma verdadeira cristalização dos movimentos sociais, criando condições para que as formas de organização social opositoras

⁵⁸ Para uma visão mais completa das origens do discurso anticomunista no Brasil, ver SÁ MOTTA (2002).

⁵⁹ O IPES, Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, foi uma organização de direita fundada em 29 de novembro de 1961 e tinha como objetivo criar um núcleo oposicionista ao governo Goulart e sua suposta tentativa de “comunização” do Brasil. O IBAD, Instituto Brasileiro de Ação Democrática, foi fundado em maio de 1959 e, assim como seu co-irmão, IPES, teve participação decisiva na conspiração e posterior queda do governo constitucional de Goulart. Associadas a estas instituições, ainda participaram ativamente do processo conspiratório outras entidades de direita e extrema-direita, como a TFP (Tradição, Família e Propriedade), ADP (Ação Democrática Parlamentar), CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia) e LIMDE (Liga da Mulher Democrata), além dos grandes oligopólios da imprensa nacional e setores conservadores da Igreja Católica. Para um estudo mais detalhado sobre a ação desses grupos, ver DREIFUSS (1981) e CORDEIRO (2009).

fossem neutralizadas e revitalizando e organizando aquelas que tivessem como objetivo a sustentação e reprodução do *status quo*.

É através dos discursos oficiais, atos institucionais, ordens, decretos-lei, editoriais e artigos, assinados (ou não) em jornais e outros órgãos de imprensa, que a criminalização se define e se legitima. Tomando como linha principal a versão de que a sociedade é incapaz de se defender dos ataques da retórica demagógica e populista de falsos líderes por ser amorfa e débil. O Estado, então, chamaria para si a responsabilidade desta defesa, criando dispositivos legais que buscam legitimar a regulação da sociedade. A partir de agora, todos se tornam, de uma forma ou de outra, culpados por suspeita.

A indústria do anticomunismo passa a ser repetida à exaustão, criando um regime de delação e de vigilância constante. Em 13 de dezembro de 1968, esta indústria chega ao seu ápice com a edição do Ato Institucional nº 5, o AI-5, que o historiador Francisco Iglésias definiu com muita propriedade como “a antilei, o arbítrio total” (IGLÉSIAS, 1985, p. 78). Através do AI-5 nenhum direito é respeitado e se algum resquício de legalidade existia antes da promulgação, a partir de agora ele deixa de existir. As cassações, expurgos e prisões recrudescem com extrema violência, e o movimento sindical já combalido por quatro anos de perseguições implacáveis, apesar da tentativa de reerguimento com as greves de Contagem e Osasco naquele mesmo ano, termina por mergulhar em um período de ostracismo que perdurou por dez anos.

ATO INSTITUCIONAL Nº 5 – DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968

O Presidente da República Federativa do Brasil, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e

Considerando que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao país um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às *ideologias contrárias às tradições de nosso povo*, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, “aos meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria” (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964);

Considerando que o Governo da República, responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança internas, não só não pode permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro, bem como porque o Poder Revolucionário, ao

editar o Ato Institucional nº 2, afirmou, categoricamente, que “não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará” e, portanto, o processo revolucionário em desenvolvimento não pode ser detido;

Considerando que esse mesmo Poder Revolucionário, exercido pelo Presidente da República, ao convocar o Congresso Nacional para discutir, votar e promulgar a nova Constituição estabeleceu que esta, além de representar “a institucionalização dos ideais e princípio da Revolução”, deveria “assegurar a continuidade da obra revolucionária” (Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966);

Considerando, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la;

Considerando que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do país comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária;

Considerando que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição.

Resolve editar o seguinte

ATO INSTITUCIONAL

(...)

Art. 2º O Presidente da República, poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.

(...)

Art. 4º No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e *sem as limitações previstas na Constituição*, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único. Aos Membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais, que tiverem seus mandatos cassados, *não serão dados substitutos*, determinando-se o *quorum* parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

(...)

Art. 10. Fica suspensa a garantia de *habeas corpus*, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. (**Arquivos do Ministério da Justiça**. XXVI(108), 1968, p. 149-151). **[Grifos meus]**.

Na esteira do AI-5, o Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969, que tem como objetivo definir “os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social”⁶⁰, explicita em seus artigos iniciais o seguinte:

⁶⁰ Disponível na internet: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126023/decreto-lei-898-69>. Acesso em: 23/07/2011.

“Art. 1º Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei.

Art. 2º A segurança nacional a garantia **[sic]** da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos.

Art. 3º A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.

§ 1º A segurança interna, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no país.

§ 2º A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contra-propaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.

§ 3º A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação.” (Ibid.).

Contrariando os princípios básicos do Direito, para a Ditadura e seus grupos associados, toda pessoa era, a partir de então, suspeita, até que se provasse o contrário. Para Ianni (1981, p. 161), tal acepção “significa que toda pessoa precisa vigiar a outra, suspeitar do seu vizinho, colega de trabalho, companheiro de viagem, interlocutor”. Criminalizando a sociedade, o governo discricionário funda um verdadeiro terrorismo de Estado, e passa a intervir diretamente em todos os setores da sociedade, estabelecendo padrões de hierarquização e colocando todos sob suspeição. Cada cidadão torna-se, então, um subversivo em potencial, e os sindicatos e organizações representativas dos trabalhadores em geral são vistos como verdadeiras fábricas de subversão e corrupção. Assim, o governo legitimava e justificava as intervenções a partir de um discurso moralizante e incriminador.

Na realidade, as entidades sindicais serão tanto mais autônomas quanto mais se afastarem de *atividades estranhas aos seus próprios objetivos*. Infelizmente, nem sempre foi assim entendido por interessados em desvirtuar os sindicatos, transformando-os em instrumentos de corrupção e subversão. E com a única e exclusiva finalidade de *repô-los* dentro dos moldes legais, e mais convenientes aos trabalhadores, houve, em alguns casos, a necessidade de intervir em entidades sindicais, que, no entanto, continuaram as suas *atividades legítimas* em defesa dos interesses profissionais dos representados. (...). Não tenho dúvida de que, esclarecidos como são os trabalhadores brasileiros, bem sabem quanto lhes era prejudicial o clima de agitação criado artificialmente para lhes dar falsa ideia de participação na vida política do País. Esta, eles a deverão ter pelo voto, nas eleições para a escolha dos dirigentes do País, e nunca *mediante a deturpação da vida sindical*. (CASTELO BRANCO, 1966, p. 318-319) **[Grifos meus]**.

A sociedade está sempre nos regimes de exceção sob suspeita, em tese, porque é potencialmente perigosa. Ela é amorfa, inconsequente, incompetente e por isso precisa ser tutelada de cima para baixo, protegida de si mesma. Por esse conjunto de razões, ela é, também, perigosa, pois está à mercê de demagogos e subversivos que facilmente a manipulam devido ao seu despreparo. Daí a necessidade de um controle superior que lhe indique o rumo certo a seguir, de se estabelecer e recuperar o verdadeiro “sentido” do sindicato (IANNI, 1985).

É neste sentido e imbuído deste espírito de criminalização, que a Ditadura fará sua investidura nas associações ferroviárias em Santa Maria e principalmente na Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea, Ltda. (COOPFER), a maior, mais organizada e uma das mais politizadas das associações organizadas por este grupo profissional.

3.2 O sentido político da intervenção na COOPFER

Como visto, em Santa Maria, uma das primeiras categorias profissionais a sofrer intervenção foi a dos ferroviários. Sua história de lutas, sua força e prestígio social bem como as ramificações que possuíam em certas esferas do corpo político-social, principalmente no parlamento, influenciaram os golpistas a intervir rapidamente não apenas nas associações, mas também e principalmente na COOPFER. Fundada em 26 de outubro de 1913, a COOPFER rapidamente se expandiu e já nos anos 1930 tornou-se uma das maiores cooperativas de consumo e serviços da América Latina. Obteve seu pico maior de crescimento no ano de 1957, quando atingiu a marca de 20.440 associados⁶¹. A partir do final da década de 1950, começou a entrar em rápido declínio, o que se agravou sobremaneira a partir do Golpe de 31 de março.

⁶¹ Praticamente o mesmo contingente de trabalhadores ativos da VFRGS.

Quadro V

Evolução do Número de Associados – COOPFER

| ANO | ASSOCIADOS |
|------|------------|
| 1954 | 18.630 |
| 1955 | 19.247 |
| 1956 | 20.253 |
| 1957 | 20.440 |
| 1958 | 19.909 |
| 1959 | 19.188 |
| 1960 | 18.861 |
| 1961 | 18.921 |
| 1962 | 19.065 |
| 1963 | 19.166 |
| 1964 | 18.954 |
| 1965 | 18.354 |
| 1966 | 17.320 |
| 1967 | 15.937 |
| 1968 | 14.733 |

Fonte: Relatórios da COOPFER.

A COOPFER foi posta sob intervenção oficial no dia 14 de abril de 1964 e os procedimentos para a escolha do interventor, Cel. Datero De-Lorenzi Maciel, seguiram o rito protocolar oficial: normalmente eram militares com fortes ligações com o meio ou ex-dirigentes que haviam sido desalojados de seus cargos via eleições pelo grupo de novos sindicalistas ligados em sua maioria ao PCB ou à ala mais progressista do PTB. Logo após assumirem, os interventores procuravam dotar a estrutura burocrática da instituição de um *ethos* militar, de forma que se fizesse valer uma determinada visão de mundo, independente da presença ou não de militares nas estruturas superiores da instituição.

Segundo Suzeley Kalil Mathias (2004), o próprio termo militarização “passa de simples ocupação de cargos por membros fardados a um conjunto de atitudes do governo que refletem uma visão de mundo que tem por base a organização

castrense” (MATHIAS, 2004, p. 25). A autora aponta três significados para o termo: o primeiro, que militarização refere-se à participação física dos militares em uma instituição ou em cargos da administração pública civil. A partir daí, transmite-se o interesse geral para todo o sistema institucional como foi o caso da COOPFER, em um primeiro momento. Segundo, militarização pode ser também a realização das doutrinas defendidas a partir de um caráter geopolítico seguindo as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional, o que englobaria, neste caso, a sociedade civil como um todo. A terceira e última acepção que a autora confere ao termo diz respeito à transferência pura e simples da doutrina e dos valores (morais, éticos, ideológicos) castrenses para a instituição, sem que esta seja comandada por um militar. Neste caso, assim como no segundo, na ótica da autora “é muito mais a influência militar sobre o processo de decisão que é enfocado pela análise, pois aqui o ator pode ser um civil (ou um grupo de pessoas) que comungue e transmita valores e comportamentos castrenses” (MATHIAS, 2004, p. 26). Neste último caso foi o que ocorreu com a própria COOPFER a partir de 1968, quando do falecimento do interventor militar e da ascensão de um interventor civil, Ary Lagranha Domingues: o *ethos* militar já estava incorporado à forma como a instituição deveria proceder.

Imediatamente após a intervenção, esta ideia já começou a ser colocada em prática. No dia 22 de abril, o interventor Cel. Dátero De-Lorenzi Maciel assinava portaria autorizando a abertura de sindicância para apurar “possíveis irregularidades” cometidas pela administração anterior. Esta atitude desencadeará o processo de “caça às bruxas” dentro da instituição, o que levará à demissão e posterior encaminhamento às autoridades militares de vários funcionários acusados de subversão e outros delitos, como desvio de mercadorias, apropriação indébita, etc.

PORTARIA DE RESOLUÇÃO

(...) O Interventor da COOPERATIVA DE CONSUMO DOS EMPREGADOS DA VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL, LTDA., no uso de suas atribuições legais, resolve, nesta data, determinar a constituição de uma COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, na Sociedade, para apurar possíveis irregularidades que teriam sido cometidas durante as gestões dos Conselhos de Administração (...), segundo revelam as Atas das Assembleias Gerais de Delegados desta Cooperativa, realizadas nos períodos administrativos supracitados, e fatos outros que vieram ao conhecimento desta Interventoria. (...).

Santa Maria, 22 de abril de 1964.

(a) Cel. Dátero De-Lorenzi Maciel – Interventor Federal (Arquivo da COOPFER. Pasta 423, “Portarias 1964-1972”).

Em correspondência datada do dia 28 de abril, e endereçada ao Gal. Mario Poppe de Figueiredo, na ocasião já ocupando o cargo de Comandante do Terceiro Exército sediado em Porto Alegre, o interventor faz uma longa explanação ao longo de oito laudas da situação em que se encontrava a Cooperativa. O núcleo principal está centrado na corrupção e nos desmandos praticados pela administração anterior e que são, ao lado da alta taxa inflacionária, as principais causas da situação difícil pela qual a instituição estaria passando. Após um resumo da constituição da Cooperativa e de como estavam organizados os setores, passa a investir de uma forma mais dura contra os antigos administradores criminalizando-os pela situação encontrada.

(...) Se grande e profunda foi a minha impressão nos primeiros contatos com esta majestosa **[sic]** realização dos ferroviários rio-grandenses, não menos impressionante foi a constatação dos desmandos praticados pela Administração deposta, quer na irregular e até criminoso condução dos negócios sociais, quer pelo livre e ostensivo trabalho subversivo contra a ordem constitucional, através de um agressivo processo de comunicação, inspirado e dirigido pelos próprios administradores.

Praticavam, com despudor, um revoltante sacrilégio às tradições gloriosas desta Cooperativa, que há 50 anos, emergia do idealismo de um pequeno grupo de modestos e honrados ferroviários, para transformar-se nesta esplendente **[sic]** realidade pelo trabalho honesto e perseverante dos seus continuadores.

Aqueles administradores – dentre os quais existiam comunistas confessos, cripto comunistas e inocentes úteis – contavam com o apoio do governo em seu trabalho de transformar, como de fato transformaram esta Instituição em uma das mais poderosas células subversivas, por isso **[sic]** que detinham em suas mãos valioso poder econômico disseminado por todos os ramais ferroviários do Estado, estendendo **[sic]** ainda sua influência, por razões óbvias, em determinada área da indústria e do comércio fornecedor.

(...) O proselitismo era desenvolvido com tanta naturalidade e tanta franquia certamente provida do *Soviet* instalado no Palácio da Alvorada, a ponto de

manter-se um curso intensivo sobre Marxismo, ministrado por um “professor”, com estágio de aperfeiçoamento em Moscou e dava “Aulas de democracia”, fornecendo aos alunos, no final do curso, um artístico diploma confeccionado na Tipografia da Cooperativa.

(...) Já se encontram presos (...) e mais 7 empregados. Outras prisões poderão ainda ser efetuadas, dependendo da marcha dos inquéritos policiais-militar **[sic]** que estão sendo feitos.

(...) Duas comissões de inquérito foram designadas por esta Interventoria para apuração de atividades subversivas nos diversos departamentos da Cooperativa e denúncias sobre malversação de dinheiros sociais e outras irregularidades administrativas. (Arquivo da COOPFER, caixa 115-136, pasta 95. Nomes suprimidos).

A instalação do governo discricionário trouxe como uma de suas consequências principais a ideia de planejamento, que passa a ser vista aqui como prática e discurso de poder, uma técnica neutra como fizeram acreditar os intelectuais orgânicos do regime, como técnica e retórica de governo para o fortalecimento do aparelho estatal. Planejar passou a ser a palavra de ordem que tinha por objetivo buscar a legitimação da Ditadura através de um discurso racional (ou racionalizante), tecnocrático, que, na busca pela extinção do debate político procurava inserir o Brasil em uma nova forma de organização do trabalho.

Esta forma de discurso, racionalizante e tecnocrático, foi instalado de imediato na Cooperativa, mas somente alcançou sua plenitude a partir de 1966. Em janeiro deste ano através da Portaria nº 11, resolve o interventor anular as eleições dos delegados-eleitores da Cooperativa, realizadas em janeiro de 1964. O motivo principal foi a ingerência (segundo a interventoria) de “influências estranhas” ao meio cooperativista, principalmente de caráter “político-partidário”.

PORTARIA Nº 11

TORNA INSUBSISTENTE A ELEIÇÃO DE DELEGADOS-ELEITORES REALIZADAS EM JANEIRO DE 1964.

DÁTERO DE-LORENZI MACIEL, Interventor Federal na Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, Limitada, no uso de atribuições que lhe confere a Portaria nº 206, de 13 de agosto de 1964, baixada pelo Sr. Diretor da Divisão de Cooperativismo e Organização Rural do Ministério da Agricultura e

CONSIDERANDO, que a eleição de Delegados-Eleitores é, sem dúvida, um ato que se reveste de maior importância e significação, por isso **[sic]** que, uma vez reunidos em assembleia geral, esses Delegados passam a constituir o poder mais alto da sociedade, decidindo soberanamente dentro da lei e dos estatutos;

CONSIDERANDO, que, em razão disso e em observância aos princípios básicos do cooperativismo, a gestão dos negócios sociais e, de modo especial, a eleição dos seus órgãos dirigentes, não podem sofrer influências estranhas de qualquer espécie, mormente de caráter político-partidário;

CONSIDERANDO que a classe ferroviária rio-grandense, como é sabido, foi das que sofreram maior influência política nestes últimos tempos, mercê da ação democrática desenvolvida pelo situacionismo eliminado pela Revolução de 31 de março de 1964;

CONSIDERANDO, finalmente, que a última eleição de Delegados-Eleitores desta Cooperativa se processou n'um **[sic]** clima contrário e até mesmo atentatório aos princípios acima mencionados, com prejuízo da livre manifestação da vontade dos associados na escolha de seus legítimos representantes, condição essencial no regime democrático;

RESOLVE:

- a – Tornar insubsistente a eleição de Delegados-Eleitores realizada em janeiro de 1964, cujo período de mandato terminaria em janeiro de 1967;
 - b – convocar os Srs. Associados para nova eleição, que, na forma das instruções em vigor, deverão ter lugar nos núcleos ferroviários, sedes de armazéns da Cooperativa, com início no dia [espaço em branco] de fevereiro próximo vindouro;
 - c – os Srs. Delegados que tiverem seu mandato prejudicado pelo presente ato, poderão ser candidatos ou candidatar-se às próximas eleições;
 - d – a Interventoria se reserva ao direito de impugnar candidatura ou eleição de associados que estiverem comprometidos com os interesses sociais, quer por sua conduta ou transações com a sociedade, que[r] por sua atuação nas assembleias realizadas nos últimos tempos;
 - e – o mandato outorgado por essas eleições terá a duração de três (3) anos, a terminar em janeiro de 1969;
 - f – a presente Portaria será complementada por instruções especiais, que serão baixadas, oportunamente, pela Interventoria.
- Santa Maria, [espaço em branco] de janeiro de 1966. (Arquivo da COOPFER, Pasta 423, "Portarias, 1964-1972").

A partir de maio de 1966, uma entidade denominada "Assessoria Técnica de Cooperativismo e Planejamento (ATECOOP)", enviou à Interventoria um relatório técnico intitulado "Implantação de Normas e Diretrizes à Racionalização dos Serviços da Cooperativa de Consumo dos E.V.F.R.G.S. Ltda". Neste relatório composto de doze laudas ficavam explícitos os rumos que a Cooperativa tinha de seguir a partir de então. Na ótica exposta por Roberto Campos e outros tecnocratas do regime, era preciso "racionalizar" a forma de gerenciamento para que os resultados fossem favoráveis à execução consistente dos objetivos propostos. Planejamento, para a assessoria técnica que elaborou o relatório era "(...) a distribuição mais racional, no tempo e no espaço, dos elementos necessários para consubstanciar o propósito último", conceito este que se coaduna perfeitamente com o exposto por Roberto Campos e Mario Henrique Simonsen quando afirmam que:

Num sentido geral, o planejamento é, em si mesmo, politicamente neutro. Pode abrir as portas à socialização se fomentar controle e orientação governamentais excessivos sobre a atividade econômica. Pode também ser usado para fortalecer a iniciativa privada se substituir intervenções perturbadoras e desordenadas do governo por políticas bem definidas, se

clarificar a divisão de tarefas entre a iniciativa privada e o governo, e se indicar metas gerais de crescimento com o estabelecimento de incentivos à ação empresarial. (CAMPOS; SIMONSEN, 1975, p. 50).

Isso significa que tudo aquilo que não gere produtividade está propenso a ser extinto, eliminado ou, na melhor das hipóteses, repassado para a guarda do Estado. Foi o que aconteceu com o ensino técnico-industrial que era subsidiado pela Cooperativa e sobre o qual o referido relatório sugeria um acordo com os governos federal e estadual para que pudesse se livrar de tal ônus. Esta ideia já havia sido recomendada pela assessoria em um ofício datado de primeiro de outubro de 1965, onde ratificava a necessidade de extinção de alguns segmentos escolares taxados de improdutivos, como no caso do Internato e do Ensino Técnico⁶². Segundo Maria de Lourdes Covre,

Dentro da própria lógica dos intelectuais do bloco ideológico tecnocrático, se a produtividade é a essência mesma do desenvolvimento econômico, em que, portanto, o aumento da produtividade é essencial na seleção dos objetos prioritários, é óbvio que investimentos que são indiretamente produtivos, ou ainda produtivos a longo prazo (a educação, saúde, etc.), e que realmente dizem respeito a aumento de bem-estar da população, ao aspecto distributivista do Estado, são sobrepostos por investimentos diretamente produtivos e que promovam mais rapidamente a produtividade. (COVRE, 1983, p. 93).

Como já afirmamos, a ideia de planejamento enquanto discurso de dominação não pode estar dissociado da criminalização e da militarização da sociedade. Para que haja planejamento e aplicação racional dos recursos em setores que possam vir a dar um retorno de produtividade quase que imediato, é preciso que as instituições e sindicatos estejam livres ou “limpos” – conforme expressão própria – de elementos que possam estabelecer entraves a este objetivo. Daí a necessidade de perseguir e tirar da cena política todo aquele que fosse contrário às novas orientações.

⁶² “Esta Direção abordou já diversos Setores de Ensino, como sugestão para que a Cooperativa possa livrar-se dos pesados ônus – que lhe acarretam trazendo uma série de dificuldades financeiras, que vem travando o seu progresso a ponto mesmo de fazer com que ela retroceda e perdendo centenas ou mesmo milhares de associados, que se retiram por não mais apresentar vantagens em seus balcões. (...). Como é do conhecimento de V. Sa. já fizemos diversas propostas, quais sejam: extinção do Internato; extinção do Ensino Técnico; cobrança de matrícula e anuidade dos matriculados na Escola Hugo Taylor”. (Arquivo da COOPFER, Ofício S-40-4132 de 01/10/1965; pasta 146, “Diretoria Ensino Industrial”).

A implicação deste planejamento para o movimento sindical foi o de estabelecer que este devesse retornar ao modelo anterior a 1964, isto é, anterior ao governo Goulart e seus desmandos, e cumprir com sua função que havia sido determinada pela legislação varguista, qual seja, a de estabelecer a paz social e a harmonia entre as classes. “Neste sentido, em 1964, restabeleceu-se o sistema sindical antigo com a mesma filosofia de harmonia entre as classes e de paz social que proíbe o sindicato político”. (SOUZA MARTINS, 1989, p. 90).

Nem todas as entidades sindicais sofreram intervenções; algumas foram direcionadas para aquelas agremiações consideradas mais “fortes” e com uma atuação política mais contundente. Entre estas estavam os metalúrgicos, bancários e os trabalhadores do setor de transportes, que incluía tanto os portuários quanto os ferroviários. Daí o objetivo principal da Ditadura em “decapitar” o movimento operário considerado mais “radical”.

Alegando que a subversão causou a instabilidade política antes de 1964, o governo Castelo Branco interveio nos sindicatos mais poderosos e politicamente ativos e expurgou seus líderes. (...). Organizações sindicais de bancários e trabalhadores em transportes figuraram de modo proeminente nas greves políticas, entre 1960 e 1964, e foram atingidas com maior intensidade, proporcionalmente, que os outros setores. E significativamente, os grandes sindicatos sofreram mais que os pequenos: o Ministério [do Trabalho] interveio em 70% dos sindicatos com mais de 5.000 membros; em 38% dos com 1.000 a 5.000 membros; e em apenas 19% daqueles com menos de 1.000 membros. O governo militar simplesmente *decapitou* o movimento trabalhista radical. (ERICKSON, 1979, p. 209) **[Grifo meu]**.

As perseguições comandadas pelos interventores eram efetuadas através da abertura de inquéritos e sindicâncias internas, com posterior encaminhamento aos Inquéritos Policiais Militares (IPM). Tais processos não passavam muitas vezes de meras farsas montadas pelas instituições com o intuito de dar legitimidade a atos muitas vezes desprovidos de tal, o que levou a uma onda de delação entre próprios companheiros de trabalho. Este fato tinha por objetivo não apenas livrar o delator de uma possível condenação, mas também, e principalmente, alijar dos postos de comando a diretoria empossada de forma legítima e legal, ou, ainda, pleitear a assunção por parte do delator aos postos hierárquicos ocupados por aqueles que sofriam o processo de delação. Segundo Ramalho (2001, p. 111), a análise desses processos nos mostra alguns fatos interessantes, como

(...) a revelação das disputas políticas internas do movimento sindical (...) e das disputas pessoais encobertas pela disputa política; o uso do inquérito por parte de alguns para recuperar espaço político, se livrar de acusações (...) e afastar adversários.

Disputas pessoais muitas vezes eram a tônica dos depoimentos que terminavam por se constituir em acusações incriminatórias, principalmente direcionadas àquelas pessoas que possuíam posição de mando, seja no movimento sindical, seja na própria COOPFER, considerando-se o caso específico em análise. Muitas vezes agia-se desta forma por temor de enquadramento e acusação por aqueles mesmos delitos, já que o processo de criminalização e o terrorismo de Estado atingiam a todos, sem exceção. No entanto, no caso do Termo de Inquirição datado de 17 de setembro de 1964, incriminando o ex-presidente da COOPFER e algumas pessoas ligadas ao PCB, não nos parece enquadrar-se neste perfil, já que se atribui mais a questões de vingança pessoal contra os mesmos.

Apesar de os interventores e membros das comissões de sindicância fazerem o possível para transparecer idoneidade e imparcialidade, o que o documento demonstra é outro fato onde os questionamentos já estão direcionados para que a testemunha – muitas vezes sob pressão – responda exatamente aquilo que a comissão quer ouvir, até porque o ex-presidente estava sob investigação, encontrando-se inclusive naquele período preso. Assim, quando questionado

como era a Administração do Sr. (...), principalmente com reflexos no Armazém Central, Escritório de Contas, (...), respondeu que, para o depoente, foi uma Administração de protecionismo **[sic]**, de favores a alguns de seus colegas e que sempre o combateu [era, portanto, seu adversário político, AADB] por achar que sua Administração era falha e viciada, a benefícios pessoais e mesmo benefícios a si próprio; QUE, o depoente informa, em primeiro lugar à sua aprovação da ida como Encarregado do Subarmazém do Km 2 do Sr. (...), sabendo o depoente esta nomeação não foi nada mais nem nada menos do que uma facção política, visto ser o Sr. (...) naquela época, um comuno-petebo **[sic]** e que, seria interessante ao Sr. (...), para futuros dias, [ter] este senhor naquele armazém; (...). (Arquivo da COOPFER, caixa 115-136, pasta 128A. Em caixa-alta no original. Os nomes foram suprimidos).

Acusa também o depoente de ter o ex-presidente se apoderado de certa quantia em dinheiro não especificada, que havia conseguido através de doações dos cooperativistas para financiar sua campanha política, inclusive desviando

funcionários de suas atividades “(...) para fazer o serviço de pichamento de ruas, cartazes, faixas, etc., para a Campanha eleitoral do mesmo” (Ibid.). No final do depoimento que se estende ao longo de sete folhas, a sentença é praticamente manifestada:

(...) peço que a Comissão de Sindicância faça Justiça, uma Justiça alicerçada na verdade, dentro de nosso Regimento Interno, dentro de nossos Estatutos, porque entende o depoente que já é tempo de afastar estes “joios” deste “trigo” que ainda resta nesta casa. (...). Sujeitou-se o depoente a afrontas, a despesas, para que chegasse esse momento e dissesse de viva voz que a política desses malfadados comunistas ainda ferem-me (...). (...) peço que analisem bem essas minhas palavras, não pedindo retorno Km 2, como *mereço*, (...) nada peço a não ser uma coisa, que não custa a nossa Cooperativa em fazer: JUSTIÇA. (Ibid.) **[Grifo meu]**.

Nota-se que o motivo principal da acusação não é tanto o fato de estar havendo uma *comunização* da instituição, mas sim o de o depoente ter sido preterido a um cargo de chefia por outro colega da confiança do presidente e seu correligionário político. A expressão final, JUSTIÇA, bem poderia ser substituída por VINGANÇA. Na realidade, nem mesmo os delatores estavam a salvo de serem eles também perseguidos futuramente pelo sistema. Segundo Ramalho (2001, p. 108), apesar de, em um primeiro momento, a repressão atingir apenas os sindicalistas mais atuantes, rapidamente se espalhou por todo o conjunto de trabalhadores. Nas palavras do autor: “Na verdade, a repressão militar correspondia à paranoia característica dos golpistas, e na fábrica colocou sob suspeição todos os operários”.

Um caso típico de como funcionava a ideia de que todos estavam sob suspeição e da paranoia anticomunista que tomava conta da sociedade, foi o ocorrido com um funcionário da COOPFER, que por sua amizade e vínculo profissional próximo a um ex-líder sindical, que se encontrava preso na ocasião, teve de prestar depoimentos. Por conta dessa relação próxima, sua sentença condenatória foi definida a partir de um bilhete sem data ou assinatura, endereçado possivelmente por algum membro da comissão de sindicância a seus superiores que, pelo teor, procurava através da ligação estreita com o líder preso, também condená-lo.

(...) Pelo seu depoimento verifica-se ser também um colaborador dos comunistas e interessados na subversão da ordem. Deseja apresentar inocência, alegando suas crenças religiosas, entretanto prestou sua

colaboração aos “vermelhos” subscrevendo a petição para a legalização do Partido Comunista, assim como, lia e difundia as publicações comunistas, como o jornal Novos Rumos. Disse ignorar o que seriam “Grupos de Onze”, o que não é de se acreditar, pois militando juntamente com (...), do qual obteve um cargo de (...), sua afirmativa não poderá ser verdadeira. Colaborou ... não restam dúvidas, agora, procura inocentar-se, alegando convicções religiosas. (Arquivo da COOPFER, caixa 91-114, pasta 160). Os nomes foram suprimidos.

Em princípio, a descoberta de tal documento nos possibilitou acreditar que se trataria de outra liderança do movimento sindical, mas pesquisando posteriormente sua ficha funcional constatamos que, ao se aposentar, em dezembro de 1969, recebeu da direção da Casa uma carta parabenizando-o pelos ilustres serviços prestados à família ferroviária ao longo de seu tempo de serviço.

Servimo-nos da presente para comunicar-lhe que o Conselho de Administração, atendendo ao seu pedido, resolveu fazer o seu desligamento do nosso Quadro de Empregados, por motivo de aposentadoria, em data de 31 do fluente, a fim de que passe a perceber os proventos de aposentado, (...). Colhendo a oportunidade desta comunicação, queremos em nome da Administração desta Cooperativa, apresentar-lhe, aqui, os nossos melhores e mais cordiais agradecimentos pela colaboração eficiente e dedicada emprestada a esta Instituição no decurso de tantos anos de trabalho (...). (Arquivo da COOPFER, ficha funcional. Nome suprimido).

Selecionamos esse caso específico para demonstrar como funcionava a lógica da criminalização social, onde uma simples amizade ou relacionamento profissional próximo era tomado como motivo para ilações e pré-condenações. Baseando-nos nas análises de Guinzburg (1989), considerando-se suas pesquisas e constatações em documentos processuais da Inquisição, onde se salienta o desequilíbrio total entre as partes envolvidas, podemos afirmar que os ritos processuais da Ditadura possuem certa similaridade, pois, da mesma forma que aqueles, estes também são calcados em desequilíbrios, ameaças, medos e certezas de punição.

As tarefas e meios de ação dos interventores eram basicamente de duas formas: localizar os “agentes da subversão” materializados em ex-dirigentes, militantes, membros de comissões, funcionários, e reunir provas substanciais para posterior processo que se expressavam basicamente em panfletos, telegramas, livros, etc. Em se tratando da COOPFER, a Seção de Tipografia da entidade foi motivo de sindicância, sendo que estas provas foram colhidas mediante

depoimentos de funcionários que incriminavam os principais diretores e líderes sindicais ligados à instituição. As acusações eram feitas a partir da produção de panfletos considerados subversivos, nos quais se destacavam o “Manifesto pró-Cuba” e a impressão de livretos sobre a formação e organização dos “Grupos de Onze”, além de vários exemplares de um manifesto contra a forma como a 3ª DI estava tratando os ferroviários no momento imediatamente posterior ao Golpe. Todas as acusações eram dirigidas aos principais líderes da categoria, o que praticamente determinava sua condenação. No estrato que segue, temos um exemplo do que foi afirmado.

(...) que declarou o seguinte: (...), QUE, segundo informações prestadas pelo Sr. (...), que substituiu o depoente durante as suas férias, os livretos dos “grupos de onze” foram encomendados pelo Sr. (...); QUE, mais tarde, esses livretos foram procurados pelos Srs. (...), (...) e (...), levaram, digo, a quem foi entregue mais ou menos cem exemplares da primeira vez; QUE, em outra oportunidade levaram mais alguns exemplares; QUE, após concluído o pedido, foram os restantes entregues ao Escritório, para débito e entrega, segundo informações, ao Sr. (...); QUE, essa informação partiu do Sr. (...); QUE, por ocasião da feitura dos boletins-convites para o Ato Público comemorativo ao 10º aniversário da Petrobras, (...), o depoente (...) foi chamado ao gabinete do Sr. (...) para tratarem da confecção dos referidos boletins em caráter de urgência; QUE, estavam presentes, na oportunidade, os Drs. (...), ; QUE, em face da urgência, embora o pessoal da Tipografia estivessem cansados por motivo de horas-extras, a serviço do Cinqüentenário da Coopfer, o depoente foi solicitado a mandar confeccionar cinco mil boletins-convites para aquele dia; (...) QUE, no dia dois de abril do corrente ano, o depoente recebeu ordem telefônica do Sr. (...) para deixar uma turma à disposição da Chefia, durante o período reservado para o almoço, período compreendido entre as 11,30 e 13,00 horas, com a finalidade de trabalhar na confecção de boletins-manifesto do Conselho Representativo das entidades ferroviárias, aos ferroviários, protestando contra a atitude do Comando da 3ª D.I., alegando maus tratos por parte do Exército, aos ferroviários; QUE, após impressos uns quatrocentos boletins, foram recolhidos por um funcionário do Escritório, inclusive o original, de ordem do Sr. (...); QUE, segundo consta, referidos boletins foram queimados; QUE, pouco depois, recebeu ordem imprimir novo boletim com outro texto, também dirigidos aos ferroviários e assinados pelas mesmas pessoas do anterior, cujo original junta ao presente depoimento [NOTA: infelizmente este boletim não se encontrava anexado ao Termo de Inquirição] (...). (Arquivo da COOPFER, caixa 115-136, pasta 128-A. Em caixa-alta no original. Os nomes foram suprimidos).

As acusações eram principalmente de subversão da ordem, que consistia basicamente no apoio explícito à instituição de um regime jurídico-político contrário à índole do povo brasileiro, submissão do CGT a interesses do movimento comunista internacional, etc. Quando não se conseguia provar o envolvimento de sindicalistas

com a subversão, mudavam-se as acusações para improbidade administrativa, corrupção, desvios de dinheiro, etc.

Como os processos formados e as revistas efetuadas nos sindicatos não comprovavam a existência de ‘arsenais bélicos’ ou de qualquer armamento, mudou-se a tônica das acusações para a existência de ‘desenfreada imoralidade administrativa’, com o desvio de dinheiros públicos e fundos sindicais. (SOUZA MARTINS, 1989, p. 103).

A consequência direta da ação repressora e inquisidora do Estado foi o esvaziamento dos sindicatos. Motivados pela “limpeza” ocorrida nas entidades e por serem os interventores em sua maioria militares ou, na melhor das hipóteses, funcionários do Ministério do Trabalho que possuíam em comum a distância em relação aos anseios verdadeiros da classe, os trabalhadores preferiram ausentar-se de suas entidades. Aos interventores isto pouco interessava, já que o objetivo principal era livrar os sindicatos e associações da subversão e corrupção, conforme suas concepções e compreensões sobre a realidade política nacional, sendo que ainda possuíam a prerrogativa de fechar a associação caso isso fosse necessário⁶³.

3.3 “Torturas e torturados”: depoimentos

Diferentemente do que se costuma afirmar, a tortura foi prática recorrente do Estado brasileiro desde os primeiros momentos da instalação da Ditadura Civil-Militar em 1964⁶⁴. A deflagração da “Operação Limpeza” e a suspensão de algumas garantias constitucionais pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1) possibilitaram que as forças repressivas comandassem uma verdadeira operação de guerra, tanto na prisão de opositores declarados do novo regime quanto de todo aquele que se enquadrasse na condição de “suspeito”. Segundo Maria Helena Moreira Alves

⁶³ No Diário Oficial da União (DOU) do dia 3 de setembro de 1964 que regulamentou a intervenção na COOPFER, em seu Art. 4º, inciso *b*, aponta: “Art. 4º Concluída a sua missão, o Interventor convocará a Assembleia Geral da Cooperativa, para apreciar o seu relatório, no qual lhe dará conta de todos os atos que praticou no desempenho de seu mandato, e proporá as medidas que julgar mais acertadas e que visar: *a*) o prosseguimento das atividades normais da cooperativa, com os ajustes considerados necessários; *b*) a dissolução social e sua liquidação; (...)”. (DOU, 3 de setembro de 1964, p. 7899).

⁶⁴ Fato também corriqueiro em versões anteriores de regimes de exceção, mas especialmente ao longo do Estado Novo.

(1984, p. 59), “cerca de 50.000 pessoas terão sido presas em todo o país nos primeiros meses após a tomada do poder”. Locais de detenção foram improvisados em estádios de futebol, enquanto embarcações da Marinha de Guerra⁶⁵ e quartéis foram utilizados como “gigantescas prisões”.

À arbitrariedade das prisões seguiram-se as denúncias da prática de torturas e maus-tratos, sempre negada pelo governo. A publicação de uma série de reportagens do jornalista Marcio Moreira Alves⁶⁶, sobre a prática de tortura em um presídio do Recife, forçou o governo do Mal. Castelo Branco a abrir investigações sob o comando do Gal. Ernesto Geisel, as quais terminaram por serem arquivadas por falta de provas. Este, como prêmio militar, um dia, foi injetado na presidência do Brasil.

Historicamente, a prática da tortura era vista como uma vingança contra os corpos daqueles que se voltavam contra o poder instituído do Estado personificado na figura do Rei, daí a ideia dos suplícios públicos, de levar o condenado à exposição de seu castigo, que serviria também como exemplo a outras pessoas (COIMBRA, 2001).

Para Verri (1992), o uso sistemático da tortura tomou forma a partir do século XI e disseminou-se entre os séculos XIII e XVII durante o apogeu da Inquisição. O princípio básico da tortura é estabelecer o domínio sobre o outro, reduzi-lo à noção de objeto, estabelecer uma relação tal de dominação que o poder de vida e morte do

⁶⁵ “REQUISITADO NAVIOS – RIO, 6 (Meridional) – O Ministro da Marinha requisitou o navio do Loide Brasileiro, Raul Soares, para servir de prisão flutuante aos militares já detidos e para os que ainda estão sendo procurados”. (Jornal *A Razão*, 07/04/1964). Na edição do dia 10, o jornal trazia outra reportagem, esta mais extensa, que confirma a utilização por parte da ditadura brasileira desta forma de detenção:

“REQUISITADO O ‘PRINCESA LEOPOLDINA’ QUE SERÁ O TERCEIRO NAVIO PRESÍDIO – RIO, 9 (Meridional) – O chefe do Estado Maior da Esquadra, capitão de mar e guerra Francisconi Serrae, enviou ontem aos comodore e presidentes dos Iates Clubes e Clubes de Regatas da Baía de Guanabara, advertindo-os de que qualquer embarcação que tente se aproximar numa área de 500 metros do transatlântico ‘Princesa Leopoldina’, fundeado nas proximidades da Escola Naval, está sujeita a ser hostilizada a tiros.

O ‘Princesa Leopoldina’, luxuoso navio de passageiros da Costeira, foi requisitado àquela empresa e transformado no 3º navio-presídio colocado em operação na GB para alocar os civis e militares envolvidos em atos de subversão do governo deposto presos no Rio e no Estado do Rio. Conforme noticiamos, o navio-transporte ‘Ary Parreiras’, foi o primeiro a ser transformado em presídio flutuante. Tendo, porém, a sua capacidade, de mil prisioneiros, se esgotado, foi requisitado o navio de passageiros ‘Raul Soares’, do Loide e, agora, o ‘Princesa Leopoldina’, da Costeira”. (Jornal *A Razão*, 10/04/1964).

⁶⁶ Posteriormente lançado em livro sob o título **Torturas e torturados**. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966. Convém lembrar que Marcio Moreira Alves foi autor em 1968, quando deputado federal, do célebre discurso contra as Forças Armadas onde exortava às moças a não dançarem com os cadetes do Exército na festa de formatura destes. Segundo consta, seu discurso inflamado foi um dos inúmeros motivos para a decretação do AI-5 em 13 de dezembro daquele ano.

torturador sobre a vítima passe a ser vista como natural. Apesar disso, não é objetivo da tortura a eliminação física do supliciado, mas a imposição a este do terror de sua não-humanidade.

Hélio Pellegrino em artigo publicado em 1982⁶⁷ esclarece como se dá esta apropriação pelo Outro do corpo do torturado e sua transformação em objeto:

A tortura destrói a totalidade constituída por corpo e mente, ao mesmo tempo que joga o corpo contra nós, sob forma de um adversário do qual não podemos fugir, a não ser pela morte. A tortura transforma nosso corpo – aquilo que temos de mais íntimo – em nosso torturador, aliado aos miseráveis que nos torturam. Esta é a monstruosa subversão pretendida pela tortura. Ela nos racha ao meio e, no centro desta esquizofrenia, produzida em dor e sangue, crava a sua bandeira de desintegração, terror e discórdia. O corpo, na tortura, nos acua, para que nos neguemos enquanto sujeitos humanos, fiéis aos valores que compõem nosso sistema de crenças. Ele se volta contra nós, na medida em que exige de nós uma capitulação que, uma vez consumada, nos degradaria. É esta, não obstante, a primitiva, a destrutiva e desesperada demanda que o corpo nos faz. O corpo, sob tortura, nos tortura, exigindo de nós que o libertemos da tortura, seja a que preço for. Ele se torna, portanto, aquém de quaisquer valores, numa faixa de realidade psíquica anterior às mínimas exigências da ética e da honra, o porta-voz dos torturadores, aliado destes na sinistra empreitada que nos quer anular enquanto dação e da violência, é a palavra aviltada de um sujeito que, nas mãos do torturador, se transforma em objeto. (PELLEGRINO, 1982).

Em Santa Maria, o longo braço da Ditadura se fez sentir logo nos primeiros dias e atingiu os principais líderes ferroviários, entre eles Balthazar Mello, pessoa assumida no meio operário como comunista. Preso no dia 5 de abril de 1964, era tomado como o inimigo número um dos setores conservadores da cidade. Na época, foi considerado o principal líder operário no meio ferroviário do Rio Grande do Sul, sendo respeitado pelos adversários que tinham reconhecimento não apenas por sua figura pessoal, mas também pela sua inserção pró-ativa na entidade maior da categoria, a União dos Ferroviários Gaúchos (UFG), esta tratada pejorativamente de “Soviete”. Tanto o respeitavam (ou o temiam) que foi um dos primeiros a ser feito prisioneiro em Santa Maria. A ideia que o Gal. Mario Poppe de Figueiredo fazia do líder sindical era de um subversivo contumaz, uma pessoa que, segundo a sua visão, estaria a serviço do comunismo internacional até pelo seu histórico, pois havia feito inclusive cursos de atualização política e sindical na União Soviética.

⁶⁷ Helio Pellegrino, “A tortura política” (1982). Disponível na internet: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/medalhaDetalhe.asp?CodMedalha=125> . Acesso em: 04/02/2012.

Existia na Viação Férrea, sem exagero de expressão, um soviete chefiado pelo ferroviário Baltazar de Mello, do qual se dizia ter feito curso especializado de guerra revolucionária na URSS. Este soviete exercia poder discricionário, sem contestação, sobre os ferroviários. Toda a cidade temia a atuação desses elementos subversivos nos momentos de crise, acostumados que estavam aos “quebra-quebra”, “fecha-fecha” e correrias por eles provocadas. (FIGUEIREDO, 1970, p. 31).

Conforme já comentamos, após a visita ao Comandante da 3ª DI, no início do mês de abril de 1964, foi expedida ordem para que as principais lideranças fossem presas, entre elas, obviamente, Balthazar Mello. Graças aos depoimentos de seus familiares⁶⁸, podemos reconstruir os momentos dramáticos vividos não apenas pela família, mas por toda a população. Balthazar Mello foi preso no dia 5 de abril de 1964⁶⁹, às cinco horas da manhã na frente de seus familiares, em sua residência, quando saía para o trabalho.

A. – A casa ficou sitiada, a gente não podia sair para fora. Tinha militares por todos os lados e [também] na frente [da residência] (...). Prenderam ele de madrugada na hora em que estava saindo para o serviço, às cinco horas da manhã. (...). Ele estava saindo de casa, de manhã. (...) É horrível, horrível. É como tu vês nesses filmes de guerra. Eles botaram aquelas metralhadoras...

Entrevistador: De tripé...

A. – De tripé, exatamente. Botaram na frente do nosso portão ali. (...).

A. – Foi uma coisa bem marcante. A gente ficava dentro de casa e eles não deixavam nem pegar, por que naquela época a gente tinha leiteiro que trazia leite em casa (...) os militares que pegavam o leite para nós. (...).

A. – A rua eles trancaram. Era quantidade de militar, eram caminhões militares, fora os jipes.

G. – Parecia aquela entrada da favela do Alemão [no Rio de Janeiro]. Era mais ou menos isso.

A. – Fora os que estavam dentro do nosso pátio que passavam a noite inteira caminhando.

Podemos notar, por este depoimento inicial, alguns fatores que comprovam a forma como os militares agiam, seu *modus operandi*, que incluía a prisão arbitrária através de operações que tinham por objetivo exatamente aterrorizar os familiares e também seus vizinhos e conhecidos, pois as ruas e acessos principais à residência eram fechados e tomados literalmente de assalto pelas tropas. Numa clara violação

⁶⁸ Duas filhas, cujos nomes preferimos preservar no anonimato.

⁶⁹ Portanto, antes da promulgação do Ato Institucional nº 1 que estabeleceu e legitimou de direito a Ditadura no Brasil.

do direito básico do cidadão de ir e vir, também era comum a figura da “prisão domiciliar” que se impunha à família.

Logo após o golpe militar, uma vasta campanha de busca e detenção foi desencadeada em todo o país. O Exército, a Marinha e a Aeronáutica foram mobilizados, segundo técnicas predeterminadas de contra-ofensiva, para levar a efeito operações em larga escala de “varredura com pente-fino”. Ruas inteiras eram bloqueadas e cada casa era submetida à busca para detenção de pessoas cujos nomes constavam de listas previamente preparadas. O objetivo era “varrer” todos os que estiveram ligados ao governo anterior, a partidos políticos considerados comunistas ou altamente infiltrados por comunistas e a movimentos sociais do período anterior a 1964. (MOREIRA ALVES, 1984, p. 59).

As residências eram violadas em busca principalmente de armamentos bélicos provenientes, naturalmente, dos países comunistas, e a vizinhança sofria junto, pois dada a criminalização já em andamento, todos que compartilhavam do círculo mais próximo do acusado eram também criminosos e subversivos em potencial, mesmo que a maioria fosse totalmente alheia às questões políticas; mas bastava ser vizinho, ser amigo, ser solidário...

A. – Depois disso eles entraram dentro de casa, entraram e reviraram toda a casa. O pai tinha um armário grande assim. (...). O pai sempre caçou perdiz desde guri e naquela época o pai...

Entrevistador. – Tinha arma em casa...

A. – O pai tinha arma em casa (...). Eles tiraram, um sargento tirou o casaco, botou no chão, botou as armas todas assim no chão e encheram de cartucho que o pai carregava nas caixinhas, tinha todas as caixinhas organizadas e eles tiraram fotografias e botaram no jornal: ‘Um forte armamento russo preso dentro da casa do Balthazar Mello’. Depois o pai viu, pois a gente levou lá na prisão pro pai e o pai disse assim: ‘Mas se eu tivesse armamento russo, vocês [os militares] não entravam na minha casa!’⁷⁰.

Balthazar Mello ingressou na Viação Férrea do Rio Grande do Sul no ano de 1941. Em 1946 foi promovido à conferente e eleito secretário do Movimento Unificador dos Ferroviários (MUF), entidade classista que antecedeu a UFG. Foi demitido em 1947 após participar e liderar uma greve e ficou sete meses afastado

⁷⁰ Na verdade, era comum entre os trabalhadores ferroviários, entre outras, atividades de lazer ou como meio de complementar a alimentação da família, a realização de pescarias e caçadas. Nos anos 90, em visita realizada na residência de Balthazar Mello, na cidade de Cacequi/RS (antigo núcleo ferroviário, aonde chegou a ser eleito vereador pelo PMDB na década de 80 do século passado) por integrantes do “Projeto Memória e Poder” da UFSM, foram vistas inúmeras fotos e armamentos que comprovaram seu gosto pela caça.

da empresa, retornando posteriormente amparado por uma lei de anistia. Após sua volta, permaneceu até 1964 na então RFFSA, quando foi preso pela Ditadura que se iniciava, e novamente excluído dos quadros da Rede. Em 1979, com a Lei da Anistia, conseguiu ser aposentado. Ideologicamente, foi definido pelos familiares como comunista convicto, mas enquanto membro de uma coletividade e representante dos interesses desta, lutava pela categoria, o que era a característica principal do movimento ferroviário brasileiro no século passado.

As prisões se sucederam num período de três anos, entre 1964 e 1967. Uma das características básicas dos regimes ditatoriais em geral e dos métodos de tortura em especial é que esta prática não se refere apenas à tortura física e de forma particular àquele indivíduo que está sendo perseguido, mas atinge também o caráter psicológico e envolve toda a família e amigos próximos. A função é espalhar o terror, demonstrar ao suspeito e às pessoas próximas a ele que o sistema e os órgãos de repressão detêm a *propriedade* sobre seu corpo. Daí a ideia de prender e soltar repetidas vezes durante um determinado espaço de tempo, efetuar prisões “cinematográficas”, de preferência na frente da família em horários específicos como almoço ou jantar, sem falar na tortura psicológica a que o sujeito era submetido como forma de “quebrar” sua resistência. **[Grifos meu]**

A. – No começo foi horrível, a gente ficou assim [dias] sem saber nada, não podia sair no portão (...). Ele já estava preso. O pai teve preso três anos em 64... foi três anos. Ele ficava preso uns três, dois, três meses e largavam. Daí dava assim (...), a gente tava em casa, assim, ele ficou meio abalado psicologicamente porque ele (...) saiu de lá e olhava assim para as paredes, não conhecia a casa, não conhecia [a gente] (...).

A. – Largavam e mandavam prender de novo. Estava muito bem e quando via chegava, entrava dentro de casa e prendia de novo. (...). Às vezes a gente tava almoçando, sentada na mesa, eles batiam na porta, a gente abria a porta, era aquele caminhão enorme; assim e entravam porta adentro assim, e já levavam ele.

As consequências das torturas e da pressão a que o indivíduo era submetido levava, muitas vezes, a tentativas de suicídio, como ocorreu neste caso. As condições subumanas das prisões também eram um fator preponderante na tortura psicológica e física, a qual tanto o preso quanto os familiares eram submetidos.

As tentativas de suicídio são lembradas com forte dose de emoção pelos familiares, pois é óbvio que ocorreram devido às sequelas resultantes das torturas e pressões psicológicas cometidas durante o período da prisão. Por melhor que tenha

sido tratado, o fato de ter sido retirado do convívio dos seus de forma ilegal e ultrajante, já é o suficiente para exercer sobre o indivíduo uma pressão considerável.

G. – Não me lembro se quando o “vô” [Baltazar Mello] tentou se matar a segunda vez ele já tava livre, quando ele tomou veneno.

A. – Tava, mas foi a primeira vez.

G. – Não, a primeira vez ele se degolou, a primeira vez, com a navalha do barbeiro [na prisão], isto no quartel.

Entrevistador. – A outra vez, veneno, também no quartel?

G. – Não, foi na Rede, tomou veneno e se atirou na frente do trem. E aí um compadre dele bem fraquinho, não sei como é que ele conseguiu tirar... .

A primeira tentativa de suicídio⁷¹ aconteceu no dia 29 de dezembro de 1964, e foi assim noticiada pelo jornal local *A Razão*:

BALTAZAR ESTÁ FORA DE PERIGO

Ontem às 13 horas, foi distribuída uma nota oficial firmada pelo major Médico Dr. Rafael Teodorico da Silva, Chefe do Serviço de Saúde do Exército, nesta cidade, dando conta de que o preso político Sr. Baltazar Melo, havia tentado suicidar-se. Aduzia a nota que o preso havia sido atendido convenientemente, de imediato, e que apresentava melhoras, tendo sido operado.

A nota inicial limitou-se a estes informes.

À tardinha, a redação do jornal comunicou-se com o Hospital Militar da Guarnição e obteve a informação de que o Sr. Baltazar Melo continuava apresentando melhoras e que estava fora de perigo. (Jornal *A Razão*, 30/12/1964).

A informação de que não houve maus-tratos neste período em que esteve preso em Santa Maria foi dada pelo próprio Balthazar. No entanto, são muitos os fatores que se somam à pressão psicológica exercida sobre o sujeito. Ainda que Balthazar negue qualquer relação com sua tentativa de suicídio, um exemplo desses fatores é a morte, por maus-tratos e tortura, de um de seus colegas de Rede, o também líder sindical, Onofre Ilha Dorneles, que havia sido denunciada inclusive na imprensa do centro do país⁷².

⁷¹ A notícia da segunda tentativa não foi localizada devido ao fato de os familiares não se recordarem corretamente da data em que ocorreu.

⁷² Onofre Ilha Dorneles faleceu em 28 de dezembro de 1964, logo após ter sido colocado em liberdade devido a complicações no seu estado de saúde. Até pouco tempo não havia certeza para a causa de sua morte, mas a inclusão do seu nome no livro da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (BRASIL, 2007, p. 461) esclarece os reais motivos do seu falecimento. “De abril a outubro de 1964 esteve preso em vários quartéis de Santa Maria (RS), dentre os quais o 7º Regimento de Infantaria e Batalhão de Carros de Combate Leves. Como decorrência das torturas e

BALTAZAR MELLO FAZ PRONUNCIAMENTO SOBRE SUA PRISÃO MILITAR: NOTA

O Comando da 3ª DI e Guarnição de Santa Maria, através de seu serviço de Relações Públicas divulga para conhecimento da população santamariense [sic], a íntegra da entrevista concedida pelo Sr. Baltazar Mello à Rádio Santamariense.

É preciso esclarecer que tal entrevista foi motivada em consequência das notícias transmitidas, como é do conhecimento público nas emissoras de São Paulo – Rio de Janeiro e alguns jornais daquelas mesmas cidades dando ciência de que os presos políticos de Santa Maria estariam sofrendo espancamentos e coações por parte das autoridades militares, em consequência das quais teria falecido o Sr. Onofre Ilha Dorneles e tentado o suicídio, o Sr. Baltazar Mello. (...).

Eis as suas palavras, pronunciadas ao repórter da Rádio Santamariense: Eu posso informar aos ouvintes desta Rádio que quanto às notícias referentes a espancamentos, posso afirmar que ONOFRE ILHA DORNELLES não sofreu espancamento; quanto a mim, posso informar que nunca fui maltratado pelo Exército desde o momento de minha prisão que ocorreu em 5 de abril, na minha casa. Posso informar que fui bem tratado pelo Exército até no decorrer do interrogatório; no decorrer do tempo que estive preso posso informar que muita coisa aprendi – aprendi muita coisa da vida com os interrogatórios tanto no QG como no Regimento Mallet, com o Sr. Maj. Alexandre e os interrogatórios a que fui submetido foram sempre com dignidade; nunca houve, vamos dizer assim, coação ou espancamento. Posso informar que também estive quatro meses preso, de abril a fins de julho e durante este período estive recolhido ao 3º BCCL; naquela Unidade o Exército sempre me tratou bem, tanto a mim como a minha família. O Sr. Cmt. daquela Unidade, Cel. Ito do Carmo Guimarães foi para mim e demais presos políticos um grande conselheiro e um grande, pode-se dizer até um amigo; e também naquela Unidade conquistamos a admiração; (...). posteriormente, estive um mês e meio em liberdade. Fui preso novamente em 15 de setembro, recolhido à Cia. de Manutenção de Apoio. (...). Devo também acrescentar que depois que fui recolhido àquela Unidade, 3º BCCL, aliás, Cia. de Manutenção e Apoio é que fui acometido de um *esgotamento nervoso* e cheguei ao ponto sem maiores... sem saber o que fazia, tentando o suicídio. E, devo informar que fui muito bem atendido pelo Exército que salvou a minha vida, me levando para o Hospital Militar e onde me foram dispensados, despendidos todos os esforços no sentido de que eu não viesse a falecer; (...)" (Jornal *A Razão*, 31/01/1965, em caixa-alta no original). **[Grifos meus]**.

O depoimento comprova, além do fato de o tratamento dispensado aos presos políticos em Santa Maria diferenciar-se, em tese, do que ocorria em outros lugares, o já exposto pelos familiares de que o tempo de prisão era de alguns meses. Porém, esses meses se intercalavam entre prisão e liberdade, de forma

das condições de prisão, teve sua saúde abalada, sendo libertado em outubro, após pressão dos seus companheiros de prisão, vindo a morrer na Santa Casa da cidade em 28/12/1964". Tentamos vários contatos com os familiares de Onofre que residem atualmente em Porto Alegre no intuito de esclarecer melhor o fato, através das redes sociais e via correio eletrônico, mas não obtivemos retorno dos mesmos.

consecutiva. O último período na prisão, até a data da nota, estendeu-se de setembro até nove de janeiro, quando Baltazar Mello foi posto em liberdade, segundo notícia do jornal *A Razão*, de 12 de janeiro de 1965.

RELAXADA PRISÃO PREVENTIVA DOS PRESOS POLÍTICOS

Encontram-se em liberdade desde sábado último os presos políticos que se encontravam recolhidos à 3ª Cia. de Apoio que são:

Jorge Achutti Mottecy, Baltazar Mello, Arthur Pereira da Silva, Augusto Galmarine Flores, Francisco Paulo dos Santos Lemes, Guilherme Jardim Nunes e Ervandil da Rosa Santos.

A decisão foi tomada na manhã de sábado passado, pelo Conselho Permanente de Justiça, que funcionou sob a presidência do major Danilo do Couto Camino e sob a orientação jurídica do Dr. Sady Fagundes Ramos, auditor-substituto.

No mesmo dia (sábado), foi expedido alvará de soltura, tendo o mesmo sido comunicado ao QG da 3ª D.I., que imediatamente mandou pô-los em liberdade. (*Jornal A Razão*, 12/01/1965).

No entanto, ainda permanecem certas dúvidas, especialmente por ser outra a versão dos seus familiares que apontaram terem existido tortura e pressão psicológica, inclusive como um dos fatores, se não o maior, para a tentativa de suicídio.

G. – Eu acho que [houve] tortura psicológica muito forte... tentou duas vezes o suicídio.

A. – A primeira vez foi na prisão, foi lá no 29 [BIB – Batalhão de Infantaria Blindada]. Era o coronel Ito lá, era bom o coronel Ito, não sei o sobrenome dele. Era uma pessoa muito boa e lá tinha quinze presos juntos⁷³.

Se as relações na prisão de Santa Maria eram provavelmente mais humanizadas, o mesmo não se pode dizer da cidade de Bagé/RS, para onde Baltazar foi transferido posteriormente. As condições subumanas do cárcere e a tortura psicológica e física somente fizeram cumprir com o objetivo já citado de aumentar a dor e o sofrimento, não apenas do recluso, mas também, e principalmente, da família, que, ao envolver-se no clima de terror patrocinado pelo sistema, via-se impotente na tentativa de resolver aquela questão.

⁷³ Aqui a depoente comete um equívoco, já que, segundo as próprias palavras de Baltazar, o fato ocorreu na 3ª Cia. de Manutenção e Apoio.

A. – O pior lugar onde estive preso foi Bagé. Bagé foi o pior lugar, lá ele ficou numa cela, ele ficou com 50 quilos, tu olhava e parecia aqueles da Alemanha, lá do Hitler. Lá ele não foi bem tratado, foi horrível. A gente foi visitá-lo, a gente levou uma sacola (...). Quando a gente entrou no quartel foi revistada, tinha sacola que eles nos tiraram, alimentação eles tiraram (...), eles tiraram tudo. Ele tava numa cela horrível, uma cela assim (...), dormia num colchão no chão. Foi horrível, e a hora que a gente chegou eles abriram pro pai ir no banheiro e o pai tava magro, sujo e eles levaram o pai no banheiro daquele jeito e com o pijama que aparecia só a “ossamenta” **[sic]** dele assim. Olhava assim e aparecia só os ossos. (...). Ele ficou um bom tempo, quando ele foi no banheiro, ele atado e daquele jeito assim, coisa bem de filme, sabe. Só a gente vendo assim. A gente saiu de lá arrasada.

Esse tipo de humilhação retratado no depoimento também era característico e comum nessas situações, pois terminava por fragilizar ainda mais as pessoas envolvidas, como o fato revelado a seguir, que ocorreu quando houve a transferência para Bagé:

A. – E foi quando eles levaram para Bagé, eles levaram de noite, aí fizeram ele descer do carro em que estavam, fizeram ele descer e disseram: “corre!”. Mandavam correr, paravam na faixa e mandavam ele correr (...). Diziam: “corre!, corre!” e apontavam e davam tiro em volta dele, como quem diz: “corre que nós vamos te apagar!”. E de noite, na faixa, na estrada... .

Quando um cidadão perdia seu emprego ou era demitido por envolvimento em atividades ditas subversivas, imediatamente ele era colocado em uma “lista negra” que o impedia de exercer sua profissão, tendo a partir de então, que viver de favor na casa de amigos ou parentes, ou viver de “bico”, trabalhando informalmente muitas vezes em atividades totalmente distintas da qual ele havia se profissionalizado. No caso de Balthazar Mello, após 1967 trabalhou por vários anos com revenda de carros, tendo inclusive aberto uma firma neste ramo de comércio na cidade de Cacequi, para onde havia se transferido após a Anistia.

Foram muitos os operários que tiveram seus direitos políticos cassados, ou que passaram a ter grandes dificuldades para encontrar emprego, devido ao fato de os seus nomes estarem incluídos nas “listas negras” que as empresas passaram a organizar com a colaboração da Polícia. (IANNI, 1981, p. 69).

José Ricardo Ramalho, ao entrevistar operários e militantes políticos daquela época, que trabalhavam na Fábrica Nacional de Motores (FNM), também descreve as situações dramáticas que viveram quando da perda do emprego e, pior, do banimento interno que estas pessoas sofreram com relação principalmente à sua cidadania e dignidade pessoal. Eles passaram a ser estrangeiros dentro do seu próprio país.

Depois de 1964 eu passei aqueles anos todos amargurado, sem ajuda de ninguém. Comi o pão que o diabo amassou. Fui até certo ponto humilhado por alguns companheiros e também ninguém me ajudou nesse período. Essa é que é a verdade. Até 1979. A ajuda que eu tive foi de um padre, que não me conhecia antes. Quando me conheceu eu estava trabalhando escondido. (Depoimento a RAMALHO, 2001, p. 126).

Mais adiante, outro depoente ratifica como se apresentava a situação:

O problema maior era esse. Você não conseguia trabalhar. Não sei se você viu lá na Associação um moreno alto, o Barnabé. Ele tinha sido promovido a torneiro e ele chegou numa firma, pediu emprego e tudo mais, numa retífica de motores. Deram emprego a ele de manhã cedo. Quando foi duas horas da tarde, chegaram dois caras da FNM. Quinze minutos depois, o cara da firma foi lá e disse: - Você me desculpe, mas você não pode trabalhar aqui, porque você é da turma do A.J. da FNM. E mandou o rapaz embora. (Depoimento a RAMALHO, 2001, p. 126).

Quando um militar ou funcionário público era preso, condenado por subversão, ou tinha seus direitos políticos cassados, todas as vantagens adquiridas ao longo da carreira eram suprimidas: pensões, salários, gratificações, auxílios de toda espécie como auxílio-saúde, seguros de vida, etc. e ele era dado oficialmente como “morto”. As “viúvas” passavam então a perceber uma pensão referente àquilo que o “falecido” recebia “em vida”. Esta situação surreal e quase inacreditável é confirmada pelos familiares de Balthazar Mello e por outro ex-ferroviário entrevistado por nós; o percentual é que variava. Segundo as filhas, era um salário mínimo, enquanto que o outro depoente afirmou se tratar entre 40 e 50 por cento do salário real.

G. – Castelo Branco deu a pensão para a vó.... lembra? Tinha aquela pensão pras mulheres, foi a única coisa [boa] que aquele infeliz fez. Antes [da Anistia] ela [a esposa] recebia, eu acho, um salário-mínimo... a única coisa boa que o Castelo Branco fez foi a pensão das “viúvas”... .

Já para o ferroviário aposentado J.C., que conviveu diariamente com Balthazar e outros líderes sindicais, o valor era diferente, mas confirma que era pago às mulheres daqueles que haviam sido expurgados da Rede por motivos políticos.

J. C. – Quando eles retornaram, que eles foram assim, readmitidos, que a maioria deles era funcionário, como te falei, do Estado, então eles retornaram a ser funcionários do Estado, mas como a maioria já tinha tempo de serviço, então ele foi aposentado. Aí ele voltou a perceber o salário dele normal como aposentado, porque enquanto ele tava expurgado quem recebia, eu não recorro lá se era 40 ou 50 por cento do salário dele, era a esposa; ela recebia aquilo como uma pensão.

Maria Helena Moreira Alves refere-se apenas aos militares, mas como já foi apurado, funcionários públicos também eram atingidos pela lei. Era mais um caso de banimento interno, onde a pessoa simplesmente desaparecia oficialmente, o que trazia sérias consequências para a adaptação à nova realidade.

Por força dos Atos Institucionais, o mecanismo de cassação foi utilizado contra oficiais do “público interno” como uma circunstância agravante: ao ser punido por um Ato Institucional ou qualquer de seus respectivos Atos Complementares, um militar era legalmente declarado “morto”. Isto significava que perdia automaticamente todas as vantagens adquiridas ao longo da carreira – pensões, aposentadorias, soldos de promoção, salários de saúde e família, etc. A mulher de um militar “morto” passaria a receber pensão como “viúva”, capacitando-se às vantagens normalmente concedidas a viúvas com filhos. Havia, com isso, considerável perda na renda, pois a pensão de uma viúva é muito menor que o soldo de um oficial de carreira. Além disso, cassado e afastado de suas funções, o militar encontrava muitas dificuldades para obter trabalho como civil. (MOREIRA ALVES, 1984, pp. 65-6).

As consequências de toda esta situação criada a partir do Golpe Civil-Militar foram especialmente dramáticas para toda a sociedade em geral e para os ferroviários em particular. Como vimos ao longo do capítulo, a violência com a qual o regime se voltou contra seus opositores tinha como objetivo expulsar dos sindicatos e do meio operário em geral as principais lideranças, despolitizando as instituições e diminuindo ao máximo qualquer tipo de influência do movimento sindical nos rumos da política nacional.

O pragmatismo e outras formas de pressão política utilizada pelos ferroviários foram extintas de forma abrupta e os trabalhadores, assim como a ferrovia em

especial, entrou em um processo de declínio irreversível. Após a redemocratização do país, ainda se tentou um último alento em reeditar os grandes movimentos do passado com a deflagração da greve de 1987, mas já era tarde. Em 1996, a privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), pelo governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, colocou um ponto final na gloriosa história da ferrovia e nas lutas operárias que movimentaram o Estado durante quase um século.

CONCLUSÃO

Ao concluirmos nossa análise sobre o tema proposto, acreditamos ter contribuído para lançar um novo olhar sobre este período ainda pouco estudado, mesmo em se tratando de uma categoria, ou “classe” como eles mesmos se autodenominam, tão importante como foi a dos ferroviários gaúchos.

Por ser pesquisa na área das ciências sociais, nunca podemos afirmar que um estudo seja definitivo ou que se manifesta como um fim em si mesmo. Ao contrário, manifesta-se enquanto discurso aberto, sujeito sempre a novos olhares e interpretações. Em se tratando disso, acreditamos que contribuímos de alguma forma para novas reflexões sobre o campo de investigação em questão.

Podemos asseverar que nossa hipótese central de trabalho foi confirmada plenamente. O Golpe Civil-Militar de 31 de março de 1964 se mostrou como um divisor claro de dois períodos perfeitamente distintos. Um deles é aquele que se manifestava desde a década de 1940 e que tomou força a partir de meados da década seguinte e que possuía, na relação pragmática entre trabalhadores ferroviários e classe patronal, o seu ponto chave de negociação de vantagens econômicas, sociais e políticas não apenas para si, mas também para outros segmentos de trabalhadores. O outro é aquele que se iniciou imediatamente após a instalação do governo discricionário, caracterizou-se pela ruptura daquele processo e pela certeza de que as conquistas que a classe ferroviária havia adquirido ao longo do período pré-64 não puderam ser mantidas ou alargadas. Isso se deveu à forma extremamente dura pela qual a Ditadura que se instalou no Brasil a partir de 31 de março de 1964 tratou as questões sociais e trabalhistas, cujos reflexos negativos são evidentes contra o movimento sindical e, de modo particular, os ferroviários de Santa Maria.

A comprovação deste fato se deu a partir do levantamento empírico de dados na coleta de depoimentos dos agentes sociais envolvidos no processo político da época. A utilização de pesquisas bibliográficas e de caráter primário também comprovou a despolitização do movimento sindical, em função do afastamento dos principais líderes que foram presos ou expurgados e a consequente perda do vínculo extremamente próximo entre o movimento e a representação política, que também sofreu retaliações. O tipo de atuação conhecido como pragmatismo deixou de existir, pois muitas entidades reivindicatórias, como a UFG, tiveram de fechar as portas por imposição do novo regime e as que sobreviveram, assim como as lideranças, terminaram por se adequar a meras funções burocráticas de recrutamento de mão de obra.

A perspectiva em que se fundava a categoria, tanto de composições internas, em seus diferentes espaços laborais, quanto do âmbito externo, através de vias parlamentares e governamentais, não se sustentou efetivamente após 1964, ao contrário das décadas anteriores.

Quando tratamos sobre as origens do movimento ferroviário em Santa Maria, apontando o desenvolvimento proporcionado pela chegada da ferrovia, que retirou a cidade de um estágio de provincianismo e a colocou no rumo da modernidade, estereotipada na figura do trem, ficou evidente que as primeiras tentativas dos ferroviários em buscar alcançar um maior reconhecimento do seu trabalho, que se mostrava desde o início como diferenciado do restante das outras profissões, foi um diferencial no meio operário sul-rio-grandense. Isso se deveu ao fato de que o labor ferroviário necessitava de outro tipo de trabalhador não mais afeito apenas ao serviço braçal mais duro e repetitivo, mas, principalmente, que procurasse desenvolver a especialização técnica que a nova profissão exigia.

Esta necessidade fez com que os ferroviários formatassem para si “um novo conceito de classe” baseado não apenas no reconhecimento da sua condição econômica, mas ampliada em direção às suas próprias experiências e vivências cotidianas. Amplia-se, com isso, a visão sociológica clássica de classe social, o que nos permitiu compreender de forma mais clara como os ferroviários visualizavam a sua posição na sociedade, e como esta ideia influenciou a sua atividade política, principalmente a partir da década de 1950.

Ao logo do tempo histórico do século passado, desenvolve-se um sentido extremamente próprio de negociação entre os trabalhadores e a classe patronal,

esta representada pelo Estado, do que resultou em pragmatismo profissional e político. Após inúmeras tentativas de criar uma entidade que realmente representasse os interesses da classe, foi apenas com a fundação em 1952 da União dos Ferroviários Gaúchos (UFG) que esta forma de práxis política atingiu seu auge. Neste ponto, a recuperação da fala dos agentes sociais envolvidos foi de suma importância para a compreensão de como se efetuava na prática esta relação. Os discursos desses agentes eram muitas vezes permeados por tensões e violências, outras vezes de percepções harmoniosas das relações, formas bem características de se tratar os movimentos sociais naquele período pelos organismos estatais, sob a ótica de cambiantes paradoxos populistas e ditatoriais.

Quando tratamos das disputas políticas que nortearam o município de Santa Maria entre os anos de 1945 a 1964, foi no intuito de demonstração do equilíbrio de forças que existia na cidade. De um lado, o bloco conservador, formado pelo contingente militar estacionado na cidade e por setores ligados à produção rural e profissionais liberais em geral e, de outro, o bloco progressista que apoiava o governo João Goulart e suas Reformas de Base, que consistia principalmente em trabalhadores urbanos, tendo os ferroviários como principal liderança.

Esse equilíbrio torna-se bastante claro quando analisamos tanto as composições da Câmara de Vereadores que foram, na época, o termômetro político por excelência, quanto como essas forças posicionaram-se a partir do movimento de 31 de março. *À posteriori*, tivemos as cassações, expurgos e perseguições contra as lideranças classistas na cidade, do que resultou em imensa repercussão no parlamento local, onde vereadores de nítida posição progressista também sofreram retaliações. Neste ponto, a documentação existente no Arquivo da Câmara de Vereadores foi de singular importância, pois, através das atas e correspondências em geral, percebe-se o papel que cada uma destas forças desempenhou no desenrolar daqueles acontecimentos.

Outro dado importante que podemos concluir é o de que a relação entre criminalização, hierarquização e planejamento não pode ser dissociado. Isso ficou evidente no texto final, onde procuramos compreender as formas como os interventores, após o Golpe Civil-Militar, ao tomarem de assalto os órgãos, associações e instituições representativas dos ferroviários, ao seguir a orientação nacional, aniquilaram com o movimento em nível local.

Logo após a instalação do regime discricionário, houve uma tentativa de implantação, tanto em nível de instituição, quanto de sociedade civil em geral, de formas de manipulação e controle que visavam expandir a todos os setores da sociedade um *ethos* de estilo militar. A maior expressão deste fato está materializada na intervenção sofrida pela COOPFER, única entidade dos ferroviários com material suficiente para se fazer uma análise de como se estruturou o novo regime e como esses procedimentos foram colocados em prática. Sindicâncias internas foram abertas imediatamente após a intervenção e tiveram como objetivo central não apenas afastar as lideranças anteriores dentro da instituição, mas, sobretudo, responsabilizá-las criminalmente punindo-as por atos de subversão. Qual subversão? Certamente aquela imaginada demoniacamente pelos militares, como uma entre tantas razões apresentadas para adoção da ditadura no Brasil a partir do ano de 1964.

O processo de racionalização de normas e serviços colocado em prática em 1966 teve por objetivo otimizar as relações da COOPFER, tanto interna quanto externamente. Porém o grande problema, segundo o discurso oficial, localizado na má administração e no desvio de verbas que gerou um *déficit* financeiro praticamente insolúvel, amenizado com a extinção gradual de departamentos que se apresentavam, ou inoperantes ou obsoletos, em verdade constituiu-se no primeiro grande passo rumo à bancarrota total da COOPFER, realidade vivida de 1970 em diante.

Por outro lado, a questão da tortura contra os principais líderes do movimento ferroviário foi, no nosso entendimento, o ponto mais importante desta pesquisa, pois que demonstra a forma como este ideário político estabelecido pelos ferroviários ao longo dos anos foi desmantelado. A partir das entrevistas prestadas pelas filhas de Balthazar Mello, o principal destes líderes, compreendemos melhor as formas como a repressão agia no sentido de aniquilar o movimento sindical, além de trazer à luz todo o terror que cercou aquele momento e o drama vivido pelos familiares e pela sociedade em geral.

Outro fator que não estava previsto nas hipóteses iniciais do trabalho, mas que se apresentou a nós no desenrolar da pesquisa, foi o de que alguns mitos tidos como irreversíveis e intocados em relação à Santa Maria foram derrubados nesta investigação. O principal deles foi o de que a cidade havia caído sem resistência e de que a tortura não teria sido utilizada nos cárceres onde ficaram os presos

políticos. A forma rápida e violenta como se deu a tomada da cidade pelas tropas do então General Mario Poppe de Figueiredo desmente o primeiro mito. Em seu livro de memórias, mostra-nos como foi arquitetado a partir de Santa Maria o movimento golpista em nível estadual. A própria afirmação constante das prisões de ferroviários logo nos primeiros dias do Golpe desmente o que havia sido publicado no jornal local *A Razão*, da inexistência de presos políticos nos primeiros momentos do novo regime.

O segundo mito foi desmentido a partir das revelações das filhas de Balthazar Mello, conforme já citado. Inclusive o esclarecimento das circunstâncias da morte de Onofre Ilha Dornelles, outro importante líder ferroviário também é um fato que comprova que as relações em Santa Maria foram muito duras e que o choque entre os dois blocos foi praticamente inevitável.

Por fim, torna-se importante nesta conclusão fazermos a ligação entre o objeto de estudo desenvolvido nesta dissertação com a situação atual da classe ferroviária. Ficou comprovado, a partir da documentação estudada e dos depoimentos colhidos, que as relações entre a Ditadura Civil-Militar e seu modelo econômico de fortalecimento e favorecimento de um novo tipo de política de transportes foram o principal fator para o declínio do transporte ferroviário no Brasil. Apesar de todas as lutas empreendidas pelos ferroviários, a privatização de toda a malha ferroviária nacional em meados dos anos noventa pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso colocou um ponto final na história da ferrovia brasileira, contribuindo de forma decisiva para o sucateamento do patrimônio público e a desvalorização cada vez mais frequente do trabalhador ferroviário.

Certamente ainda há muito a ser investigado para a recuperação da memória desses tempos difíceis não apenas da a cidade de Santa Maria, mas, principalmente, do movimento ferroviário. O que este trabalho procurou resgatar apenas adentra à superfície deste imenso manancial de conhecimento e pesquisa a ser realizado continuamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Livros e Artigos

ALVES, Márcio Moreira. **Torturas e torturados**. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.

BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. "Identidade e classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade?". **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 12 (23-24):111-124, 1991-1992.

BECKER, Jean-Jacques. "O *handicap do aposteriori*". In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BELÉM, João. **História do município de Santa Maria (1797-1933)**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. **Direito à verdade e à memória: Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

CAMPOS, Roberto; SIMONSEN, Mário Henrique. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

CASTELO BRANCO, Mal. Humberto de Alencar. **Discursos (1965)**. Brasília: INL, 1966.

CASTRO, Celso. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CODATO, Adriano Nervo. "Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia". **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, (25): 83-106, 2005.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. "Tortura ontem e hoje: resgatando uma certa história". **Psicologia em Estudo**. Maringá, 6(2):11-19, 2001.

CORDEIRO, Janaína Martins. **Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2009.

COVRE, Maria de Lourdes M. **A fala dos homens: análise do pensamento tecnocrático (1964-1981)**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CRUZ, Alexandre da. **A história da Viação Férrea em Santa Maria: memórias de um aposentado**. Santa Maria: Ed. do Autor, 2004.

D'ARAÚJO, Maria Celina. "Os militares e a transição: perdas e danos do exercício do poder". In: DINIZ, Eli; LOPES, José Sérgio Leite; PRANDI, Reginaldo (orgs.). **O Brasil no rastro da crise: partidos, sindicatos, movimentos sociais, Estado e cidadania no curso dos anos 90**. São Paulo: ANPOCS/Hucitec/IPEA, 1994.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do golpe: a memória militar sobre 64**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994a.

_____. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994b.

_____. **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

DE LUCA, Tânia Regina. "Questão de honra: a greve dos ferroviários da Companhia Paulista, 1906". **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, XII(1): 69-91, 1986.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

_____. "1964: temporalidade e interpretações". In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: EDUSC, 2004.

DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

EDER, Klaus. **A nova política de classes**. Bauru: Edusc, 2002.

ERICKSON, Kenneth Paul. **Sindicalismo no processo político no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FERNANDES, Florestan. **Sociologia**. Rio de Janeiro: Ática, 1991.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FIGUEIREDO, Mal. Mario Poppe de. **A revolução de 1964:** um depoimento para a história pátria. Rio de Janeiro: APEC, 1970.

FLÔRES, João Rodolpho Amaral. **Os trabalhadores da V.F.R.G.S.:** profissão, mutualismo, cooperativismo. Santa Maria: Ed. Pallotti, 2008.

_____. **O pragmatismo político dos ferroviários sul-rio-grandenses:** com foco histórico na cidade de Santa Maria. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2009.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional, 1986.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GUINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

HEINSFELD, Adelar. "As ferrovias: na ordem positivista, o progresso corre pelos trilhos". In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Sitti; AXT, Günther (dirs.). **História geral do Rio Grande do Sul**. Tomo I, volume 3. República Velha (1889-1930). Passo Fundo: Méritos, 2007.

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

IANNI, Octávio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Vozes, 1985.

IGLÉSIAS, Francisco. **Constituintes e Constituições brasileiras**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

JAMES, William. **Pragmatismo e outros textos selecionados**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. "Mundos do trabalho em Santa Maria e a greve dos ferroviários no Estado Novo". In: WEBER, Beatriz Teixeira; RIBEIRO, José Iran (orgs.). **Nova história de Santa Maria:** contribuições recentes. Santa Maria: s.ed., 2010.

LE GOFF, Jacques. **El orden de la memoria:** el tiempo como imaginario. Barcelona: Paidós, 1991.

LOVE, Joseph L. **O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das Comunicações e da Educação (1963-1990)**. São Paulo: UNESP, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MOREIRA, Maria de Fátima Salum. **Ferrovários, trabalho e poder**. São Paulo: UNESP, 2008.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

NEUMANN, Franz. **Estado democrático e Estado autoritário**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélgio (coords.). **Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul (1945-1994)**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1995.

PELLEGRINO, Hélio. "Tortura política", 1982. Disponível na internet: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/medalhaDetalhe.asp?CodMedalha=125>. Acesso em : 04/02/2012.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **"Que a união operária seja nossa pátria!"**: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Ed. da UFSM/Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 2(3):3-15, 1989.

RAMALHO, José Ricardo. "Metalúrgicos do Rio de Janeiro e a repressão política do pós-64". In: RAMALHO, José Ricardo ; SANTANA, Marco Aurélio (orgs). **Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos**. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 2001.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)**. Londrina: Ed. da UEL, 2001.

RIOUX, Jean-Pierre. "A associação em política". In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003.

ROLLEMBERG, Denise. “Esquecimento das memórias”, 2006. Disponível na internet:

http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/ESQUECIMENTO_DAS_MEMORIAS.PDF . Acesso: 29/04/2011.

_____. “História, memória e *verdade*: em busca do *universo dos homens*”. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (orgs.). **Desarquivando a Ditadura**: memória e justiça no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009. Vol. 2.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

_____. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores na Grande São Paulo, 1970-1980. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (orgs.). **Desarquivando a Ditadura**: memória e justiça no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009. 2 v.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Sessenta e quatro**: anatomia da crise. Rio de Janeiro: Vértice, 1987.

SEGATTO, José Antonio. **Breve história do PCB**. 2. ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SOUZA MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de. **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). **O que resta da Ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

TOURTIER-BONAZZI, Chantel de. “Arquivos: propostas metodológicas”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006.

TRINDADE, Héliogio; NOLL, Maria Izabel. **Rio Grande da América do Sul**: partidos e eleições (1823-1990). Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

VERRI, Pietro. **Observações sobre a tortura**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

WEBER, Regina. “Relatos de quem colhe relatos: pesquisas em história oral e ciências sociais”. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, 39(1):163-183, 1996.

2. Monografias e dissertações

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. **A ferrovia gaúcha e as diretrizes de “Ordem e Progresso” (1905-1920)**. Dissertação de Mestrado em História da Cultura. Porto Alegre: PUCRS, 1977.

PETRY, Deoclécio Gomes. **O movimento ferroviário de Santa Maria no período da reversão (1959) até 1964**. Santa Maria: UFSM, 2000. Monografia de Especialização em História do Brasil.

RODRIGUES, Luiz Carlos Bonotto. **Santa Maria nos trilhos da modernidade: uma experiência ferroviária (1885-1931)**. Dissertação de Mestrado em Integração Latino-Americana. Santa Maria: UFSM, 2003.

3. Legislação

“Ato Institucional nº 1”. **Arquivos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores**. Rio de Janeiro, XXII(90):317-319, 1964.

“Ato Institucional nº 2”. **Arquivos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores**. Rio de Janeiro, XXIII(96):301-311, 1965.

“Ato Institucional nº 5”. **Arquivos do Ministério da Justiça**. Rio de Janeiro, XXVI(108):149-153, 1968.

“Decreto-Lei nº 898 de 29 de setembro de 1969”. Disponível na internet: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126023/decreto-lei-898-69>. Acesso em: 23/07/2011.

“Decreto-Lei nº 7.586 de 28 de maio de 1945”. Disponível na internet: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 01/12/2011.

Diário Oficial da União. 03 de setembro de 1964.

4. Fontes primárias

Arquivo da Câmara de Vereadores de Santa Maria. “Atas das Sessões. Ano Legislativo de 1964.” Cópias digitalizadas.

Arquivo da COOPFER. “Assessoria Técnica de Cooperativismo e Planejamento (ATECOOP) - Implantação de Normas e Diretrizes à Racionalização dos Serviços da Cooperativa de Consumo dos E.V.F.R.G.S. Ltda”.

Arquivo da COOPFER. “Pasta 146. Diretoria Ensino Industrial”.

Arquivo da COOPFER. “Pasta 423. Portarias, 1964-1972”.

Arquivo da COOPFER. “Relatórios da COOPFER”. 1964-1970. Cópias digitalizadas.

Arquivo da COOPFER. “Termos de sindicância interna”. 1964-1968. Cópias digitalizadas.

Arquivo Histórico de Santa Maria. “Jornal *A Razão*”. Edições de 1947, 1951, 1955, 1959, 1963, 1964 a 1969. Vários números.

“Estatuto da União dos Ferroviários Gaúchos”. Cópia reprográfica.

ANEXOS

Anexo A – Termo de Confidencialidade e Sigilo (Modelo)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO (MODELO)

Eu, (...), brasileiro (a), (estado civil), (função), abaixo firmada, assume o compromisso de manter **confidencialidade e sigilo** sobre as informações técnicas e outras relacionadas ao projeto intitulado: (TÍTULO DO PROJETO) do qual sou (...).

Por este Termo de Confidencialidade compromete-se:

1. a não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para uso de terceiros;
2. a não apropriar-se para si ou para outrem de material confidencial e/ou sigiloso que venha a ser disponível por meio dos acervos da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, Limitada;
3. a não repassar o conhecimento das Informações confidenciais obtidas por meio da pesquisa nos arquivos da Cooperativa;
4. a não publicar os documentos da Cooperativa sob qualquer meio escrito, impresso ou digital na íntegra.
5. a divulgar ou expor em seminários, congressos, convenções, palestras, etc., documentos da Cooperativa.

Santa Maria, de de 201 .

Anexo B – Tropas da 3ª DI cercam o prédio da União dos Ferroviários Sul-riograndenses



Fonte: Jornal *A Razão*, 02/04/1964. Reprodução digital.

Anexo C – Primeira página do jornal A Razão, MAZZILI, PRESIDENTE!



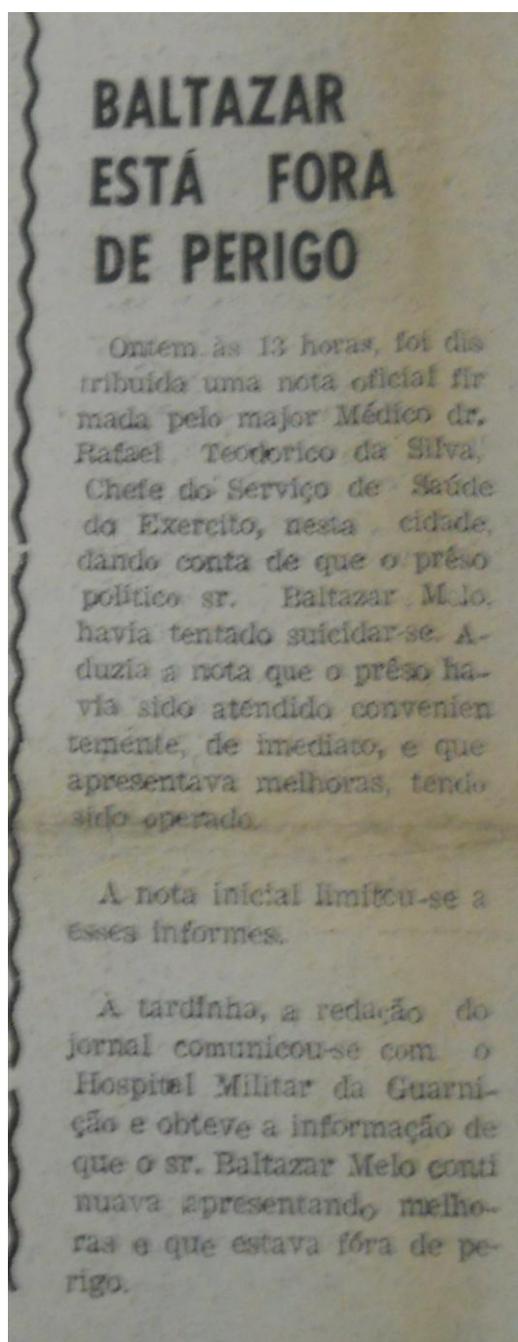
Fonte: Jornal A Razão, 03/04/1964. Reprodução digital.

Anexo D – Primeira página do jornal A Razão, promulgação do Ato Institucional nº 1



Fonte: Jornal A Razão, 10/04/1964. Reprodução digital.

Anexo E – Tentativa de suicídio de Baltazar Mello



Fonte: Jornal *A Razão*, 30/12/1964. Reprodução digital.

Anexo F – Promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5)



Fonte: Jornal A Razão, 14/12/1968. Reprodução digital.